

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

MAURICIO MARTORELLI GALERA

**A INSERÇÃO DOS FRIGORÍFICOS EXPORTADORES DE
MATO GROSSO DO SUL NO MERCADO GLOBAL**

**DOURADOS
2011**

MAURICIO MARTORELLI GALERA

**A INSERÇÃO DOS FRIGORÍFICOS EXPORTADORES DE
MATO GROSSO DO SUL NO MERCADO GLOBAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia – da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lisandra Pereira Lamoso

**DOURADOS
2011**

MAURICIO MARTORELLI GALERA

**A INSERÇÃO DOS FRIGORÍFICOS EXPORTADORES DE
MATO GROSSO DO SUL NO MERCADO GLOBAL**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Lisandra Pereira Lamoso
(Orientadora - UFGD)

Prof. Dr. Carlos José Espíndola
(UFSC)

Prof.^a Dr.^a Silvana de Abreu
(UFGD)

Dourados 13 de Abril de 2011

GALERA, M. M. *A inserção dos frigoríficos exportadores de Mato Grosso do Sul no mercado global*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

RESUMO

A inserção do estado de Mato Grosso do Sul no cenário exportador nacional se dá amplamente por meio das *commodities* do agronegócio. Nesse panorama temos nos frigoríficos um dos mais representativos setores que atuam no comércio exportador.

Nos encaminhamentos de nossa pesquisa analisamos a atuação de três principais grupos frigoríficos presentes em Mato Grosso do Sul na primeira década do século XXI, em específico no período 2005/ 2010.

O rebanho bovino do estado e a política de incentivos fiscais fizeram com que os grupos frigoríficos JBS, Independência e Marfrig se interessassem por atuar no território sul-mato-grossense, adotando estratégias agressivas de aquisição de concorrentes, concentração e monopolização do setor.

As unidades industriais dos referidos grupos frigoríficos se concentram em regiões que favorecem as lógicas de ganhos de escala, localizadas nas áreas de maior concentração de cabeças de gado, ou próximas à fronteira com os estados das regiões Sul e Sudeste principalmente.

Nesse contexto, analisamos como a inserção desses grupos frigoríficos no cenário global tornou o estado e os municípios dependentes do oscilante modelo primário exportador.

Buscamos esclarecer que cada lugar é dotado de especificidades que melhor atendem à produção ou fração da mesma, permitindo ao lugar possuir uma significação particular, pois a cada momento alterar-se-á o uso produtivo deste segmento do espaço.

Palavras-chave: Frigoríficos, internacionalização, agronegócio, exportações, comércio exterior.

GALERA, M. M. *The insertion of the exporters slaughterhouses of Mato Grosso do Sul in the global market.* 2011. Thesis (MA in Geography) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

ABSTRACT

The insertion of Mato Grosso do Sul in the national export scenario occurs largely through commodity agribusiness, in this perspective we have the slaughterhouse sector as one of the most representative groups working in the export trade.

In the directions of our research we analyze the performance of three main slaughterhouse groups present in Mato Grosso do Sul state in the first decade of this century, specifically in the period of 2005/2010.

The herd of cattle of the state and the tax politics incentivated the slaughterhouse groups JBS, Marfrig and Independencia to get interested in acting on the territory of Mato Grosso do Sul state, adopting aggressive strategies to acquire competitors, concentration and monopolization of the sector.

The industrial units of these slaughterhouse groups are concentrated in regions that favor the logic of profits in scale, located in areas of high concentration of livestock, or nearest to the border with the states of South and Southeast regions mainly.

In this context we analyze how the insertion of slaughterhouse groups in the global scenario reflects on the market and on local competitiveness, and how the state and municipalities become dependents of the oscillating model of primary exporter.

We seek to clarify that in each historical stage of production, its realization requires a proper place, endowed with special features that best attends its production or fraction, allowing the place to be endowed with a particular meaning, because every time the productive use of this space segment will be changed.

Keywords: Slaughterhouse groups, internationalization, agribusiness, exports, exterior trade.

Dedico este trabalho a Silvia, pela
dedicação, amor e companheirismo ao
longo desses anos, e pelo apoio
durante esta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Lisandra Pereira Lamoso pela orientação e enriquecimento intelectual durante os anos de nossa convivência;

A Silvia que nas alegrias e dificuldades esteve comigo, sendo sempre essa pessoa maravilhosa de quem eu me orgulho tanto, e que se fez parte integrante de todos os momentos deste mestrado;

A minha família, meu pai, meu irmão e minha mãe em especial, pelo carinho, apoio e confiança;

A minha sogra Zezé, pela maternal acolhida em Dourados;

A FUNDECT, por acreditar em minha pesquisa e pelo apoio financeiro;

A diretoria da FAMASUL, em especial o setor de pecuária, pela presteza ao nos receber e pelos esclarecimentos de nossas questões;

Aos professores Leandro Sauer e Ido Michels do Programa de Pós Graduação em Agronegócios da UFMS por terem compartilhado suas experiências acerca da temática de nosso estudo;

Ao vice-presidente do Sindicato dos trabalhadores em frigoríficos do Mato Grosso do Sul, Vilson Gimenes pelas informações prestadas em nosso trabalho de campo;

Aos docentes da Universidade Federal da Grande Dourados que buscaram contribuir da melhor maneira possível para minha evolução acadêmica.

SUMÁRIO

Resumo	3
Abstract	4
Lista de figuras	8
Lista de tabelas	9
Lista de siglas	10
Introdução	11
CAPÍTULO I	
1 - O processo de industrialização brasileiro, comércio exterior e as interações espaciais	
1.1 - Interações espaciais.....	15
1.2 - O nacional-desenvolvimentismo.....	17
1.3 - O Neoliberalismo no Brasil.....	22
1.4 - Comércio exterior brasileiro.....	30
1.5 - A retomada da participação do estado e a organização industrial do Mato Grosso do Sul.....	35
1.6 – O processo de industrialização brasileiro.....	41
CAPÍTULO II	
2 - A pecuária na formação regional e a industrialização de carne bovina no Mato Grosso do Sul	
2.1 - A pecuária no Brasil Central - a formação do comércio da carne.....	45
2.2 - O papel da pecuária na formação regional e a industrialização de carne bovina no Mato Grosso do Sul.....	51
2.3 - A pecuária no Mato Grosso do Sul como complementação do mercado do Sudeste: a constituição dos frigoríficos de capital regional.....	59
CAPÍTULO III	
3- O comércio de exportações, frigoríficos e transnacionais	
3.1 - Características das exportações de carne bovina de Mato Grosso do Sul.....	64
3.2 - Os frigoríficos exportadores e a internacionalização do setor.....	73
3.2.1- Frigorífico JBS-Friboi (Bertin).....	75
3.2.2- Frigorífico Marfrig.....	83
3.2.3- Frigorífico Independência.....	90
3.3- As repercussões espaciais da internacionalização do setor.....	97
Considerações finais	101
Referencias bibliográficas	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico Balança comercial brasileira – Valores acumulados de doze meses – US\$ milhões – FOB.....	37
Figura 2 - Localização dos frigoríficos exportadores do Brasil 2010.....	49
Figura 3 - Entradas para o Mato Grosso do Sul Sec. XIX.....	52
Figura 4 - Mapa Mato Grosso do Sul - Concentração de cabeças de gado por município 2009.....	60
Figura 5 - Mapa dos Frigoríficos instalados no Mato Grosso do Sul.....	61
Figura 6- Gráfico das Exportação de carne bovina em 2010.....	64
Figura 7 - Gráfico Participação do Brasil nas exportações de carne bovina 1996 - 2009.....	65
Figura 8 - Mapa Mato Grosso do sul – Localização dos frigoríficos exportadores 2010.....	67
Figura 9 - Gráfico Mato Grosso do Sul - Valor das exportações do setor frigorífico 1999 – 2010.....	69
Figura 10 - Gráfico Mato Grosso do Sul – Variação do valor das exportações do setor frigorífico 1999 – 2010.....	71
Figura 11 - Gráfico dos Principais portos de exportação da carne bovina do Mato Grosso do Sul 2010.....	72
Figura 12 - Gráfico da Produção e consumo de petróleo mundial 1954 – 2010.....	73
Figura 13 - Localização do frigorífico JBS em Campo Grande/MS.....	79
Figura 14 - Localização do frigorífico JBS em Naviraí/MS.....	80
Figura 15 - Localização do frigorífico Independência em Campo Grande.....	87
Figura 16 - Localização do frigorífico Independência em Anastácio.....	88
Figura 17 - Localização do frigorífico Independência em Nova Andradina.....	89
Figura 18 - Localização do frigorífico Marfrig em Bataguassu/MS.....	95
Figura 19 - Localização do frigorífico Marfrig em Paranaíba/MS.....	96
Figura 20 - Localização do frigorífico Marfrig em Porto Murtinho/MS.....	97

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Exportação brasileira – principais blocos econômicos janeiro/novembro 2010/2009 - US\$ milhões FOB.....	39
Tabela 2 - Evolução do nº de estabelecimentos dos principais gêneros da indústria de transformação no Brasil e no Mato Grosso do Sul: 1990 – 2008.....	43
Tabela 3 – Países produtores de carne bovina (TON).....	50
Tabela 4 – Mato Grosso do Sul – Principais empresas exportadoras 2009 / 2010.....	56
Tabela 5 – Mato Grosso do sul – Principais produtos exportados 2009 / 2010.....	57
Tabela 6 - Total do rebanho bovino Brasil – Centro Oeste – Mato Grosso do Sul 1991 a 2009.....	58
Tabela 7 – Exportações de carne bovina Brasil Jan / Nov 2010.....	73
Tabela 8 - Composição Acionária do JBS S/A.....	78
Quadro 1 - Ciclos de Kondratieff e acontecimentos no Brasil.....	21
Quadro 2 - Histórico de internacionalização do JBS S/A 2005 – 2009.....	77
Quadro 3 - Produtos e mercados das unidades JBS de Mato Grosso do Sul.....	80
Quadro 4 - Unidades Industriais em operação do Frigorífico Independência no ano de 2008.....	84
Quadro 5 - Histórico da internacionalização do Grupo Marfrig 2001 – 2010.....	92

LISTA DE SIGLAS

Abiec - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne
Abrafrigo - Associação Brasileira de Frigoríficos
Anualpec - Anuário da pecuária brasileira
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
EUA – Estados Unidos da América
Famasul – Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul
FCO - Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
Finame – Financiamento de Máquinas e Equipamentos
GO – Goiás
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano
JK – Juscelino Kubitschek
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mercosul - Mercado Comum do Sul
MG – Minas Gerais
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
PIS – Programa de Integração Social
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PIN - Plano de Integração Nacional
PR - Paraná
Prodepan - Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal
Proger - Programas de Geração de Emprego e Renda
Rais – Relação Anual de Informações Sociais
SP – São Paulo
Secex - serviço de comércio exterior
Seprotur - Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo
Sudeco - Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste
Sudene - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
Sudam - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
Sumoc - Superintendência da Moeda e do Crédito

Introdução

A partir do início dos anos de 1990, o Brasil foi inserido de maneira drástica na denominada globalização sob os moldes do neoliberalismo (MAMIGONIAN, 2001). Nessa inserção deliberadamente iniciada pelo governo Collor de Melo e seguida nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil foi afetado profundamente em suas estruturas produtivas, entre as quais este texto recorta a industrial.

Mediante a abertura do mercado consumidor interno aos produtos estrangeiros sem uma política preparatória para a competição, inúmeros setores produtivos perderam mercado consumidor, foram adquiridos por empresas de capital estrangeiro e passaram por fusões. O processo de abertura econômica provocou uma reestruturação produtiva, com investimentos em processos mais modernos e, por consequência, capital-intensivos que utilizaram recursos públicos como base de financiamento.

As mudanças políticas do Estado brasileiro, no sentido de sua inserção no mundo globalizado, acarretaram uma série de medidas que resultaram em retração da regulamentação das relações econômicas e reduziram a capacidade de implementação de políticas macroeconômicas voltadas para a retomada do desenvolvimento nacional e a geração de emprego.

A concorrência empresarial e a competitividade se tornaram o grande diferencial entre as empresas de origem nacional e entre as multinacionais, principalmente após a abertura comercial iniciada nos anos 1990. A partir desta conjuntura, o país passou por um processo de desconcentração regional de suas atividades, diminuindo a importância do eixo Rio - São Paulo, expandindo sua presença para outros estados da federação. Nesse contexto, o estado de Mato Grosso do Sul destacou-se como um dos subespaços com importante crescimento na geração de empregos industriais.

Milton Santos (2000) esclarece que o processo de produção espacial deve ser o objeto das análises geográficas, reconhecido em cada manifestação concreta, na perspectiva de uma geografia mais atuante, a que considera o espaço como um lugar de lutas, no qual o desenvolvimento tecnológico propiciou uma alteração do espaço e do tempo, reduzindo distâncias e tornando viável um contato imediato entre os pólos opostos do globo, gerando assim condições propícias para transações comerciais entre países que até então encontravam dificuldades naturais para o estabelecimento de relações recíprocas.

É neste contexto que queremos entender a atuação industrial dos grupos frigoríficos no território sul-mato-grossense, pois é fato que este setor do agronegócio foi um dos mais relevantes no incremento industrial do estado. Adotamos como referência do termo agronegócio a definição descrita pelo IBGE:

Atividade econômica que articula a agropecuária com a indústria, envolvendo tanto a produção propriamente dita quanto à coleta, o armazenamento, o beneficiamento e a distribuição dos produtos, bem como os equipamentos e técnicas necessários para o desenvolvimento da agropecuária.

Nesse encaminhamento veremos de que maneira os frigoríficos se valeram das estratégias comerciais exportadoras e como estes tiveram um papel incisivo na internacionalização da economia regional.

Procuramos analisar como as estratégias dos grandes grupos agroindustriais refletem a organização do territorial no estado do Mato Grosso do Sul. Acreditamos que a categoria de formação sócio-espacial seja o primeiro ponto de abordagem. Formação sócio-espacial deriva da categoria marxista da Formação Econômica e Social (FES), que diz respeito aos caminhos da realização e evolução dos modos de produção e quando um destes modos de produção se realiza, nunca é de forma absoluta, mas sempre uma formação sobre a qual incide um conjunto de variáveis.

Nesse sentido Mamigonian (1981, p.198) entende que Formação Econômica e Social “realiza o caráter global e de totalidade da visão geográfica que existe desde os gregos passando pelos alemães fundadores da moderna geografia século XIX” e explicita que, ao dar a dimensão espacial a esta categoria, permitiu que a mesma se tornasse um dos paradigmas da Geografia (da Geografia Humana, porque na Geografia Física o autor considera ser os Geossistemas).

A organização do espaço no sistema capitalista é realizada para atender às necessidades de produção, reprodução e acumulação do capital. “Isto impõe a necessidade de compreender determinada formação espacial, onde a sociedade se exprime por meio de processos, que por sua vez, se desdobram através de funções, enquanto estas se realizam mediante formas” (SANTOS, 1982, p. 39). Santos afirma ainda que:

Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento a compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. (SANTOS, 1982, p. 39).

Estudar formações econômico-sociais permite o “conhecimento de uma sociedade em sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 1982, p. 12). Em outras palavras, a Formação Econômico-social permite compreender as especificidades de realização de um modo de produção em um determinado lugar, região, em escalas diversas, numa clara imbricação entre a categoria em tela com o espaço por intermédio da geografia.

De forma complementar ao orientado pela categoria da formação sócio-espacial, buscamos no primeiro capítulo um caminho para a compreensão do desenvolvimento econômico, em particular o caso brasileiro, no qual as análises de Rangel (1981) são dotadas de pertinência. Este capítulo contempla uma análise do processo de industrialização do Brasil a partir da segunda metade do século XX, bem como os encaminhamentos ao processo de abertura econômica que se intensificaram no final da década de 1980, caberá aqui uma análise sobre o comércio exterior brasileiro. Neste contexto, será realizado também o entendimento do processo de industrialização do Mato Grosso do Sul, que refletem resultados da descentralização industrial ocorrida no Brasil em meados da década de 1990.

O aumento da inserção do agronegócio, ao longo do tempo, revela que o Brasil tem como ponto forte na pauta de exportações os produtos primários, isso tem reforçado a dependência do modelo primário exportador em detrimento de um projeto nacional menos dependente da aliança burguesia industrial e latifúndio, ou seja, a dependência do agronegócio. Desta maneira, no segundo capítulo entenderemos o cerne da pecuária no Brasil Central e a formação do comércio da carne em âmbito geral; nesse encaminhamento, veremos o papel da pecuária na formação regional e da industrialização de carne bovina no Mato Grosso do Sul e sua relação de complementação do mercado da região Sudeste via a constituição de frigoríficos de capital regional.

Em análise no terceiro capítulo temos como foco principal as características exportadoras dos frigoríficos sul-mato-grossenses no recorte temporal 2000/2010, e uma ênfase nos eventos ocorridos a partir de 2005, com a intensificação da atividade frigorífica no estado via grupos como o JBS e Marfrig que refletem a internacionalização deste setor. Sucessivamente veremos de que maneira os frigoríficos instalados no estado se valeram de relações comerciais respaldadas por uma política do governo federal, que lhes concedeu crédito e financiamento, no intuito de promover a internacionalização de empresas nacionais, por meio de aquisição de seus concorrentes, tanto no Brasil, quanto no exterior.

O recorte temporal 2000/2010 se justifica devido ao fato dos grupos frigoríficos exportadores terem se expandido no Mato Grosso do sul por meio de aquisições de plantas industriais de concorrentes, concentrando o mercado de carne bovina. Para os anos de 2005 em diante verificamos que esse processo de aquisição de concorrentes se tornou ainda mais incisivo, sendo que as empresas nacionais se beneficiaram de parcerias com o governo federal, via BNDES, para se expandirem também no mercado global.

Nossos levantamentos de campo se concentraram em organizações de classe como o Sindicato dos trabalhadores em indústrias frigoríficas do Mato Grosso do Sul e na Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul – Famasul, que representa o setor pecuarista do estado. Este fato se explica devido à negativa de atendimento das unidades frigoríficas, que não nos disponibilizaram qualquer informação, senão as constantes nos *sites* das empresas.

Nossa pesquisa nos bancos de dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne - Abiec, da Associação Brasileira de Frigoríficos - Abrafrigo e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior - MDIC nos mostrou que apesar de haver outros frigoríficos habilitados para exportação no estado no período 2000 - 2010 (como no caso do Mata Boi em Três Lagoas e o Minerva Batayporã) os grupos JBS, Independência e Marfrg, foram destacados em especial, pois são os mais representativos na exportação de carne bovina sul-mato-grossense, tanto em tonelagem quanto em divisas (US\$), possuindo juntas 8 unidades de abate habilitadas para exportação no estado.

CAPITULO I

O processo de industrialização brasileiro, comércio exterior e as interações espaciais.

1.1 – Interações espaciais

Corrêa (1997) explica interações espaciais como um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico, que pode apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção. As interações espaciais se caracterizam por diversos propósitos e se realizam através de diversos meios e velocidade (CORRÊA, 1997, p. 279). Tais características nos remetem ao fato de que as interações espaciais são caracterizadas por especificidades e desigualdades. Em cada contexto histórico e regional, um conjunto específico de variáveis influenciará na configuração e na dinâmica das interações espaciais.

Os diferentes fluxos que articulam os fios socialmente criados são caracterizados por lógicas que lhes conferem regularidades espaço-temporais que se reportam à organização social e a seu desigual movimento de transformação. Assim, as interações espaciais podem variar no espaço e no tempo e, dessa forma, apresentar padrões espaciais que se articulam e se complementam. (CORRÊA, 1997, p. 295)

Outro importante aspecto iminente às interações espaciais, ressaltado por Corrêa (1997), diz respeito à ampliação e complexidade dos fluxos e deslocamentos em consequência do desenvolvimento do modo capitalista de produção. É consoante a esta afirmativa que entendemos a interação espacial de Mato Grosso do Sul no mercado nacional, as indústrias (principalmente as agroindústrias) que se instalaram no território sul-mato-grossense na década de 1990 se inseriram como complemento do mercado da região sudeste, isso se explica pela rede viária que privilegiou o escoamento da produção por vias que interligam o estado ao porto da Santos/SP e Paranaguá/PR.

Ressaltamos que os diferentes tipos de deslocamentos (de pessoas, mercadorias, informações, etc.) que configuram as interações espaciais não são considerados de forma

isolada, pois, dependendo do fenômeno ou processo analisado, verifica-se uma articulação de diversos tipos de fluxos. Corrêa (1997) ressalta a importância de se compreender as interações espaciais no contexto das redes: é através de redes geográficas, isto é, localizações articuladas entre si por vias e fluxos, que as interações espaciais efetivamente se realizam a partir dos atributos das localizações e das possibilidades reais de se articularem entre si.

A interação espacial se define em função da forma da interação considerada e da capacidade de superação das barreiras espaciais atingidas através da tecnologia e da infraestrutura. Corrêa (1997) destaca que as interações espaciais “refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas” e “caracterizam-se preponderantemente por uma assimetria”, ou seja, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro. Por este postulado, entendemos que o setor frigorífico de carne bovina, procurou no Mato Grosso do Sul os locais onde os fluxos (tanto de matéria prima quanto de produto) privilegiassem a alocação desta atividade econômica na superfície. Observamos também que não apenas o preço da terra atraiu as empresas frigoríficas para o estado, outras importantes questões como a ociosidade da terra e leis ambientais mais permissivas favoreceram a migração das indústrias de carne bovina para o Mato Grosso do Sul.

Corrêa (2002) explica que as regiões privilegiadas pelas interações espaciais se configuram com “economias de aglomeração”, que atraem estabelecimentos que passam se concentrar em pontos com boa acessibilidade, formando muitas vezes redes hierarquizadas de núcleos multifuncionais. A localização dos estabelecimentos é influenciada pelos custos de uso do espaço (aluguel, imposto, etc.) e pelos de transporte. Os primeiros costumam variar de forma inversa aos segundos, dependendo das necessidades de proximidade dos outros estabelecimentos, da localização e dos custos de transporte dos insumos e dos consumidores (ou dos produtos), os estabelecimentos se localizam mais próximos ou mais distantes dos centros das áreas urbanas.

Nosso recorte temporal enfatiza os eventos da agroindustrialização da carne bovina que se intensificaram a partir de 2005 no Mato Grosso do Sul, conforme Azzoni (1982) podemos dizer que o território sul-mato-grossense apresenta fatores aglomerativos, que são definidos como aqueles que tendem a agrupar as atividades produtoras em um ponto do espaço, desta forma, Azzoni definiu três fatores aglomerativos: escala, locacional e urbano.

As economias de escala são provenientes da concentração da produção de forma a reduzir o custo unitário de transformação; o fator localização permite que as empresas de menor porte se beneficiem por estarem próximas das grandes empresas (nosso estudo revela que para o Mato Grosso do Sul esta prerrogativa não é imperativa, visto que os grupos frigoríficos internacionalizados caracterizam monopólio deste setor), e por fim o fator urbano define que à medida que a produção se estabelece a infraestrutura urbana se moderniza e beneficia determinada área.

Conforme destacado por Azzoni (1982) pode haver uma etapa de estagnação, onde surge o fator desaglomerativo, implicando um aumento no custo de produção. Isto pode resultar em disputas entre municípios para agregar novas instalações industriais, trazendo, por outro lado aumento da sindicalização, problemas de transportes, insegurança e etc. Estes fatores podem funcionar tanto no sentido de afastar novas empresas como também de determinar a expulsão das já existentes.

1.2 – O processo de industrialização nacional

A teoria dos ciclos de Kondratieff (de 50 anos, com 25 de expansão - fase A e 25 de recessão - fase B) explicada por Ignácio Rangel (2005), relaciona a industrialização brasileira ao processo de substituição de importações. Quando a economia mundial entra em recessão, a economia brasileira tem que se ajustar nesse novo cenário internacional, por meio de uma contração importante e durável da disposição para importar e, também, a economia dos países do centro dinâmico limita sua demanda dos nossos produtos de exportação, criando condições para um processo de industrialização baseado no modelo de substituição de importações.

Rangel (2005) destaca este estrangulamento da capacidade de importar nas fases B da economia mundial. Nas fases depressivas da economia o país se industrializou e sofreu as conseqüências dos ciclos longos de forma sensível. Nas fases A, o Brasil foi solicitado, pela economia mundial, a participar mais intensamente da divisão internacional do trabalho, dessa forma, ocorreu uma procura externa por nossos produtos e ampliou-se nosso intercâmbio, também via aumento da nossa capacidade para importar, pois cada fase do edifício industrial engendra novas demandas.

Este desajustamento intersetorial é responsável pela reação da economia, promovendo uma forma de substituição de importação adequada ao estágio de desenvolvimento alcançado por suas forças produtivas e por suas instituições básicas, os investimentos em indústrias de substituição de importação são a resposta da economia, criam-se as condições para novos investimentos na economia, ou seja, nas fases de recessão gerada nos centros dinâmicos reduz diretamente nossa capacidade de importar e conseqüentemente há surgimento de um setor capitalista fornecedor para o mercado interno de bens de consumo, a substituição de importação é uma reação diante da contração dos fornecimentos externos de bens não produzidos no país, a recuperação condiz com os investimentos nesses setores (RANGEL, 2005. p. 54-55).

Por conseguinte, o país avançou sua industrialização, tanto nas fases A e B dos Ciclos Longos, reestruturando sua economia de forma significativa. O Estado brasileiro, segundo Rangel (2005), resulta da formação de “Pactos de Poder,” duas classes dominantes (uma hegemônica e outra subordinada) e o modelo de desenvolvimento em cada dualidade depende da concepção pensada pelos componentes deste pacto, ou seja, numa crise os pactos de poder se rompem, surgindo um distinto poder que assume a posição política na nova dualidade que se estabelece.

O Brasil constitui-se uma dualidade, pois diferentes classes se relacionam em um pacto de poder, dessa forma, diferentes classes sociais participam da evolução econômica, social e política do país, onde em contato com o centro dinâmico busca-o reproduzir, assim a formação social brasileira que é combinação de diferentes modos de produção como trabalho no território e, também, da evolução das relações com as economias externas. (RANGEL 2005, p. 68.)

O recorte histórico referente à formação do terceiro Kondratieff¹ nacional, (1896-1948) em sua fase descendente (B) (1921-1948), foi marcada pelo pacto de poder entre os fazendeiros comerciantes sulistas (hegemonia política /sócio maior) e burguesia industrial nascente (hegemonia econômica /sócio menor). Podemos caracterizar este período com base em uma estruturação industrial mais sistemática, que já demonstrava os interesses agrícolas sendo substituídos pelo capital essencialmente urbano, industrial, comercial e bancário e isso ajuda a explicar a importância dos comerciantes, que serão posteriormente os proprietários dos principais frigoríficos nacionais.

¹ Fase A do terceiro Kondratieff (1896 – 1921); Fase B do terceiro Kondratieff (1921 – 1948)

Benites (2000) explica que com a chegada dos frigoríficos de capital estrangeiro ao Brasil durante o período entre guerras, iniciou-se a remessa para o exterior de grandes toneladas de carne, que favoreceu a abertura comercial junto ao mercado europeu.

A produção artesanal que se dava no interior das fazendas foi o primórdio do processo industrial que evoluiu para a substituição dos importados mais variados, já no âmbito da divisão territorial do trabalho, localizando-se no urbano. A fase (B) do terceiro Kondratieff (1921-1948) marca a transição do latifúndio de características feudais para práticas agrícolas expressas pela abertura e contato da fazenda com produtos industrializados. Desta forma, a substituição deixou de ser artesanal para se tornar industrial.

Na segunda metade do terceiro Kondratieff (1924-1948), (segunda Guerra Mundial) há um declínio na capacidade nacional de importar, impulsionando um novo esforço de substituição de importações, que levou ao desenvolvimento de novos setores industriais, notadamente o de bens de consumo duráveis, isto se deu por meio de mecanismos de transferência de renda dos setores ociosos da economia nacional. Neste momento, segundo Rangel (2005), o setor agroexportador e o de serviços de utilidade pública – para os antiosciosos – bens de consumo duráveis e de capital.

Surgia o ideário de desenvolvimento industrial e uma maior participação do Estado na economia nacional, para isso fazia-se necessário ativar a economia interna, cabendo ao Estado iniciar a instalação da indústria de base. O surgimento do capitalismo industrial no país levou o Governo Vargas à criação de uma política de integração do território para a formação do mercado interno. Em conjunto a este período o setor frigorífico se estruturou sob forma de oligopólio², principalmente por indústrias anglo-americanas, que se tornaram peças fundamentais no mecanismo de inflação dos bens agrícolas, que pode ser explicado devido aos gargalos para o desempenho de sua atividade.

Benites (2000, p. 106) explica que o poder público percebeu essa condição inflacionária do setor agrícola e passou a intensificar o uso de técnicas de modernização na economia pastoril, tratava-se, portanto, de promover e estimular o Estado do uso de técnicas mais avançadas naquele setor, de modo a obter como resultado uma sensível redução da influência dos índices inflacionais que incidiam sobre o longo processo criação- abate.

² De acordo com Sandroni (2000): O termo Oligopólio representa um tipo de estrutura de mercado, nas economias capitalistas, em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado. O oligopólio é uma tendência que reflete a concentração da propriedade em poucas empresas de grande porte, pela fusão entre elas, incorporação ou mesmo eliminação das pequenas em presas.

Por volta da década de 1950, na fase (A) do quarto Kondratieff³ (1948-1973), a expansão das trocas no comércio mundial clamou ao Brasil o aumento de suas exportações, tornando conseqüente um maior desenvolvimento de nossas forças produtivas, por meio da industrialização da agricultura. Isto resultou na inversão da classe hegemônica da antiga aliança entre industriais e latifundiários feudais e na formulação de novos termos para o convívio destas classes, através da transformação progressiva destes últimos em fazendeiros capitalistas.

O esforço de substituição de exportações assume nova forma e passa a ser coordenado por um Estado interventor, a forma política que representa a classe dos capitalistas industriais nativos, que estimula e direciona sistematicamente os investimentos das áreas de capacidade ociosa para as antiociosas.

A grande indústria nacional atingiu a capacidade instalada entre as décadas de 1960 e 1970 (pelas condições infra estruturais existentes) e tornou-se o setor de ociosidade de capital. Os setores antiociosos que se apresentam são justamente os setores agrícolas e de grandes serviços de utilidade pública (notadamente energia, transportes e comunicação), e as gigantescas regiões carentes de investimento no território nacional (Amazônia, Nordeste, Centro-oeste).

Rangel (1981) explica que, no Brasil, a depressão da década de 1920 deu início ao processo de industrialização nacional, que significou uma etapa do processo de industrialização por substituição das importações via transferência de recursos ociosos para setores carentes de investimentos (estrangulamento). Assim, de acordo com o quadro 1, os ciclos de Kondratieff corresponderam cada um a um “degrau” na escala da substituição por importações do processo de industrialização, ou seja, a industrialização no Brasil se deu pela transferência de recursos ociosos de um setor para outros. O capital acumulado em um setor era transferido para outros, que ao apresentaram estrangulamento também se apresentavam como rentáveis possibilidades de inversão.

³ Fase A do quarto Kondratieff (1948 – 1973); Fase B do quarto Kondratieff (início em 1973)

Quadro 1 - Ciclos de Kondratieff e acontecimentos no Brasil

<p>Fase "a" do Primeiro Kondratiev (1790-1815)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Carta da Lei de 1815 - criação do Reino do Brasil. - Independência do Brasil 	<p>Fase "b" do Primeiro Kondratiev (1815-1848)</p> <ul style="list-style-type: none"> - busca da auto-suficiência através da diversificação das fazendas de escravos, com aumento do produto destinado ao autoconsumo e diminuição na parte exportável. Economia mais independente com relação às importações.
<p>Fase "a" do Segundo Kondratiev (1848-1873)</p> <ul style="list-style-type: none"> - aumento da produção de produtos exportáveis. Início de um movimento de urbanização com as famílias dos senhores, pela transferência da casa-grande à cidade, como também da mão-de-obra escrava e semilivre. 	<p>Fase "b" do Segundo Kondratiev (1873-1896)</p> <ul style="list-style-type: none"> - nova fase de substituição de importações, com propagação de unidades artesanais e algumas manufaturas pré-industriais, sendo o capitalismo mercantil promotor desse desenvolvimento.
<p>Fase "a" do Terceiro Kondratiev (1896-1921)</p> <ul style="list-style-type: none"> - o nível de abertura da economia voltou a crescer como também o intercâmbio com o mercado externo. 	<p>Fase "b" do Terceiro Kondratiev (1921-1948)</p> <ul style="list-style-type: none"> - o esforço mercantil de substituição de importações ultrapassou os quadros primitivos e começou a ter caráter propriamente industrial, ou seja, início da industrialização propriamente dita.
<p>Fase "a" do Quarto Kondratiev (1948-1973)</p> <ul style="list-style-type: none"> - autonomia relacionada ao movimento de industrialização iniciada no ciclo antecedente, em relação aos impulsos do centro dinâmico. 	<p>Fase "b" do Quarto Kondratiev (início 1973)</p> <ul style="list-style-type: none"> - a classe até então menor dos capitalistas aliou-se ao latifúndio capitalista, aspirando a hegemonia. - estagnação da economia, devido aos reflexos da crise petroléira. - implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento para acelerar a economia, pelo governo militar.

Fonte: Rangel, 1981 Org. Galera, M.

Ianni (1971) explica que o desenvolvimento industrial brasileiro se deparou com estrangulamentos nas infraestruturas, pois este setor ordenava a ampliação dos investimentos públicos em setores essenciais como os de transportes, energia e outras. O Governo Vargas se encarregou da criação da indústria de base nacional, impondo políticas e investimentos orientados no sentido de fortalecer a indústria de bens de produção.

1.3 - O nacional-desenvolvimentismo

O desenvolvimentismo nacionalista⁴ (principalmente dos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek) que se estendeu dos anos de 1930 até metade da década de 1960 foi marcado pela intervenção do Estado na economia e pela proteção dos setores considerados estratégicos para industrialização e a soberania nacional, como energia, transportes e mineração, que serviram como suporte ao parque industrial primeiramente pelo denominado de Departamento II (bens de consumo, simples) e posteriormente o Departamento I (bens de produção, capital intensivo/fixo) nascente e ainda coube ao Estado o controle sobre os movimentos de capital estrangeiro.

Nesse período foram criados, pelo governo federal, empresas e órgãos públicos com o objetivo claro de maior gerenciamento direto do Estado no desenvolvimento de um capitalismo nacional. Ianni (1971) destaca que se esses órgãos federais tinham por objetivo dar condições de expansão ao modo capitalista nacional, que até então não se desenvolviam devido às rupturas estruturais em nível nacional e internacional. Assim, as atribuições destes órgãos eram de diagnosticar e propor soluções técnicas, com objetivos definidos de expandir e diversificar a produção nacional, desde a marinha mercante, da indústria até o comércio de carne; bem como expandir a indústria nacional e a criação dos vários departamentos e institutos.

Contudo, o desenvolvimento industrial brasileiro se deparou com estrangulamentos nas infraestruturas, pois, a nascente indústria e urbanização exigiam a ampliação e criação dos investimentos públicos nos setores de transportes, energia e outras. O Governo Vargas iniciou a implantação de uma indústria de base e a criação de empresas públicas para fomentar a industrialização autossustentada, o governo impôs políticas e investimentos foram orientados no sentido de fortalecer a indústria de bens de produção.

No mandato do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) como um elaborado o plano econômico, denominado Plano SALTE, que teve por objetivo estimular as áreas de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia – áreas que correspondiam às letras iniciais do plano.

No momento de implementação deste plano, o Brasil passava por um grande processo de urbanização nas capitais, devido aos investimentos maciços de indústrias

⁴ Ianni (1971, p. 89) descreve esse período um processo de desenvolvimento pelo qual a economia brasileira, no período pós Segunda Guerra Mundial, buscou incrementar políticas de desenvolvimento que visassem garantir-lhe meios de integração à nova ordem econômica mundial que começava a se desenhar.

nacionais e estrangeiras para impulsionar a economia urbana. Esse crescimento desordenado suscitou em um complicado período inflacionário, pois, ao mesmo tempo em que era injetado dinheiro nos centros urbanos, aumentava o custo de vida da população.

Na área de transportes, o Plano SALTE orientado pelo presidente Dutra redirecionou um investimento maior para reaparelhamento dos portos, compra de frotas marítimas estrangeiras e construção de oleodutos, além de manter os projetos ferroviários e rodoviários que já existiam. Construiu uma complexa rede ferroviária ligando as regiões Sul e Nordeste, chegando até o Recife, e mais de 2.500 quilômetros de rodovias – ainda que sem asfalto adequado – como a Rio-Bahia e a Rio-São Paulo, conhecida como Via Dutra.

No setor energético, houve um grande apoio financeiro de capital privado para estimular empresas concessionárias, que estavam em ascensão com o crescimento urbano. Com planos de elevar as eletrificações rural e urbana, o Plano SALTE foi responsável por aumentar em cerca de 40% a capacidade de geração de energia elétrica.

O setor petrolífero, que crescia cada vez mais, elevou sua produção diária para até 45.000 barris com a aquisição de 15 gigantescos petroleiros. Apesar dos grandes feitos, o Plano SALTE acabou fracassando por conta do agravamento da inflação. Com um custo de vida maior e menos poder aquisitivo, a população – sobretudo urbana – ficou desgastada com a imagem do presidente Dutra, que saiu do poder em 1951 com uma popularidade muito baixa.

Nesse encaminhamento, o segundo mandato de Getúlio Vargas (1951 – 1954) foi marcado pela participação do Estado na economia através de investimentos infra estruturais no setor de energia, com a criação da Eletrobrás, dos transportes, das comunicações e indústria de base (ferro e aço, química pesada, equipamentos e material ferroviário, elétrica e construção civil). Nessa fase ascendente do 4º Kondratieff (1948-1973) foi criado o órgão principal de financiamento econômico para os projetos de infraestrutura (em 1952) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Lamoso (2001) destaca que Estado passou a atuar decisivamente na expansão industrial de base do país ao criar as condições para acelerar o desenvolvimento industrial com ações diretas como a criação da Petrobrás (fase ascendente do terceiro juglariano 1952-1964), que possibilitou a expansão da capacidade de refino, estimulando os ramos do cimento, material elétrico pesado e mecânico e, também, o abastecimento de solventes, asfalto, gasolina comum, gás liquefeito, querosene e óleo diesel, para atender a demanda

interna. Isso permitiu a expansão da produção de aço, cimento, papel e papelão, borracha e fertilizantes.

Como plano de governo neste período, foi instituída uma reforma cambial destinada ampliar a capacidade de exportações de produtos brasileiros e priorizar a produção nacional frente os produtos importados. O governo instaurou nesse momento a Instrução 70 da SUMOC⁵ e expandiu as indústrias locais; de forma geral essas medidas representaram um avanço no processo de industrialização do país.

Em outra perspectiva, já no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1960) teve início uma ação estatal que percorre outro caminho, houve uma transição de uma política econômica que criava um sistema econômico nacional, para uma política de desenvolvimento orientado para a atração de capitais externos, importantes para o processo de industrialização do país.

O Plano de Metas foi criado, acarretando profundas mudanças no sistema econômico do país, aprofundando a relação entre Estado e economia; as legislações com restrição ao capital estrangeiro foram suspensas por meio da Instrução 113 da SUMOC⁶. O poder público passou a atuar no sistema econômico. Rangel (2005) destaca o fortalecimento do setor privado em território nacional e o papel do Estado diante da posição política adotada que acabou por consolidar e expandir um capitalismo dependente, onde o Estado fortaleceu o setor privado ligado ao capitalismo mundial, passando a ser avalista dos novos investimentos do setor privado nacional e estrangeiro.

O Plano de Metas do Governo JK no processo de substituição de importação alavancou o investimento federal nas indústrias de base, visando suprir os déficits da infraestrutura nacional por meio de investimentos em: energia-elétrica, nuclear, carvão, refino do petróleo, transportes, reequipamentos e manutenção estradas de ferro, rodovias, portos barragens; bem como incentivar a agroindústria: trigo, armazéns e silos, *frigoríficos*, matadouros, mecanização, agricultura e fertilizante; além de outros setores da indústria de base como, aço, alumínio, metais não ferrosos e cimento, podem-se destacar também as indústrias de papel e celulose, exportação de ferro, automobilística, de construção naval, maquinaria pesada equipamento elétrico; a educação recebeu também recebeu

⁵ De acordo com Caputo e Melo (2009): A Instrução 70 da SUMOC propunha um tratamento diferenciado para importações e exportações, e as primeiras eram classificadas em cinco categorias, definidas de acordo com a essencialidade dos bens para o funcionamento do sistema produtivo. Esta política cambial fazia uma conciliação entre a proteção do setor industrial e o reforço das finanças do Estado para garantir o investimento na infraestrutura.

⁶ De acordo com Caputo e Melo (2009): A Instrução 113 da SUMOC autorizava a importação de equipamentos sem cobertura cambial, com objetivo de aumentar a importação de bens de capital sem criar problemas para o balanço de pagamentos, e, assim, modernizar rapidamente a indústria nacional.

investimentos, o objetivo era preparar mão-de-obra qualificada para atender a eminente indústria moderna em implantação; a construção de Brasília e as infraestruturas de acesso que articulou o Sul e Sudeste do país ao Centro-Oeste e Norte (SILVEIRA, 2007. p. 46).

O lema de “50 anos em 5” fez que sua política concedesse privilégios a vários setores, principalmente a indústria de bens de consumo duráveis como automóveis, eletrodomésticos, garantido continuidade do programa siderúrgico. Esse modelo adotado acabou reformulando uma relação de dependência e aprofundou a internacionalização da economia brasileira, instalaram no país algumas montadoras de automóveis (Volkswagen, Ford, Chevrolet) concentrando-se na região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo, São Caetano).

Silveira (2007) esclarece que através do Plano de Metas, o governo federal investiu em infraestruturas que proporcionaram crescimento econômico, sobretudo, na expansão da atividade industrial. Essas infraestruturas foram capazes de superar a fase depressiva do terceiro juglariano (1958-64). A produção industrial cresceu 80% no período, a de aço cresceu 100%, as indústrias mecânicas 125%, as indústrias de equipamentos de transportes cerca de 600%, um crescimento de 380% nas indústrias elétricas e de comunicação.

No período dos governos militares (1964-1985) a industrialização nacional se expandiu de forma a agregar os interesses do capital estrangeiro e da burguesia nacional associando o capital multinacional ao grande capital privado nacional.

Os governos militares adotaram diretrizes econômicas que tinham por objetivos: incentivar as exportações de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar sistema tributário e fiscal; criar condições e estímulos para a entrada de capitais e tecnologia estrangeira; conter os níveis salariais em todos os setores da produção; estimular a modernização das estruturas urbanas; executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; estabelecer novos projetos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da Amazônia; ampliar os limites do “mar territorial”; defender e estimular a indústria do café solúvel; formular uma política brasileira de energia nuclear; modernizar as estruturas universitárias; retornar os estudos sobre a reforma agrária; propor o plano de “integração nacional” (IANNI, 1971.p. 229).

Nesse processo podemos articular o surgimento dos frigoríficos de capital nacional associado ao crescimento do empresariado nacional de carne bovina no período entre as décadas de 1950/60, provocando a emergência desta classe industrial do agronegócio, em especial nas regiões de abertura de fronteiras (centro-oeste

principalmente). Nesse cenário, até o final da década de 1940 se fazia presente uma política de associação do Estado ao capital privado tivemos uma forte presença dos frigoríficos de capital anglo-americanos concorrendo no mercado interno com os frigoríficos nacionais. Contudo, a partir dos anos de 1950, o governo implementou medidas (empréstimos, isenções de taxas, etc.) de favorecimento para implantação de novos frigoríficos no interior do Brasil Central. Mamigonian (2004, p. 12) explica que a reação mais importante ao domínio dos grandes frigoríficos estrangeiros acabou partindo dos pequenos açougueiros nacionais de origem imigrante, que apesar de disporem de pequenos capitais iniciais acabaram crescendo mais rapidamente, pois tinham conhecimento de mercado, que resultou na perda das vantagens monopolistas que eram empregadas por frigoríficos estrangeiros.

Com o aumento da concorrência os frigoríficos estrangeiros perderam o monopólio do mercado, entre os anos de 1951-64 em vista dos movimentos nacionalistas, os grupos estrangeiros entraram em crise e passaram gradativamente a serem comprados por outros grupos nacionais ou mesmo de países vizinhos, principalmente a Argentina.

Os governos militares por meio de planejamentos estatais atuaram em todos os setores da economia, propondo a aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico do país interrompido entre 1962-1963 e conter o processo inflacionário assegurando políticas de investimentos, assim, criou-se os planos governamentais como Programas de Ação Econômica do Governo (1964-1966) e o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), Rangel (2005). As décadas de 1970 e 1980 marcaram a implantação dos I, II e III Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND⁷ (1972-1985), que tiveram por objetivo acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, com conseqüente queda do índice de inflação.

Buscando fortalecer a construção do projeto de nação brasileira, o governo militar lançou mão de lemas como “integrar para não entregar” e “uma terra sem homens para homens sem terra”, no caso da ocupação da Amazônia por nordestinos. Em uma tentativa de justificar a ocupação estratégica de territórios inóspitos do país, considerados “atrasados” com relação ao crescimento econômico e industrial do sudeste. Tendo à frente o Presidente Médici, o governo militar brasileiro instituiu por meio do Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970, o Plano de Integração Nacional – PIN.

O PIN procurou mobilizar o sentimento nacionalista paralelamente à abertura econômica do país ao capital estrangeiro, baseada na acumulação, incentivo à

⁷ A breu (2008) explica que Os PND foram Planos Nacionais de Desenvolvimento durante a ditadura militar no Brasil e tinham uma vigência de 4 anos cada. À saber I PND (1970/74); II PND (1975/79); III PND (1980/84).

industrialização e à tecnologia, em nome do bem estar social. As superintendências de desenvolvimento, como a Sudene⁸, Sudam⁹ e Sudeco¹⁰, desempenharam importante papel no contexto desenvolvimentista, à medida que incentivaram a ocupação do norte, nordeste e centro-oeste do Brasil, com objetivos estratégicos de instalar ali as indústrias de bens primários, utilizando mão-de-obra barata, realizando a mais-valia e desafogando, ao mesmo tempo, o centro-sul do país, modernizando-o e colocando-o na posição hierárquica de controle da produção nacional.

Com a abertura de estradas e a maior integração da região sul do estado de Mato Grosso com o estado de São Paulo a pecuária ganhou ainda mais espaço e construiu sua hegemonia econômica, estando umbilicalmente associada à formação pioneira das bases políticas do sul de Mato Grosso, representada pela classe dos fazendeiros. Essa malha viária de ligação entre o sul de Mato Grosso e os grandes centros brasileiros influencia na dinamização econômica desta região, confirmando sua condição de principal arrecadadora do estado.

A pujança do sul do estado na década de 1970 favoreceu a inserção da atividade frigorífica nas proximidades com os estados exportadores de gado, (principalmente SP), uma vez que criadores passaram a buscar as áreas próximas às rodovias para a prática da pecuária de engorda. Mamigonian (1986) explica que por volta de 1955 os frigoríficos do Brasil Central pecuário se concentravam próximos ao vale do Paraíba (SP), com a construção da malha viária interligando o sul de Mato Grosso ao estado de São Paulo houve uma diversificação espacial dos frigoríficos, que buscaram se aproximar da matéria prima, e conseqüentemente, intensificam a atividade frigorífica nas proximidades entres os dois estados.

Nesse encaminhamento os investimentos do Estado foram direcionados para a modernização do parque industrial, principalmente o setor siderúrgico, o petroquímico; com

⁸ A Superintendência de Desenvolvimento do nordeste – Sudene foi Criada originalmente pela Lei 3.692, de 1959, teve como finalidade promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação (a totalidade de nove estados nordestinos e o extremo norte de Minas Gerais) e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. Disponível em: www.sudene.gov.br

⁹ A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam é uma autarquia do governo federal do Brasil, criada em 1966, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região da Amazonia Legal, gerando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais. Disponível em www.sudam.gov.br

¹⁰ A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco foi criada por meio da lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste. À Sudeco compete definir objetivos e metas econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste; a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional e a formulação de programas e ações de desenvolvimento, em articulação com os demais órgãos do Governo Federal. A sua área de atuação inclui os Estados do Centro-Oeste - Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás - e o Distrito Federal. Disponível em www.sudeco.gov.br

investimentos em distribuição e refino de petróleo e seus derivados, modernização da agricultura, que abriu de vez o mercado interno para as grandes multinacionais deste setor, bem como a ampliação da rede de energia (com a construção de hidrelétricas e as usinas nucleares.).

Outro fator importante da criação do PIN, segundo Abreu (2001) foi à disposição do Estado para a integração do território nacional, por meio de políticas federais, voltadas para a expansão da fronteira econômica do país para a região Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste, com objetivos de atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais. Dessa forma, foram feitos levantamentos e sistematização de dados sobre os principais setores e problemas da economia brasileira (Plano Decenal), projetos de colonização foram criados visando à ocupação dos territórios.

O discurso de “integrar para não entregar” revela a importância dada à questão da integração nacional e soberania nacional. O estado, pelo planejamento, investiu em rodovias; energia para fomentar o desenvolvimento e ocupação e integração da economia nacional nas regiões Norte, Amazônica e Centro-Oeste.

Ainda pela análise de Abreu (2001), os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PNDs) foram os instrumentos de planejamento do Estado, sendo que o II PND esteve associado à implantação dos Pólos de Desenvolvimento, pela implantação de órgãos como a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste - Sudeco, no sentido de buscar desenvolvimento e integração regional, no mesmo momento histórico criaram-se programas em torno do conceito de Pólos de Desenvolvimento como Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN)¹¹ cabendo ao Estado investir em infraestrutura e criando estímulos fiscais e financeiros para desenvolver a região, pelos estudos e diagnóstico da mesma.

Outra medida importante para retomada do desenvolvimento ocorreu pelo mecanismo da “correção monetária” de 1964, que permitiu um novo momento do crescimento econômico brasileiro, este mecanismo proporcionou um aumento da demanda de consumo de bens duráveis, assim, a população pode consumi-los, criou-se um sistema de correção monetária calculada de acordo com a taxa de inflação oficial, compensando a desvalorização da moeda, dessa forma, incentivou o

¹¹ De acordo com Abreu (2001), o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) funcionou de 1974 a 1978, se constituindo em um conjunto de medidas destinadas a dotar o Pantanal Mato-grossense de condições para uma “... melhor utilização de seus amplos recursos, visando a sua definitiva integração ao desenvolvimento nacional”.

consumo e, por outro lado, as indústrias investiram devido o aumento da demanda (RANGEL, 2005, p. 709).

Rangel (2005) destaca que a política de modernização do Estado e do parque industrial na década de 1970 visou à integração do capital nacional com o internacional, por meio das parcerias público-privadas, com base na aliança dos capitais internacional, estatal e privado nacional, o capital estrangeiro incidiu de duas maneiras: investimento direto das empresas multinacionais na indústria de bens de consumo e, empréstimos a empresas estatais em setores estratégicos como, comunicação, mineração e siderurgia e, também, pelo empréstimo a empresas privadas nacional de bens de consumo não duráveis.

Contudo, neste período;

Fato importante foi o surgimento da inflação enquanto fenômeno mundial, pois a mesma é a consequência do agravamento do crescimento a partir de 1979, ou seja, a inflação relaciona com a recessão/desaquecimento, elevando os preços internacionais na fase recessiva, no momento de queda da taxa de crescimento das exportações. (RANGEL, 2005, p. 723).

Continuando sua análise, o autor em tela esclarece a que forte crise do petróleo, no final da década de 1970 agravou a recessão econômica interna na década de 1980, desta maneira, o processo de crescimento econômico brasileiro baseado na substituição de importação foi afetado. O Estado perdeu capacidade de financiar os projetos em infraestrutura, isto é, exauriu sua capacidade de endividamento para socorrer as empresas públicas e sustentar o esforço de formação de capital para o país. O aumento do endividamento é explicado como resultado da busca de recursos para concluir a implantação do parque industrial moderno. Contudo, outros fatores influenciaram o endividamento nacional, houve uma forte valorização do Dólar, o aumento expressivo do preço do petróleo, a necessidade de investimentos em infraestrutura, vistos os nós de estrangulamento que impediam o avanço da industrialização nacional.

Ressalta-se também a necessidade de se parar de comprar o que nossa indústria já podia produzir, pois já havia se instalado um pujante parque de indústrias de base. Neste viés, Rangel coloca que em momentos de crise deve haver uma redistribuição das atividades entre o setor público e privado, ou seja, uma concessão de serviços públicos a iniciativa privada, de maneira que este passe a atuar nos setores ociosos de investimento, via apresentação de garantias (ativos, plantas industriais, etc.).

Esse momento histórico marca também o fim do regime militar no Brasil, uma nova constituição foi votada (1988), na qual, se instituiu a democracia eleitoral, através da qual o primeiro presidente eleito foi Fernando Collor de Melo (1990 - 1992), que iniciou um projeto de desenvolvimento neoliberal da economia brasileira, após o processo de *impeachment* de Collor assumiu o governo o então vice-presidente Itamar Franco (1992 - 1994), seguido por dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 -1998 e 1999 - 2002), que incumbiu seu governo de restabelecer o processo de abertura econômica e financeira nacional.

Assim, deu-se início a uma política de ajuste econômico no país por meio da ação de agentes reguladores internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), visando estabelecimento de normas para crise da dívida externa com a implantação de políticas cuja finalidade era reintegração na economia mundial, dessa forma, com a criação de programas de ajustes econômicos e uma nova redefinição do papel do Estado na economia.

1.4 – O Neoliberalismo no Brasil

A abertura do mercado interno do início dos anos noventa implicou em grandes transformações para o conjunto da economia brasileira. O distanciamento da idéia do desenvolvimento econômico nacional foi apenas um dos efeitos dessas mudanças, que foram expressas também no processo de reestruturação e racionalização produtiva. A partir de 1990, com a ascensão do governo Collor e Fernando Henrique Cardoso, uma contrarrevolução que substituiu o nacional-desenvolvimento pelo neoliberalismo “[...] que, sob o comando dos EUA, passou a paralisar a economia brasileira e o Estado nacional, bem como a provocar o apodrecimento da vida política e cultural do Brasil” (MAMIGONIAN, 2004, p. 129).

As mudanças políticas do Estado brasileiro, no sentido de sua maior inserção no mundo globalizado (principalmente na década de 1990) acarretaram uma série de medidas que resultaram em retração da regulamentação das relações econômicas, privilegiando a concorrência e a competitividade, reduzindo à capacidade de conduzir as

políticas macroeconômicas voltadas à retomada do desenvolvimento nacional e da geração de emprego.

Tomando por base os apontamentos de Mamigonian (2004), temos que esta fase do capitalismo é caracterizada pela fraqueza das instituições públicas internacionais; uma contínua deterioração da distribuição da renda em nível global; alto grau de volatilidade financeira; Estado mínimo, isto é, o Estado teve seu papel de fomento sócio-econômico reduzido.

Podemos ressaltar que o modelo neoliberal se tornou um problema pelos seus efeitos sociais, ocorreu de forma global à perda das garantias sociais, e seguiu ameaçando a garantia de serviços públicos como saúde, educação e segurança, os grupos estrangeiros inseridos no Brasil exigiram dos governos a redução de gastos, e a inserção de políticas restritivas de renda, fiscais e monetárias e, também, a desregulamentação das leis trabalhistas, e maior intensificação da exploração dos trabalhadores e, os novos empregos criados foram poucos e, em geral, apenas para jovens adultos com boa qualificação, criando um cenário de insegurança e incerteza, ou seja, uma espécie de apartheid, onde todos competem com todos. (MAMIGONIAN, 2004, p.136)

A crise do modelo Nacional-desenvolvimentista e a transição para o modelo Neoliberal constituíram alguns dos fatores marcantes do período. Estas mudanças atingiram também os diferentes ramos da atividade industrial, com impactos significativos no desempenho da indústria no conjunto da economia, submetendo-a aos altos juros internos, dificuldades financeiras decorrentes do arrocho cambial e das dívidas dolarizadas. De acordo com a notícia divulgada pelo jornal Valor Econômico de 24/09/2009 a maior estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real demonstra que antes do plano havia mais de 3 mil frigoríficos de carne bovina no país, o número já recuou para cerca de 700.

Mamigonian (2004) explica que mediante a nova etapa de abertura comercial de 1995, os oligopólios industriais que operavam no mercado interno se viram defrontados com os gigantes oligopólios internacionais, a inflação foi controlada momentaneamente à custa de importações maciças (o Real [moeda vigente] foi supervalorizado frente ao dólar), que provocaram queda da produção nacional, desemprego etc.

A concorrência empresarial e a competitividade se tornaram o grande diferencial entre as empresas de origem nacional, ou mesmo entre as multinacionais, principalmente após a abertura comercial principiada nos anos 1990.

A inserção dos capitais estrangeiros de forma abrupta na economia brasileira na década de 1990 levou a emergência de um novo padrão de acumulação, que contemplou

impositivamente o encolhimento do papel do Estado retirando-o da estrutura produtiva via privatizações.

Na proposta rangeliana o Estado deve assumir o papel de trazer investimentos privados para os setores estrangulados, contudo, instituindo “concessões de serviços públicos à iniciativa privada”, pois o Estado já não tinha condições de tais empreitadas.

As outorgas teriam por objetivo desonerar o poder público de encargos operacionais; haveria redução dos custos das atividades delegadas e estimulado à vinda de capitais privados para a prestação de serviços públicos; os investimentos privados redundariam uma maior eficiência operacional em gerenciamento e logística; haveria maiores investimento em material rodante e permanente; haveria redução do custo-Brasil nos transportes ferroviário; (outros modais); haveria fomento de diversos novos empreendimentos como a indústria de equipamento e a indústria da construção civil; (SILVEIRA, 2007, p.103-104)

Silveira (2007) referencia que um projeto de associação dos capitais públicos e privados deve se pautar no ideário de transferência dos recursos ociosos para anti-ociosos, que são os serviços de infraestrutura pública como produção de energia, construção e manutenção de ferrovias, rodovias, hidrovias, modernização portuárias, saneamento básico e mercado imobiliário através de construção de novas casas habitacionais.

Podemos entender essas transferências de recursos por meio de uma análise temporal dos fatos ocorridos no Brasil, no momento em que a política liberal foi iniciada, o Estado tinha pouca possibilidade de obter os recursos. Logo, as transferências constituíam a única forma de investimento viável. Contudo, havia uma grande questão a ser resolvida a retomada do desenvolvimento em investimentos na infraestrutura exigia a criação de um sistema de intermediação financeira para transferir os recursos ociosos.

Rangel (2005) caracteriza este sistema de intermediação financeira como um instrumento de transferência intersetorial de poupança ou excedente econômico em favor de empresas privadas. O Estado faz essa captação de recursos no mercado, e a empresa que receberá esse empréstimo dá uma planta industrial em garantia ao Estado. Na ocasião de inadimplência, o Estado toma o bem hipotecado, pois o Estado é o avalista, credor, hipotecário e concedente.

Mamigonian (2004) explica que a inserção dos ideais liberais no Brasil favoreceu a implantação de um padrão de privatizações e de outorga prejudicial ao país, resultando em uma drástica redução da poupança pública; no esgotamento da capacidade de endividamento do Estado brasileiro; no comprometimento dos recursos fiscais e parafiscais

futuros e na dificuldade em rolar as dívidas, que trouxeram deficiência para muitos setores de infraestrutura da economia.

As transformações nas estruturas produtivas, ocorridas neste período de aprofundamento do processo de globalização, criaram novos espaços industriais oriundos da difusão das multinacionais, que acabaram por transformar a composição do setor industrial nacional, criando regiões com taxas de crescimento variáveis e aumentando às desigualdades espaciais, assim como o aparecimento de uma rede mundial de centros financeiros fruto da crescente internacionalização das transações financeiras.

A partir da conjuntura de economia liberal, o país passou por um processo de desconcentração regional de suas atividades industriais, ou seja, empresas dos mais variados setores interiorizaram sua produção, buscando regiões do Brasil onde pudessem produzir com menor custo e longe de organizações sindicais mais atuantes, diminuindo a importância do eixo Rio - São Paulo, expandindo sua presença para outros estados da federação. Nesse período entre o final da década de 1990 e início do século XXI foi quando tivemos as transferências de diversas plantas industriais dos frigoríficos do estado de São Paulo em direção ao Mato Grosso do Sul, na busca de aproximar a indústria do fornecedor de matéria prima, reduzir os custos de produção, aumentar ganhos de produtividade e por sua vez inserir o produto no mercado global. Outro fator preponderante é a questão ambiental, as novas legislações ambientais são severas frente às atividades poluidoras, esta questão se configurou como uma das mais decisivas para a instalação de frigoríficos no território sul-mato-grossense, onde as empresas realizam a etapa de abate, que se configura pela alta demanda de recursos hídricos e pela geração de dejetos não comercializáveis.

Entre as várias análises existentes sobre o processo de desconcentração e descentralização industrial está a de Lencioni (1994), na qual a autora entende o processo de desconcentração através da dispersão da indústria no território, enquanto o processo de descentralização está ligado aos fatores de comando e decisão das empresas.

Apesar de haver uma dispersão das plantas industriais em direção ao interior do país, as decisões de comando das grandes empresas continuam sendo centralizadas nas regiões metropolitanas, especialmente a de São Paulo. Deste modo, a região metropolitana paulistana aprofunda seu papel como gestora e concentradora de serviços essenciais à administração empresarial.

A implantação industrial fora da capital, em grande parte nos municípios próximos aos principais eixos rodoviários, não assume o significado de

uma descentralização. Partilhamos da idéia de que a “decisão, o poder de mando, o efeito catalisador, o ambiente inovador, os serviços essenciais de ordem superior, esses continuam concentrados na grande metrópole” (LENCIONI, 1994, p. 57).

Firkowski (1999) descreve que, o processo de transferência de indústrias é um processo de desconcentração, pois o que se transfere são apenas as unidades produtivas da metrópole para outras áreas, o comando e a gestão das empresas continuam concentrados em um mesmo local; já a descentralização pressupõe não apenas a transferência de unidades produtivas, como também o processo decisório e o comando das empresas, fato que não ocorreu em Mato Grosso do Sul, pois quando analisado a origem e o poder de decisão das empresas frigoríficas do estado temos um fator que nos revela que nenhum dos frigoríficos exportadores do estado é de origem local, ou seja, todos vieram de outros estados e possuem seus escritórios de comando em outros estados.

A abertura comercial e a consolidação dos blocos regionais, a partir da metade da década de 1980, afetaram as relações econômicas e a competitividade dos países, e das empresas, que passaram a conviver constantemente com o crescimento dos concorrentes internacionais. Nos mercados globalizados, a competitividade passa a ser regulada por meio de políticas públicas monetárias, cambiais e fiscais; bem como pelos ganhos contínuos de eficiência dos agentes econômicos, obtidos a partir da redução de custos, inovação tecnológica, diferenciação de produtos, e ainda, pela capacidade de organização e coordenação sistêmicas das cadeias produtivas, obtidas a partir das estruturas de governança estabelecidas entre os agentes públicos e privados (JANK; NASSAR. 2000).

O câmbio sobrevalorizado com a criação do plano Real somado com altas taxas de juros criou um incentivo sem igual às importações para diversos setores, principalmente eletroeletrônicos, e um desestímulo às exportações. Nosso estudo revelou que em meados da década de 1990 o setor frigorífico nacional oscilou frente à concorrência estrangeira, fator que contribuiu para a reordenação das empresas ligadas a este setor em território nacional. Contudo, o Real supervalorizado em relação ao Dólar favoreceu a compra de gado e melhoria de genética do rebanho nacional. As altas taxas de juros cobrados pelo setor financeiro diminuíram a competitividade das empresas brasileiras, devido ao encarecimento da produção interna de bens destinados aos mercados externo e interno. As melhores condições de financiamento estavam para a compra de produtos importados, dadas às vantagens em termos de prazo e taxas de juros do financiamento externo, fator que estimulou o incremento das importações.

Todavia, no governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003 - 2006 / 2007 -2010) temos uma redefinição na ordem da economia neoliberal, há uma intervenção do Estado no sentido de procurar incentivar o setor produtivo nacional, as exportações e a inovação. O governo pratica uma política industrial de crescimento da economia depende de reformas estruturais pró-mercado, isto é, reformas nas leis e nas instituições da sociedade para aumentar as interferências do governo em decisões privadas. O mercado recebendo intervenções do Estado tende a potencializar o crescimento por meio da retomada dos controles monetário, cambial e fiscal, buscando controle da inflação com aceleração do crescimento, na política monetária; câmbio flutuante com acumulação de reservas internacionais; e equilíbrio orçamentário com aumento do gasto social na política fiscal.

1.5 – Comércio exterior brasileiro

As teorias de comércio internacional colocam como essenciais o papel das diferentes características das nações para explicar as trocas internacionais.

Rainelli (1998) explica que na teoria tradicional uma das vertentes do comércio internacional é baseada nas vantagens comparativas (ou princípio das vantagens comparativas) de maneira que o comércio entre dois países, regiões ou pessoas pode ser benéfico, mesmo quando um deles é mais produtivo na fabricação de todos os bens. Nesse caso o que importa não é o custo absoluto de produção, mas a razão de produtividade que cada país possui.

Até meados do século XX, a teoria tradicional do comércio internacional - princípio das vantagens comparativas/dotações de fatores - foi suficientemente capaz de explicar o padrão de comércio entre os países, ou seja, o país melhor dotado do fator capital deveria ser um exportador de produtos intensivos em capital e o país melhor dotado do fator trabalho deveria ser um exportador de produtos intensivos em trabalho (chamado comércio interindustrial). Com isso, a teoria tradicional do comércio internacional fornecia uma clara explicação para a divisão internacional do trabalho. (RAINELLI, 1998, p. 82)

O conceito é muito importante para a teoria do comércio internacional moderno. Por outro lado o autor em tela contrapõe esta teoria em detrimento à outra denominada vantagem absoluta, ou seja, cada país se concentra em um nicho baseado nestas vantagens, beneficiando-se com a especialização em setores nos quais é mais eficiente, e comercializando os seus produtos com outros países. Pela teoria das

vantagens comparativas, mesmo que um país não possua vantagem absoluta, ele pode especializar-se nos setores em que apresenta vantagem comparativa. Para nosso trabalho este ponto é bastante significativo, visto que as empresas frigoríficas do Brasil se internacionalizaram e fazem parte do cenário internacional. Rainelli (1998) elucida que as teorias tradicionais não deixam nenhum lugar às empresas multinacionais e ao comércio intra-empresas no seu esquema, pois são as nações e somente elas que trocam. No entanto, as trocas entre filiais das empresas multinacionais implantadas em diferentes países representou mais de um terço do comércio mundial de mercadorias na década de 1980.

A política industrial e de comércio exterior definidas no Governo Fernando Henrique Cardoso visou aperfeiçoar o aparato institucional, sobretudo por conta da estabilidade econômica após a implantação do Plano Real. No âmbito das medidas mais gerais e das modificações institucionais, ocorreram diversas iniciativas de redução do “custo Brasil”, que seria alcançado pela combinação das seguintes medidas: desoneração fiscal das exportações (de acordo com informações disponibilizadas pela Receita Federal produtos destinados à exportação são isentos de ICMS, PIS e IPI), melhoria das condições de financiamento às exportações e à produção para exportação (incluindo-se o seguro de crédito às exportações), e maior eficiência e redução de custo na infraestrutura portuária, de comunicações e de transporte.

Os incentivos institucionais citados seriam mecanismos promotores das exportações para que o sistema de crédito se orientasse no sentido da produção e comercialização de produtos destinados à exportação; apoio a logística e comercialização de produtos para exportação. Todavia, Lamoso (2010) explica que o comércio exterior brasileiro, nas últimas décadas, apresentou uma redução da participação de produtos manufaturados nas exportações, concomitantemente ao aumento das exportações de produtos básicos, de origem agrícola e mineral. Esse aumento de exportação de produtos de baixo valor agregado provocou discussões acerca da possível “reprimarização” da economia brasileira.

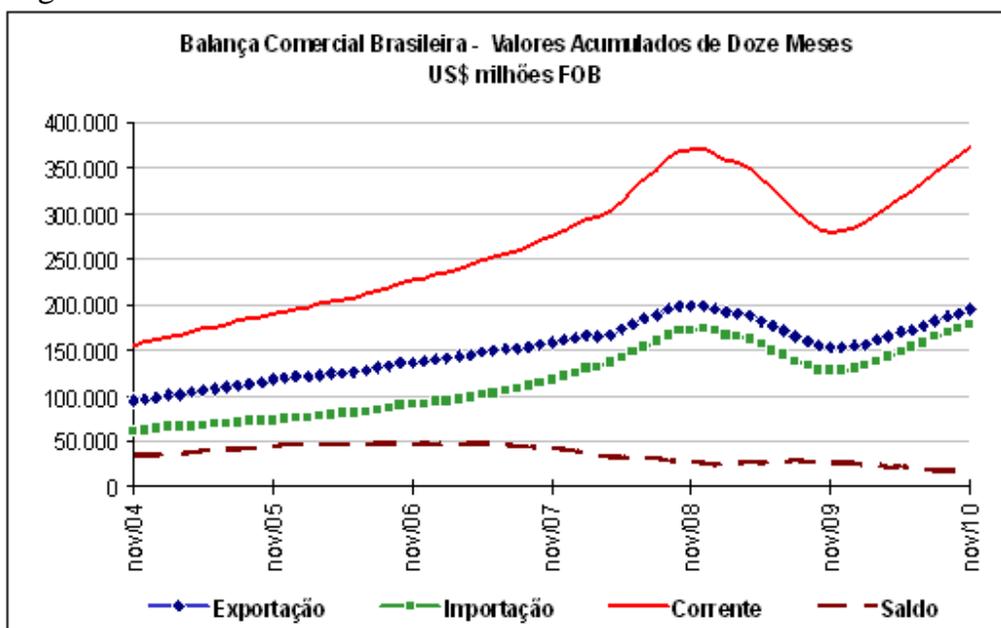
A autora em tela destaca que segundo dados do MDIC (2010), no conjunto do total nacional, nos anos de 2006, 2007 e 2008 a participação percentual dos produtos básicos sobre o valor total foi de, respectivamente: 29,2%, 32,1% e 36,9%. Para as exportações de manufaturados, no mesmo período, os percentuais foram de 54,4%, 52,3% e 46,8%.

Esse movimento pode ser compreendido a partir de dois processos: como reflexo da perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados e também

como uma expressão da mudança na estrutura das exportações, com uma participação maior dos produtos agrícolas e menor dos produtos manufaturados.

Por meio da análise dos dados mais recentes do MDIC (Figura 1) podemos verificar que no comparativo 2009-2010 para o mês de novembro, as exportações brasileiras somaram US\$ 195,460 bilhões. Sobre o período novembro/2008-novembro/2009, houve aumento de 28,3%, quando as exportações atingiram US\$ 152,349 bilhões. As importações totalizaram US\$ 178,380 bilhões, registrando crescimento de 40,5% sobre o mesmo período anterior, de US\$ 126,928 bilhões. O superávit comercial, em doze meses, acumulou a cifra de US\$ 17,080 bilhões, valor 32,8% abaixo de equivalente período anterior (US\$ 25,421 bilhões). A corrente de comércio cresceu 33,9%, de US\$ 279,277 bilhões para US\$ 373,840 bilhões.

Figura 1



Fonte: MDIC, 2010

De acordo com o MDIC e com a apuração do Departamento de planejamento e desenvolvimento do comércio exterior podemos ressaltar o aumento nas exportações de produtos básicos relativos à 2009/10 para o mês de novembro. Ressaltam-se os aumentos nas vendas de: minério de cobre (+365,0%, passando para US\$ 145,5 milhões); minério de ferro (+176,2%, para US\$ 2,7 bilhões); milho em grãos (+130,1%, para US\$ 401,7 milhões); mármore e granitos (+66,8%, para US\$ 20,9 milhões); soja em grão (+65,9%, para US\$ 139,5 milhões); café cru em grão (+62,4%, para US\$ 588,9 milhões); algodão em bruto (+59,3%, para US\$ 106,7 milhões); uvas frescas (+55,5%, para US\$ 20,5 milhões);

carne bovina (+ 52,9%, para 4,96 bilhões); carne de frango (+38,9%, para US\$ 518,7 milhões); e farelo de soja (+37,1%, para US\$ 417,7 milhões)

Nas vendas de produtos semimanufaturados, ocorreram importantes acréscimos nas exportações de: óleo de soja em bruto (+231,7%, para US\$ 120,8 milhões); cacau em pó (+126,9%, para US\$ 11,2 milhões); mates de níquel (+113,4%, para US\$ 15,8 milhões); zinco em bruto (+98,2%, para US\$ 14,5 milhões); sucos e extratos vegetais (+81,4%, para US\$ 7,7 milhões); produtos semimanufaturados de ferro ou aço (+78,7%, para US\$ 302,8 milhões); açúcar em bruto (+61,2%, para US\$ 1,2 bilhão); e ferro fundido (+55,5%, para US\$ 76,2 milhões).

Relativamente aos produtos manufaturados, os itens que apresentaram maiores crescimentos foram: veículos e materiais para vias férreas (+336,2%, para US\$ 47,9 milhões); máquinas e aparelhos para uso agrícola (+116,4%, para US\$ 71,2 milhões); máquinas e aparelhos para terraplanagem (+111,5%, para US\$ 131,9 milhões); aviões (+91,9%, para US\$ 410,2 milhões); veículos de carga (+83,1%, para US\$ 160,4 milhões); chassis com motor para automóveis (+76,7%, para US\$ 114,8 milhões); partes de motores para automóveis (+76,6%, para US\$ 149,0 milhões); inseticidas, formicidas e semelhantes (+74,7%, para US\$ 59,8 milhões); tratores (+61,7%, para US\$ 119,8 milhões); laminados planos de ferro ou aço (+59,9%, para US\$ 207,7 milhões); fio-máquina e barras de ferro ou aço (+59,1%, para US\$ 77,8 milhões); motores para veículos automóveis (+50,1%, para US\$ 92,0 milhões); e hidrocarbonetos e seus derivados halogenados (+50,1%, para US\$ 105,7 milhões).

Nossa descrição revela que as cifras bilionárias estão presentes nas exportações de produtos básicos: minério de ferro (US\$ 2,7 bilhões) e carne bovina (US\$ 4,96 bilhões) e produtos semimanufaturados: açúcar em bruto (US\$ 1,2 bilhão). No entanto, a exportação de carne bovina é mais representativa no cenário nacional, o que comprova o destaque dos produtos primários na pauta exportadora do Brasil.

Fazendo uma análise dos mercados compradores dos produtos brasileiros (Tabela 1) podemos destacar no comparativo novembro de 2009/2010, que as exportações brasileiras avançaram em 39,8%. As vendas foram positivas para todos os blocos econômicos considerados.

**Tabela 1 EXPORTAÇÃO BRASILEIRA – PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS
JANEIRO/NOVEMBRO – 2010/2009 - US\$ MILHÕES FO**

	Janeiro/Novembro		Var.% 2010/09 p/média diária	Part. %	
	2010	2009		2010	2009
Ásia	51.296	37.044	38,5	28,3	26,7
. China	28.160	19.886	41,6	15,6	14,4
América Latina e Caribe	42.388	31.184	35,9	23,4	22,5
- Mercosul	20.117	13.496	49,1	11,1	9,7
. Argentina	16.456	10.798	52,4	9,1	7,8
- Demais da AL e Caribe	22.271	17.688	25,9	12,3	12,8
União Européia	38.548	31.100	23,9	21,3	22,4
EUA (1)	17.135	14.368	19,3	9,5	10,4
Oriente Médio	9.471	6.847	38,3	5,2	4,9
África	8.362	7.907	5,8	4,6	5,7
Europa Oriental	4.308	3.085	39,6	2,4	2,2
Demais	9.489	6.997	35,6	5,2	5,1
TOTAL	180.997	138.532	30,7	100,0	100,0

Fonte: SECEX/MDIC.

Janeiro-Novembro/2010: 228 dias úteis; Janeiro-Novembro/2009: 228 dias úteis

(1) inclui Porto Rico.

As exportações para a Ásia, o principal comprador de produtos brasileiros, aumentaram em 85,7% em novembro de 2010. Os maiores mercados compradores na região foram: China (US\$ 2,3 bilhões, +104,8%), Japão (US\$ 699,2 milhões, + 113,4%), Índia (US\$ 388,4 milhões, +41,5%), Coreia do Sul (US\$ 324,0 milhões, +81,6%), Indonésia (US\$ 243,7 milhões, +191,9%); e, Taiwan (US\$ 201,9 milhões, +89,2%). China, Hong Kong e Japão compraram juntos cerca de 135.000 toneladas de carne bovina brasileira, o que representa um acréscimo de 14,5% no período 2009/2010.

As exportações brasileiras para a Europa Oriental, no comparativo novembro 2010/2009, cresceram 44,5%, totalizando US\$ 380,0 milhões. As vendas para a Rússia, maior mercado na região, aumentaram 69,5%, passando de US\$ 203,2 milhões para US\$ 344,4 milhões, seguida pela Ucrânia (+48,4%, para US\$ 16,5 milhões) e Geórgia (+57,5%, para US\$ 5,6 milhões). Referente à importação de carne bovina do Brasil a Rússia aparece como maior comprador, para o período em análise volume de carne adquirida pelos russos chegou a 419 mil toneladas, o equivalente a US\$ 1,023 bilhão.

As vendas ao Mercosul registraram aumento de 43,2%. Para a Argentina, maior parceiro comercial dentre os integrantes do bloco as vendas cresceram 46,8%, passando de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,8 bilhão no período comparativo.

No tocante às exportações destinadas ao Paraguai, verificou-se aumento de 25,0%, totalizando US\$ 219,2 milhões, e as vendas ao Uruguai cresceram 33,1%, para US\$

145,3 milhões. Neste país existem unidades de frigoríficos de origem brasileira, sendo que estes são do mesmo grupo (Marfrig) que atua no território sul-mato-grossense.

As compras do Oriente Médio registraram aumento de 39,0%, passando de US\$ 664 milhões para US\$ 922 milhões. Os principais países de destino na região foram: Arábia Saudita (US\$ 279,8 milhões, +61,4%), Emirados Árabes Unidos (US\$ 196,9 milhões, +83,2%); Irã (US\$ 147,5 milhões, +16,0%), e Síria (US\$ 67,2 milhões, +14,8%).

As vendas ao continente africano registraram aumento de 29,1%, totalizando US\$ 922 milhões. Os principais parceiros na região foram: Egito (+52,7%, para US\$ 216,9 milhões), África do Sul (+11,5%, para US\$ 100,6 milhões), Argélia (+55,9%, para US\$ 115,1 milhões); Angola (-15,0%, para US\$ 82,3 milhões); Marrocos (+106,0%, para US\$ 80,7 milhões); e Nigéria (-30,3%, para US\$ 59,1 milhões),

Segundo maior comprador de produtos oriundos do Brasil, a União Européia registrou crescimento de 28,9% nas suas aquisições, ao passar de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 3,7 bilhões. Os principais países de destino no bloco, por ordem decrescente de valor das exportações, foram: Países Baixos (US\$ 914,8 milhões, +8,7%), Alemanha (US\$ 645,1 milhões, +23,1%), Reino Unido (US\$ 536,2 milhões, +58,2%), Itália (US\$ 372,6 milhões, +40,1%), Espanha (US\$ 335,0 milhões, +63,8%) e Bélgica (US\$ 269,9 milhões, +8,7%).

Os países da América Latina e Caribe elevaram suas compras do Brasil em 22,0%. Os principais mercados compradores foram: Venezuela, com a participação de 2,0% do total exportado (US\$ 349,2 milhões, +8,31%), México, com participação de 1,8% (US\$ 319,2 milhões, +36,4%); Chile com participação de 1,6% (US\$ 286,0 milhões, +35,0%), Peru, com a participação de 1,2% (US\$ 208,8 milhões, +22,2 e, Colômbia, com participação de 1,0% (US\$ 179,1 milhões, +25,8%).

Na atualidade os Estados Unidos são o terceiro maior comprador individual de produtos brasileiros. Contudo, a participação dos EUA no total da pauta de exportação brasileira registrou queda, passando de 11,5% em novembro de 2009 para 8,7% em igual mês de 2010. Isto se explica pela diversificação dos parceiros comerciais do Brasil principalmente no governo Lula (2003- 2010), que firmou parcerias comerciais com os mercados do Oriente Médio, porção Austral da África e países do leste europeu.

Contudo, no atual cenário do comércio internacional, é de fundamental importância que esforços sejam desenvolvidos no sentido de manter a participação das exportações brasileiras no mercado mundial. Para atingir este objetivo, faz-se necessário a identificação das barreiras às exportações incidentes sobre os produtos brasileiros, de forma

que possam ser objeto das negociações internacionais para eliminação dos obstáculos comerciais.

1.6 - A retomada da participação do Estado e a organização industrial do Mato Grosso do Sul

O projeto de integração nacional do Brasil teve como principal postura estratégica a reordenação territorial a partir do princípio de pólos de desenvolvimento, base fundamental para o processo de regionalização brasileira. Segundo Egler (1988), o conceito de território pressupõe a existência de relações de poder, podendo, nesse contexto, também pressupor relações de classes, enquanto materialização de interesses de classes dominantes no processo de produção e reprodução do espaço.

O centro-oeste foi considerado como potencial “celeiro do Brasil” na produção de grãos, além de local ideal para alocação da pecuária, para longe dos grandes centros urbanos. Esta opção gera disparidades à medida que as regiões menos ocupadas se encarregam de exportar matéria-prima barata e importar produtos beneficiados mais caros. O aumento de produtividade ocorre, o PIB aumenta, mas a renda gerada não é igualmente distribuída, intensificando as desigualdades regionais.

Egler (1988) revela que o enfoque dado à questão regional para explicar as origens das desigualdades territoriais na produção e distribuição da renda nacional é pouco usual entre os geógrafos econômicos. Raramente as disparidades inter-regionais na apropriação da riqueza são tratadas como uma questão territorial, inscrita no espaço desde origens da produção mercantil e constantemente transformada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.

Devido à necessidade de se dispor de um instrumento capaz de nortear as ações voltadas ao desenvolvimento do Centro-Oeste é que surge o Documento Básico de criação da Sudeco, criada por meio da Lei nº 5.365 de 1º de Dezembro de 1967, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região Centro-oeste. Abreu (2001) explica que as realizações da Sudeco tiveram valor extraordinário para a expansão capitalista da economia do Centro-Oeste. A este respeito, o papel da Superintendência tem sido considerado bem mais favorável ao capital do que ao trabalho. De meados dos anos de 1970 à metade dos anos de 1980, se intensificou a expansão da ocupação capitalista para o centro-oeste, por incentivo do Estado, que depois da crise do petróleo, precisava gerar

divisas para pagar o aumento do insumo energético, acarretando à região Centro-Oeste grandes transformações, tanto sociais, como econômicas e ambientais.

Estudos realizados sobre os resultados da experiência de planejamento conduzida pela Sudeco mostram que a Superintendência conseguiu “vender” o Centro-Oeste como a “Nova Fronteira” e a “Região Solução”, segundo modelo de desenvolvimento lastreado na expansão da agricultura em larga escala e na agroindustrialização. Abreu (2001) esclarece que o modelo praticado pela Sudeco exauriu-se em virtude da própria crise do planejamento em escala nacional e regional, posta a nu na década de 1990, no quadro do processo de enfraquecimento do Estado-Nação e do projeto desenvolvimentista, que fora praticado durante o governo militar.

Nesse contexto, cabia ao Estado à aceleração da modernização do país através do crescimento econômico, da industrialização, da urbanização, importação de *know-how* das multinacionais, tudo calcado numa postura racionalista e tecnocientífica. O chamado tripé correspondia à associação entre o capital nacional, o capital internacional e o Estado, atuando juntos para salvaguardar os interesses de acumulação do sistema capitalista. (ABREU, 2001, p. 72).

Seguindo a análise de Abreu

No Mato Grosso do Sul, as empresas de capital industrial nacional e/ou multinacional assumiriam explicitamente a (re)organização do processo produtivo, imprimindo diversificação e nova dispersão espacial de unidades empresariais no estado. Estamos falando da suinocultura e avicultura, instaladas na parte austral (e de fronteira com o Paraguai) de Mato Grosso do Sul e que mudariam completamente a “paisagem” no campo, até então dominado pela monocultura da soja, inserindo inclusive novas relações e ritmos de trabalho, em grande parte calcada no trabalho familiar sob comando da indústria. . (ABREU, 2008, p. 119).

No Mato Grosso do Sul, foram retomadas propostas de políticas de desenvolvimento regional que se baseiam na consolidação de pólos de desenvolvimento, em que foram consideradas: Três Lagoas, como centro de diversificação industrial; Campo Grande, centro administrativo e industrial; Dourados, como centro agroindustrial e Corumbá, como centro turístico e siderúrgico.

Podemos ponderar que de certa maneira o desenvolvimento industrial sul-mato-grossense seguiu o crescimento em torno de uma aglomeração urbana e ao longo das grandes fontes de matérias primas, assim como nos locais de passagem de fluxos comerciais significativos e em torno de uma grande área agrícola dependente (São Paulo).

O pólo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque ele é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto. Ele forma um pólo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes; e ele se tornará um pólo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido (SOUZA, 1993, p. 33).

Souza (2005) destaca que o desenvolvimento industrial de Mato Grosso do Sul, se deu por meio do crescimento industrial em cidades que apresentam uma logística melhor estabelecida e que viabilizam os custos de transporte e de insumos. Nesse quadro podemos destacar os municípios que estão próximos aos estados da região sudeste.

Sabadin (2006) destaca que a implantação de unidades agroindustriais em Mato Grosso do Sul após 1990 foi intensa. Esmagadoras de soja, moinhos de trigo, fecularias, laticínios, fertilizantes, usinas de álcool e outras, criaram naquele ano mais de 4.500 empregos diretos, passando a influenciar outros ramos de produção, articulando o aumento progressivo do setor secundário do estado.

Por meio da análise dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e do Relatório Anual de Informação Social – Rais, (Tabela 2) pode-se explicar o fato do Mato Grosso do Sul ter obtido um avanço na industrialização na segunda metade dos anos de 1990, devido: a) à agropecuária e agroindústrias, que ainda foram às responsáveis pela geração de quase 50% da renda gerada no Estado no final dos anos 1990; e, b) à implantação e/ou maturação de empresas ligadas aos ramos mais dinâmicos de maior incorporação de mão de obra: metalurgia, papel, madeira e etc.

Tabela 2- Evolução do número de estabelecimentos dos principais gêneros da indústria de transformação no Brasil e no Mato Grosso do Sul: 1990-2008

Gêneros Industriais	BR 1990	MS 1990	BR 1995	MS 1995	BR 2000	MS 2000	BR 2002	MS 2002	BR 2004	MS 2004	BR 2006	MS 2006	BR 2008	MS 2008
Metalúrg.	14.721	956	18.321	1.295	18.725	1.276	20.576	1.523	23.350	1.757	27.555	2.294	29.618	2.602
Mecânica	7.546	458	8.661	581	10.059	657	7.423	442	8.087	516	10.090	810	12.033	985
Materiais Transporte	2.625	214	2.943	247	2.969	252	4.785	300	5.269	345	4.887	362	5.067	378
Mad. Mob.	21.663	1.783	26.223	2.266	26.904	2.313	23.858	2.352	26.316	2.631	30.895	2.719	31.364	2.825
Papel e Gráfica	9.881	703	10.815	763	12.557	918	13.076	943	15.784	1.109	18.005	1.438	19.183	1.553
Borracha Fumo Couro	10.522	613	13.823	841	14.621	794	10.600	671	11.326	764	11.623	880	12.368	977
Química	9.159	531	10.478	661	11.237	702	14.851	982	16.270	1.100	19.128	1.374	20.840	1.550
Têxtil	21.976	819	34.428	1.443	40.307	1.931	36.192	2.276	40.299	2.500	44.200	3.289	48.540	3.852
Alim. e Bebidas	21.805	1.874	24.152	2.119	24.918	2.140	33.181	2.590	39.739	3.047	45.873	3.686	46.192	3.827

Fonte: MTE/RAIS 1990 - 2008
Org. Galera, M.

Ainda de acordo com os dados do MTE/Rais (Tabela 2), há de modo geral o predomínio das indústrias de alimentos/bebidas (onde se inserem os frigoríficos e as cooperativas agrícolas), que no Brasil aumentaram 93% (em números de estabelecimentos) entre 1990 e 2008; todavia, no Mato Grosso do Sul, para o mesmo período houve um aumento de 105%, consolidando este ramo industrial como o mais expressivo no estado. Destacamos que no Brasil de modo geral, e em Mato grosso do sul em particular, temos uma forte presença industrial, mas vinculada, sobretudo, aos gêneros do chamado setor tradicional, incluindo-se a agroindustrialização, tendo as grandes multinacionais como líderes deste processo, tanto vinculadas aos grãos (soja, trigo, milho, etc.), como à pecuária extensiva.

Outro setor industrial que destacamos é o têxtil que no Brasil teve um incremento de 116% no numero de estabelecimentos e em Mato Grosso do Sul 350%, passando de 819 empresas em 1990 para mais de 3800 em 2008, que reforça nossa análise de que no estado se intensificaram as indústrias que são intensivas em mão de obra.

O comportamento das exportações, analisado percentualmente as exportações do Mato Grosso do Sul temos que em 2006: 72% das exportações eram de produtos básicos e 7% manufaturados. Em 2007 – 77% de básicos e 5% de manufaturados. Em 2008, 80% de produtos básicos e 4% de manufaturados. Apenas em 2009 houve uma inflexão nessa tendência, na seguinte ordem: 75% de básicos e 5% de manufaturados, devido à expressão da exportação de carne desossada de bovino congelada, que foi o produto mais exportado por Mato Grosso do Sul em 2009. (LAMOSO, 2010, p.3)

A política econômica de internacionalização de determinados setores, como no caso dos frigoríficos favorecem a lógica da produção primária. Conforme Lamoso (2010), o Mato Grosso do Sul acentuou sua inserção internacional exercendo o papel de fornecedor de mercadorias consideradas como bens primários, parte delas como commodities, destacando-se na composição das exportações do estado o setor agropecuário representado pela indústria frigorífica. A inserção da pecuária e da indústria da carne bovina, bem como a instalação de unidades exportadoras serão analisadas nos capítulos II e III.

CAPITULO II

A pecuária na formação regional e a industrialização de carne bovina no Mato Grosso do Sul

2.1 - Brasil Central Pecuário, a formação do comércio da carne.

A atividade pecuária nacional se originou na época da colonização, surgindo como atividade alternativa e de suporte à produção de outras culturas com destaque para a produção de charque, bem como abates para a própria subsistência.

Mamigonian (1974) mostra que a maior incidência da criação bovina localizou-se inicialmente no Nordeste, migrando posteriormente para a região Sul, para o Sudeste e, mais recentemente, para o Centro-Oeste brasileiro. Destacamos que o denominado “Brasil Central Pecuário” segue o estudo de Benites (2000), que engloba os estados da região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás), Paraná, Minas Gerais e São Paulo, que se destacam pela criação e inserção das empresas rurais, e pela concentração da indústria frigorífica.

A atividade pecuária desempenhou uma função importante na expansão da fronteira agrícola e na ocupação do território nacional, na atualidade, o rebanho bovino está presente em todas as regiões do país. De maneira geral no Brasil, o sistema de criação é extensivo, com o gado solto no pasto, esta forma garante ao país custos mais competitivos no mercado internacional.

Referenciado por Mamigonian (1974) destacamos que no final do século XIX, os empreendimentos frigoríficos europeus e norte americano haviam se estabelecido em solo argentino e uruguaio no intuito de expandirem novas áreas de criação e exportação de carne. Contudo, essas empresas se depararam com fortes reivindicações salariais nesses países, e concomitante a este fator se iniciou a primeira guerra mundial. Desta forma, as estrangeiras passaram a investir no Brasil, devido ao aumento das demandas internacionais, bem como aos incentivos que o Estado brasileiro lhes concedeu para suprir as quedas do comercio internacional do café.

O primeiro frigorífico brasileiro começou a funcionar no ano de 1913, na cidade de Barretos – SP, favorecido pelo aumento da demanda por carne no período entre Guerras, que incentivou o aumento das exportações para a Europa, ocorrendo o incremento do comércio de gado para os frigoríficos de São Paulo. Importante fato a ser explicado é que os frigoríficos nacionais tiveram origem a partir de investimentos dos chamados “comerciantes de carne”, ou seja, açougueiros e donos de matadouros, em geral de origem imigrante. O setor frigorífico como podemos constatar, desde seus primórdios não foi conduzido por pecuaristas, mas sim por comerciantes, ligados as atividades econômicas de escala.

Vários são os frigoríficos implantados no Brasil durante o princípio do século XX. No Rio Grande do Sul surgiram os frigoríficos pertencentes às norte-americanas *Swift & Co.* (1919), *Armour & Co.* (1917), juntamente com o frigorífico da Companhia de Pelotas (1919). Em São Paulo foram fundados frigoríficos pertencentes à norte-americana *Armour & Co.* (1921) e a Companhia Frigorífica de Santos (1917), empresa subsidiária da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, a mesma que havia construído e operava o estabelecimento de Barretos (1913). (MAMIGONIAN, 1974, p. 13)

O incremento do mercado internacional de carne (no advento das duas Grandes Guerras), fez com que o governo brasileiro incentivasse a implantação de frigoríficos em São Paulo, atraindo o interesse de investidores europeus e norte-americanos, na concessão e aquisição de terras para constituir fazendas de gado e explorar jazidas de minerais no sul de Mato Grosso. O surgimento e expansão da indústria frigorífica no Brasil durante a década de 1910 acarretou a elevação das indústrias de alimentação à condição de ramo mais importante do setor terciário da economia brasileira.

Benites (2000) em suas observações destaca que a exportação brasileira de carnes atingiu a quantidade de 60.509 toneladas anuais em 1918, números de expressão se lembrado que os mesmos eram quase nulos antes da ocorrência da Primeira Guerra Mundial.

Por meio da interpretação dos estudos de Mamigonian (1974) e Benites (2000), vimos que as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro atuavam como organizadores da atividade pecuária no Brasil Central pecuário no início do século XX, tendo o gado leiteiro próximo aos grandes centros, e as áreas de criação seguiam uma tendência contrária, sendo distribuídas na periferia mais distante (principalmente Mato

Grosso e Goiás), já as áreas de engorda e abate estavam distribuídas em porções intermediárias do território.

Por conseguinte, destaca-se que a localização dos frigoríficos seguia dois tipos principais; o primeiro junto às metrópoles nacionais, principalmente São Paulo, por ser o centro consumidor de maior importância no cenário nacional, e o segundo onde os frigoríficos se agruparam juntos às áreas de engorda, na região central pecuária.

Estes dois tipos de localização correspondem a duas etapas distintas de implantações: entre 1913 e 1925, surgiram os primeiros estabelecimentos, junto a São Paulo e Rio de Janeiro, controlados por grandes empresas estrangeiras, que dominaram o mercado por várias décadas. De 1950/1960, empresários nacionais, freqüentemente modestos no início, implantaram abates nas áreas de engorda, suplantando as empresas estrangeiras. (MAMIGONIAN, 1974, p. 8).

No Brasil Central, tanto os frigoríficos nacionais como os estrangeiros abatiam vários tipos de animais (bovinos, suínos, ovinos...) produzindo grande variedade de produtos, sendo que os frigoríficos estrangeiros se diferenciavam pelas maiores dimensões e melhores localizações. No caso dos frigoríficos nacionais os empresários instalavam suas unidades em locais onde já tinham outros negócios. O domínio exercido pelas empresas internacionais ocasionou um forte movimento de desnacionalização deste setor, Benites (2000) destaca que o grupo Anglo adquiriu os frigoríficos de Barretos e Santos nos anos de 1923 e 1931 respectivamente, ficando não somente com a planta industrial, mas também com as terras e as cabeças de gado.

Os frigoríficos estrangeiros controlavam, em 1940, no Brasil Central e, especialmente, em São Paulo, cerca de 420.000 hectares, entre terras próprias e arrendadas, dispondo assim de gado próprio na proporção de 35 a 40% do abate que realizam e influenciando na determinação do preço. (BENITES, 2000, p. 50)

As concessões feitas pelo Estado aos frigoríficos de capital internacional facilitaram a concentração da criação; engorda; transporte; abate e distribuição da carne em nível internacional, no cerne da cadeia produtiva de carne do Brasil Central, consolidando a fase de desnacionalização da economia pecuária. O estudo de Benites (2000) destaca como as companhias internacionais intervieram nos preços da arroba que abasteciam tanto o mercado interno, quanto o externo. Esse exercício de monopólio gerou conflitos com os grupos de capital nacional, que passaram a se mobilizar em prol de mudanças de ordem econômica que lhes permitissem concorrer com os grupos internacionais.

A economia da pecuária de corte se consolidou em um grupo de interesse que aumentou seu poderio econômico, em consequência da posse de maior quantidade de terra; os criadores cunharam grupos de interesse a partir da política estabelecida pelo Estado. Nesse momento, os preços da carne bovina começaram a apresentar aumento significativo (BENITES, 2000), em parte explicado pelo aumento de consumo e o baixo potencial de reprodução do rebanho bovino brasileiro.

Desta maneira, diferente do que aconteceu em outros países da América do Sul que intensificaram sua participação no comércio internacional por causa da demanda de trigo, carnes e lã, o governo brasileiro, deu preferência ao desenvolvimento da economia voltada para o mercado interno, com moderação da sua inserção no período de recessão, enquanto que especificamente no Brasil Central, a produção permanecia destinada às trocas com produtos manufaturados vindos do exterior, o que de certo, manteve a ligação do mercado regional com as economias centrais, permitindo *a posteriori*, a introdução da carne no mercado europeu. (MAMIGONIAN, 1986)

Com o fortalecimento dos empresários nacionais do setor de carne, ocorreu uma realocação da espacialização dos frigoríficos no Brasil Central, Benites (2000) mostra que no lugar de gigantescos frigoríficos localizados próximos às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, o setor tende a se concentrar junto às áreas de criação e engorda dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais e Goiás, (Figura 2) reduzindo as dimensões das plantas industriais investindo em modernização e na especialização do abate de carne bovina resfriada e congelada.

Figura 2



Com base nos referenciais adotados e a partir de temas e conceitos ligados à formação e desenvolvimento da bovinocultura de corte brasileira, é possível evidenciar elementos e indicadores relevantes do processo sócio-econômico da atividade e sua importância para os dias atuais.

Os principais produtores mundiais de carne bovina na atualidade são os EUA, Brasil, União Européia e China, que juntos respondem por 67% da oferta mundial, conforme pode ser observado na Tabela 3. No período de 2005-2010, houve uma diminuição na produção mundial de carne bovina na ordem 2,5%. Observa-se, entretanto, que enquanto a produção brasileira de carne bovina cresceu 8,4 % os EUA e a União Européia, em decorrência de problemas sanitários nos rebanhos em períodos anteriores, tiveram uma redução de 5,5% e 3,2%, respectivamente.

Tabela 3

PAISES PRODUTORES DE CARNE BOVINA (TON)

PAIS/	2005	2006	2007	2008	2009	2010**
EUA	11.318	11.980	12.096	12.163	11.816	11.631
Brasil	8.776	9.053	9.297	9.000	9.180	9.500
EU-27	8.090	8.150	8.188	8.090	8.000	7.950
China	5.681	5.767	6.132	6.132	5.764	5.530
Argentina	3.200	3.100	3.300	3.150	3.200	2.800
Índia	2.250	2.375	2.413	2.525	2.660	2.795
Austrália	2.102	2.183	2.172	2.159	2.100	2.075
México	1.725	1.550	1.600	1.600	1.625	1.630
Canadá	1.470	1.329	1.278	1.288	1.300	1.275
Rússia	1.525	1.430	1.370	1.315	1.280	1.265
Paquistão	1.005	1.057	1.113	1.168	1.226	1.250
Outros	9.325	9.590	9.392	9.436	8.876	7.914
TOTAL	56.467	57.564	58.351	58.026	57.027	55.615

Fonte: ABIEC
2010** Projeção
Reelaborado: Galera, M.

Destacamos que o aumento de produção nacional é explicado com base nas transformações significativas da última década. A incidência na Europa, da doença da vaca louca acentuou a preocupação com o consumo de carnes, principalmente, a bovina. A redução do rebanho bovino europeu provocou uma mudança no padrão de consumo de carnes e, também, na necessidade de importação adicional para complementar à demanda interna. Os principais produtores de carne bovina do bloco são a França, a Alemanha e a Itália, nessa ordem.

Para análise do mercado Norte-americano tivemos um surto de aftosa no ano de 2002 e o caso confirmado da vaca louca ocorrido em dezembro de 2003, que reduziram o ritmo de abate no país, que caiu de 12,4 milhões de toneladas de carcaça para 11,2 milhões. (SABADIN, 2006, p. 52) O país não possui capacidade de produção para atender toda a demanda interna, o que ocasionou, em 2003, a importação de aproximadamente 1,4 milhões de toneladas. Esses volumes se dividem basicamente entre carne industrializada do Brasil e da Argentina e cortes *in natura* de países como Uruguai, Austrália e Canadá o que, desde então, torna o país um potencial importador de quantidades significativas de carne bovina.

2.2 - O papel da pecuária na formação regional e a industrialização de carne bovina no Mato Grosso do Sul.

Em análise nesse capítulo esta a gênese e a participação de Mato Grosso do Sul no contexto da pecuária e da industrialização da carne bovina. Mamigonian (1974) revela que no início do século XX, a inserção da pecuária comercial do estado de Mato Grosso do Sul remete ao processo histórico do antigo Mato Grosso ocorrido a partir do segundo grande surto minerador do Brasil colônia.

O ano de 1719 marca a chegada de tropas a pé de bandeira oriunda de Minas Gerais, que atingiu a porção centro ocidental do atual estado de Mato Grosso, iniciando a exploração de ouro nas jazidas nas cercanias de Cuiabá. No século XIX, ao entrar em decadência as principais jazidas na Capitania de Mato Grosso, o forte refluxo populacional garantiu apenas a produção pecuária (carne, couro, caldo, tração), de chá e mais tarde de açúcar, fortemente associada à região platina e especificamente ao pantanal. (LUEDEMANN, 2009, p.1).

Por volta de 1910 o rebanho bovino mato-grossense era calculado em 2,5 milhões de cabeças, enquanto os abates nas charqueadas e para o consumo, somadas às vendas interestaduais alcançavam 156 mil cabeças (Mamigonian, 1974, p. 4).

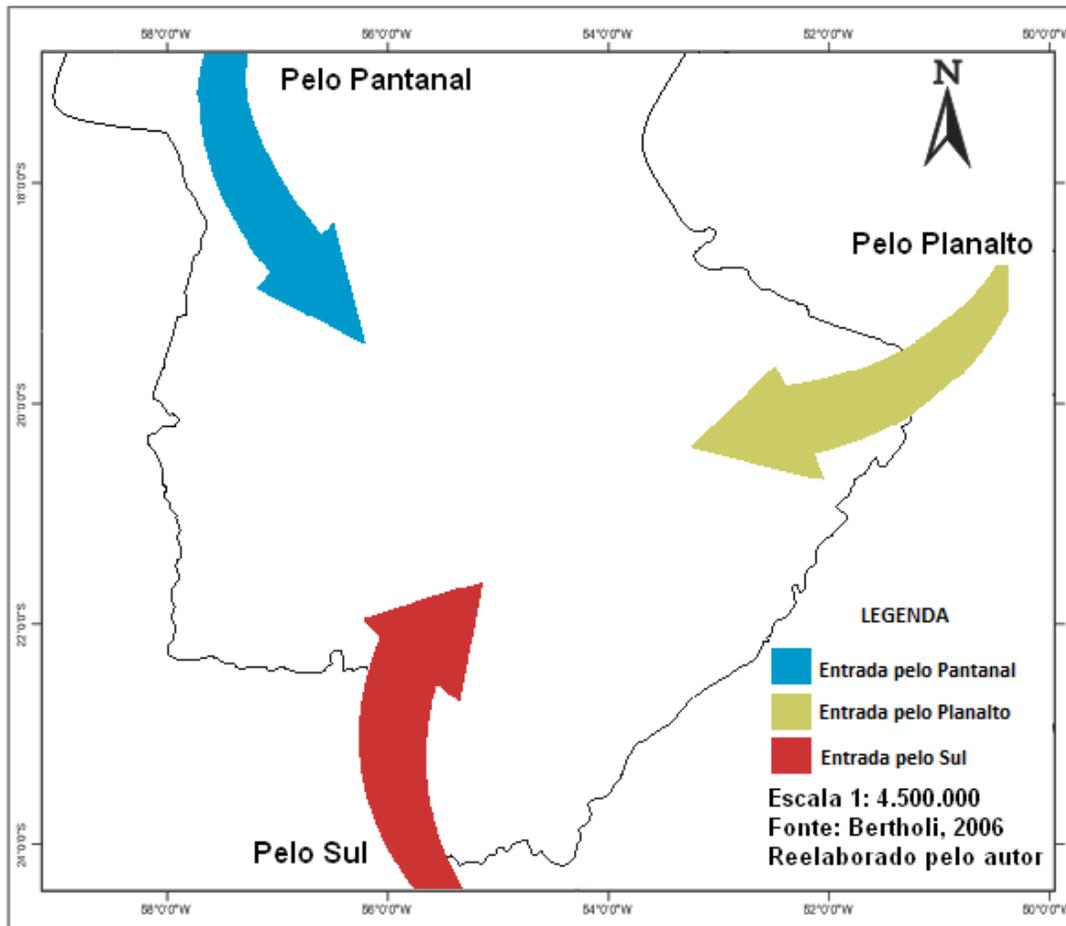
O crescimento acelerado do rebanho do norte de Mato Grosso explica a rápida ocupação pecuária do Pantanal, bem como confirma a importância das condições naturais para o processo de ocupação, tanto as vias fluviais que permitiram a comunicação do Pantanal com os países platinos e com a parte mais ao norte do Brasil quanto à permissividade do terreno plano e da vegetação esparsa do cerrado que motivaram a vinda de grande leva de cuiabanos no século XIX, mineiros, paulistas e gaúchos que se voltaram à criação do gado, bem como à exploração de erva-mate ao longo dos séculos XIX e XX.

Bertholi (2006) destaca três portas de entrada ao espaço da região sul do estado de Mato Grosso, que hoje conhecemos por Mato Grosso do Sul (Figura 3): O Pantanal, o Planalto e o Sul. Historicamente utilizadas, sob diferentes pretensões, mas que, sobretudo nos permite compreender a inserção deste lugar à dinâmica das relações nacionais. Como via pioneira da comunicação do Sul de Mato Grosso com as demais localidades, o Pantanal possibilitou, pelos seus aspectos físicos, a formação de grande reserva de gado pelos seus extensos pastos naturais.

A abertura do Porto de Corumbá no final do século XIX aliado aos incentivos fiscais promoveu a entrada de embarcações de todos os lugares e a reanimação do comércio

da região pantaneira, caracterizando um novo quadro de estímulo à vinda de imigrantes, via Rio Paraguai, uma vez que o território de Mato Grosso oferecia, além das riquezas naturais, a possibilidade de exploração fundiária de extensas terras.

Figura 3 Entradas para o sul de Mato Grosso Séc. XIX



Na análise de ocupação do território pelo planalto temos as primeiras penetrações do gado já nos fins do século XVIII, com a chegada de imigrantes pecuaristas oriundos de Minas Gerais. Seguiu-se a chegada de “forasteiros” de São Paulo, engrossando o contingente que por ali adentrara no então espaço mato-grossense em busca por nova vida.

No final do século XIX, Sant’Anna do Parnaíba era considerada o núcleo mais populoso e dinâmico do sul de Mato Grosso, o que era explicado por sua localização estratégica junto aos limites dos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, tornando-se por isso ponto de passagem para inúmeras boiadas que demandavam aqueles estados. (BERTHOLI, 2006, p. 48)

Como visto, a fundação do povoado de Paranaíba se caracterizou no marco de inserção do Mato Grosso no mercado de gado em pé financiado principalmente pelo capital da mineração, que conduziu a formação da estrutura produtiva baseada na pecuária, reordenando as forças produtivas, contribuindo para o caráter da indústria pastoril do estado.

Já no século XX, Bertholi (2006) explica que com a chegada da ferrovia Noroeste do Brasil, o planalto voltou a abrigar grande contingente de migrantes, estimulando o crescimento de alguns centros urbanos, principalmente àqueles beneficiados pelos projetos de colonização estatal e pela fundação de colônias agrícolas, a exemplo de Ribas do Rio Pardo, Terenos, Bandeirantes, Piraputanga, Rio Verde, Bataguassu, Bataiporã, Bodoquena, Aral Moreira, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Deodópolis, Dois Irmãos do Buriti e Ivinhema.

Na ótica de ocupação do estado pela parte Sul devemos destacar um elemento econômico marcante na composição do espaço do extremo sul mato-grossense a erva-mate (*Illexis Paraguaienses*) que, juntamente com a agricultura de subsistência e a pecuária, passa a dividir os espaços recém-apropriados, iniciando o processo de estruturação das novas práticas produtivas.

O extremo sul do atual estado de Mato Grosso do Sul assistia a uma penosa estruturação fundiária, cujos interesses do latifúndio, sob o domínio principalmente de capitais estrangeiros (argentinos, uruguaios, paraguaios, franceses e ingleses) estavam representados pela economia de monopólio da Cia Matte-Larangeira.

Com a chegada dos gaúchos, após a Revolução Federalista, ocorre a ocupação das áreas nos chamados Campos de Vacaria - Rio Brilhante, Dourados, Maracaju, Bela Vista e Ponta-Porã. Estes são induzidos à criação de gado, devido à escassez da quantidade e da qualidade de terras para cultivo, em sua maior parte sob o usufruto da economia de monopólio ervateira. Nota-se aqui a ascensão de um grupo fundamental para que as práticas de produção capitalistas se desenvolvessem, dada à consolidação da atividade pecuária e a definição dos grupos de interesse.

Na segunda década do século XX, o Sul de Mato Grosso estava ocupado por índios, paraguaios, gaúchos, mineiros, paulistas, nordestinos e europeus (portugueses, espanhóis, ingleses, belgas, principalmente), demonstrando o caráter cosmopolita da formação social daquele lugar, que tiveram na confluência de seus aspectos físicos e sociais uma evidência da articulação entre seus objetos espaciais, historicamente articulados às inversões da divisão do trabalho e da evolução dos modos de produção. (BERTHOLI, 2006, p. 60).

A organização espacial da produção pecuária intensifica seu processo de especialização, principalmente após a Guerra com o Paraguai, possibilitando a consolidação de duas portas de escoamento Corumbá, como porto de exportação de charque para o mercado platino e Paranaíba, como passagem da produção pecuária com destino a etapa de engorda nas invernadas mineiras e paulistas. Mamigonian (1986), explica que pouco atrelada à Divisão Nacional do Trabalho, a pecuária pantaneira volta-se para o mercado internacional, via Rio Paraguai, recebendo os influxos das transformações que ocorriam no setor, dispondo-se por esse tempo de um estágio considerável de suas forças produtivas.

Goldestein & Seabra (1989) revelam que a atividade pecuária no centro-oeste teve caráter de extensão da região Sudeste, especializando-se no fornecimento de produtos alimentícios e matérias-primas, cada vez mais beneficiadas na própria região. Esses fatos, acrescidos da ocupação e valorização de espaços anteriormente pouco povoados (Mato Grosso do Sul e centro-sul de Goiás) explicam o acréscimo expressivo da renda agrícola.

O caráter de extensão do Sudeste é dado também pelas próprias formas de valorização do capital, favorecidas pela atuação do Estado na expansão das atividades agrárias, através de financiamento e facilidades de escoamento da produção; pela penetração de grandes lavouras industriais como soja e trigo, que na década de 70 vieram se somar às tradicionais culturas oleaginosas e de arroz; pelo avanço renovado da pecuária (plantios de pastos) de cria e recria nas áreas dos cerrados centrais do Pantanal e pelo extravasamento das áreas de invernadas (engorda) de São Paulo e do Triângulo Mineiro para o sul de Goiás e sudeste de Mato Grosso.

Concomitante, a expansão do comércio das áreas de engorda de gado de corte intensificaram-se as relações assalariadas, contudo, foi mantida intacta a base fundiária. Conforme Bertholi (2006) poder-se-ia dizer que o fortalecimento econômico da classe hegemônica, aliado ao isolamento físico em relação ao centro-norte do antigo estado, levou-a a postular a criação de um estado para si. A chegada dos trilhos que interligava o interior paulista a Corumbá despertou a expansão das idéias divisionistas, primeiro por causa dos novos conflitos fundiários causados pelas desapropriações e segundo por causa da disseminação da comunicação via férrea, fazendo alastrar a idéia da necessidade de separação da parte sul, notadamente mais dinâmica naquele momento histórico.

A União, preocupada em integrar os novos espaços agrícolas ao território nacional, incluiu a Região Centro-Oeste nesta área de expansão de fronteiras, visando o

abastecimento do mercado interno e à exportação, também conferindo à região o papel de absorvedora de excedentes demográficos.

O período de substituição industrial no Brasil passou a ocorrer junto à expansão do setor de produção agrícola, o objetivo principal foi direcionar essa produção para exportação, visando equilibrar a balança comercial, diante da aquisição de meios de produção para o setor industrial (máquinas e equipamentos). Desse modo, alguns ramos da agricultura voltados à exportação, tomaram feições industriais, sob incentivos e financiamentos do governo Federal, a agroindústria afirmou-se então como pioneira no processo que marcou a industrialização de Mato Grosso do Sul.

No curso dos anos 80, o que se notou foi que a maioria esmagadora de possíveis investidores no setor industrial eram comerciantes. A implantação de unidades agroindustriais no estado após 1985 é incontestável. Esmagadoras de soja, moinhos de trigo, frigoríficos, fecularias, curtumes, degerminação do milho, abatedouros, serrafiadeiras, fábricas de ração, laticínios, graxarias, fertilizantes, usinas de açúcar, etc.(BERTHOLI, 2006, p. 126).

Com a ocupação das áreas agrícolas, verificou-se uma acentuada modernização do processo produtivo. Emprego maciço de maquinaria e insumos de origem industrial, iniciando um novo período para a realidade socioeconômica de Mato Grosso do Sul.

No campo, as práticas agrícolas gradativamente se adaptaram às exigências do mercado internacional, e a pecuária Sul-mato-grossense seguiu esse rumo, atrelando-se às políticas das *commodities*. Nesse sentido nossa explanação, busca as relações que marcaram esta importante etapa da economia nacional em geral e da pecuária bovina sul-mato-grossense, em particular.

As vertentes surgidas com a especialização da pecuária constituíram uma rede que permite a reprodução do espaço capitalista de produção a partir da etapa inicial de criação de bovinos, e desta, a delimitação dos elos produtivos, são tratadas como estratégias de organização da produção sobre os territórios.

Já os aspectos ligados ao desenvolvimento de técnicas de manejo e emprego de tecnologias diversificadas, caracterizam os diferenciados estágios da atividade enquanto prática econômica, notadamente em destaque na comparação com outros lugares.

A economia brasileira é integrada ao processo mundial de expansão do capitalismo e altamente especializada e dirigida para o mercado externo. Segundo (RANGEL, 2001,

p.322), “A economia brasileira, desde a descoberta, desenvolve-se como complemento de outras economias – dos países que, sucessivamente ocupam a vanguarda no desenvolvimento da humanidade”. Essa afirmativa se faz presente também para o Mato Grosso do Sul, visto que de acordo com os dados das tabelas 4 e 5 os maiores volumes (tanto em U\$ ou quantidades) de negócios são provenientes de indústrias ligadas ao agronegócio.

Tabela 4

Mato Grosso do Sul - Principais Empresas Exportadoras 2009 / 2010

	2010 (JAN/OUT)		2009 (JAN/OUT)		VAR% 10/09
	U\$ F.O.B.	Part%	U\$ F.O.B.	Part%	
TOTAL DA AREA	2.494.304.820	100,00	1.645.574.155	100,00	51,58
TOTAL DAS PRINCIPAIS EMPRESAS	2.360.038.319	94,62	1.466.787.022	89,14	60,90
01 FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA	312.459.813	12,53	168.664.163	10,25	85,26
02 JBS S/A	221.116.575	8,86	64.406.886	3,91	243,31
03 ADM DO BRASIL LTDA	206.630.514	8,28	195.131.273	11,86	5,89
04 MINERACAO CORUMBAENSE REUNIDA S.A.	175.923.730	7,05	22.962.838	1,40	666,12
05 CARGILL AGRICOLA S A	169.561.362	6,80	127.543.531	7,75	32,94
06 BUNGE ALIMENTOS S/A	164.315.257	6,59	77.709.821	4,72	111,45
07 SEARA ALIMENTOS S/A	152.883.629	6,13	120.675.852	7,33	26,69
08 TAVARES DE MELO ACUCAR E ALCOOL S/A	86.178.990	3,46	54.798.427	3,33	57,27
09 MARFRIG S.A.	78.193.771	3,13	49.555.855	3,01	57,79
10 BERTIN S.A.	74.717.824	3,00	163.959.118	9,96	-54,43

Fonte: MDIC
Elaboração: Galera, M

A análise da tabela 4 revela o quanto o agronegócio é a atividade principal da cadeia exportadora do estado, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio – MDIC temos que entre as dez maiores empresas exportadoras do Mato Grosso do Sul todas são representantes de grupos voltados ao setor primário da economia.

Nosso destaque se dá ao grupo JBS, a maior empresa do setor frigorífico e que obteve um aumento do valor de suas exportações na ordem de 243,31% no comparativo 2009 / 2010, esse forte avanço pode ser explicado a partir da política pública federal de incentivar grupos nacionais a se tornarem cada vez mais globalizados, investindo nessas empresas principalmente com a criação de linhas de crédito do BNDES, que no caso do JBS, possibilitou que o grupo se expandisse em território nacional, ficando o setor

frigorífico estadual fortemente concentrado em poucas empresas, que puderam assim articular estratégias de mercado mais lucrativas, com formação de preço para a arroba bovina.

Tabela 5

Mato Grosso do Sul - Principais Produtos Exportados 2009 / 2010

	2010 (JAN/OUT)			2009 (JAN/OUT)			
	U\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	U\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	VAR%
TOTAL DA ÁREA	2.494.304,82	100,00	7.989.303,570	1.645.574,15	100,0	5.197.803,692	51,58
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS	2.470.271,60	99,04	7.977.615,687	1.589.427,60	96,59	5.097.662,831	51,58
1 OUTROS GRAOS DE SOJA, MESMO	503.228,975	20,18	1.356.667,549	310.839,278	18,89	781.092,647	61,89
2 CARNES DESOSSADAS BOVINO, CONGELADA	335.420,549	13,45	89.671,713	267.831,233	16,28	92.856,333	25,24
3 PASTA QUIM. MADEIRA DE N/CONIF. A	313.886,368	12,58	644.511,893	168.664,163	10,25	461.493,188	86,10
4 MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E	263.072,728	10,55	3.780.577,000	87.308,762	5,31	2.169.143,000	201,31
5 ACUCAR DE CANA, EM BRUTO	221.160,855	8,87	569.833,047	121.152,998	7,36	398.601,884	82,55
6 PEDACOS E MIUDEZAS, COMEST. DE FRANGO	157.546,090	6,32	75.457,152	135.226,378	8,22	73.745,528	16,51
7 BAGACOS E OUTS. RESIDUOS SOLIDOS, DA	153.252,545	6,14	467.265,855	166.916,636	10,14	462.699,541	-8,19
8 MILHO EM GRAO, EXCETO PARA SEMEADURA.....	90.174,311	3,62	456.125,459	38.908,253	2,36	238.818,674	131,76
9 OLEO DE SOJA, EM BRUTO, MESMO	52.785,746	2,12	64.072,721	34.802,744	2,11	46.442,814	51,67
10 CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, FRESCAS	40.583,457	1,63	26.590,931	38.950,388	2,37	26.079,538	4,19

Fonte: MDIC
Elaboração: Galera, M.

A tabela 5 nos mostra quais os principais produtos estão presentes na pauta exportadora do estado. Os dados ratificam a intensa inserção dos produtos agrícolas, bem como mostram que a agregação de valor nos produtos exportados ainda é baixa, visto que ocorre como principal produto de exportação grãos de soja não processados, em seguida carne bovina apenas desossada congelada, sem que haja um corte especializado. Podemos destacar também minério de ferro não transformado em aço. Entendemos assim, que a formação do comércio internacional do estado é atrelada a bens de que não se intensificam em tecnologia, contudo criam mercados os quais dão ao Mato Grosso do Sul certa visibilidade no cenário globalizado.

O contexto de industrialização voltado ao agronegócio fez com que a indústria frigorífica e a indústria de beneficiamento de soja constituam as duas grandes forças agroindustriais do estado, ligando-se estruturalmente à expansão capitalista no setor rural e

à história do estado. Uma vez inserida na dinâmica nacional, a economia de Mato Grosso do Sul segundo Bertholi (2006) assenta-se sobre sua formação social e credita à pecuária bovina o *status* de atividade principal.

A pecuária constitui-se na principal atividade econômica desenvolvida em Mato Grosso do Sul, fazendo-se presente em todas as regiões do estado, e é voltada especialmente para a criação de gado de corte, em um regime de produção basicamente extensivo. (BERTHOLI, 2006, p.136)

A importância da pecuária para o estado pode se explicada ao analisarmos as informações dispostas:

Tabela 6- Total do rebanho bovino Brasil – Centro Oeste – Mato Grosso do Sul 1991 a 2009

Região	1991	1993	1995	1997	1999
Centro Oeste	48.543.546	49.993.443	50.701.052	49.661.135	52.213.785
Mato Grosso do Sul	20.325.980	20.338.793	19.823.567	19.041.141	20.032.867
Brasil	115.260.736	152.133.451	153.443.779	151.560.779	156.986.365
	2001	2003	2005	2007	2009
Centro Oeste	54.359.841	56.842.952	57.651.984	63.842.325	70.695.695
Mato Grosso do Sul	22.619.950	24.983.821	24.504.098	21.832.001	22.365.219
Brasil	176.338.726	195.551.576	207.156.696	199.753.014	202.287.191

Fonte: Anualpec, vários anos.
Org. Galera, M.

Para o período de análise demonstrado na tabela 6, o Mato Grosso do Sul concentrou em média 15% do rebanho nacional, com os maiores números entre os anos 2001 a 2003. Se compararmos a década de 1990 com os anos de 2002/03 tivemos um incremento de quase 5 milhões de cabeças ao rebanho estadual, comprovando a intensificação da atividade de criação e conseqüentemente a atividade frigorífica de escala no estado. Se comparado aos números região Centro Oeste temos o Mato Grosso do Sul em uma posição ainda mais destacada, com aproximadamente 40% do rebanho total da região, sendo esta atividade efetivamente uma importante fonte de receitas sob a influência da abertura crescente dos mercados internacionais.

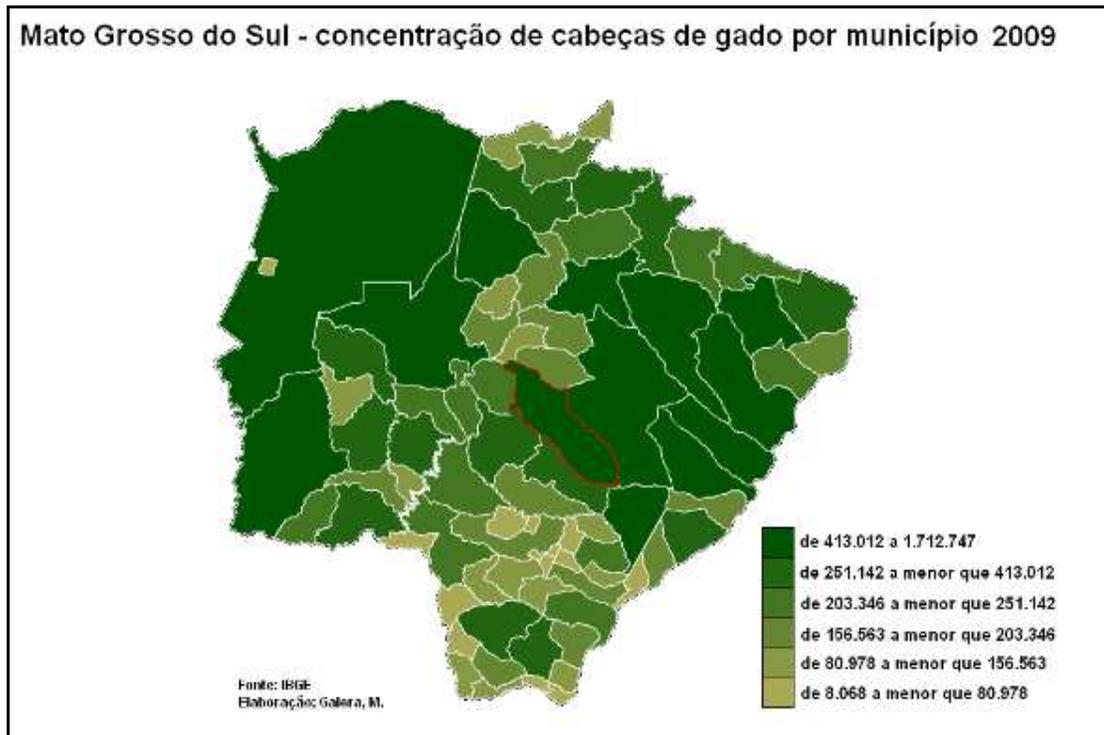
2.3 - Mato Grosso do Sul e a espacialização do setor frigorífico

Por meio da análise da distribuição dos frigoríficos no estado, constatamos que este ramo industrial se encontra disperso em uma grande parte do território estadual, essa afirmação é válida principalmente para os frigoríficos que não participam da cadeia exportadora, contudo nosso estudo busca compreender os frigoríficos que fazem parte da pauta de exportação do estado. Dentre os principais frigoríficos exportadores instalados no estado atualmente, temos o JBS- Bertin, Independência, e Marfrig, que adotam como estratégia a instalação de unidades em regiões com maior concentração de gado e próximos aos maiores mercados, buscando redução de custos de transporte do gado e do produto pronto, bem como obter um produto mais competitivo. (figura 5)

No Brasil e, especificamente no Mato Grosso do Sul, um componente fundamental para a competitividade dos frigoríficos é a disponibilidade de rebanho em áreas próximas, uma vez que o frete é um item importante dos custos. No Mato Grosso do Sul o raio médio praticado pelos frigoríficos para a compra de animais é de 270 km, basicamente em função da grande oferta de gado (PAZ, 2009 *apud* XAVIER, 2007, p. 14).

Para se verificar o postulado da instalação de frigoríficos junto às áreas de maior concentração de cabeças de gado podemos comparar a figura 4 com a figura 5, deste modo destacamos que na região do Pantanal para o ano de 2010 os municípios de Corumbá (1.712.747 cabeças), Rio Verde de Mato Grosso (518.989 cabeças), Aquidauana (708.515 cabeças) e Porto Murtinho (640.078 cabeças) possuem o maior rebanho do estado, e em sua região de entorno temos uma forte presença de frigoríficos.

Figura 4

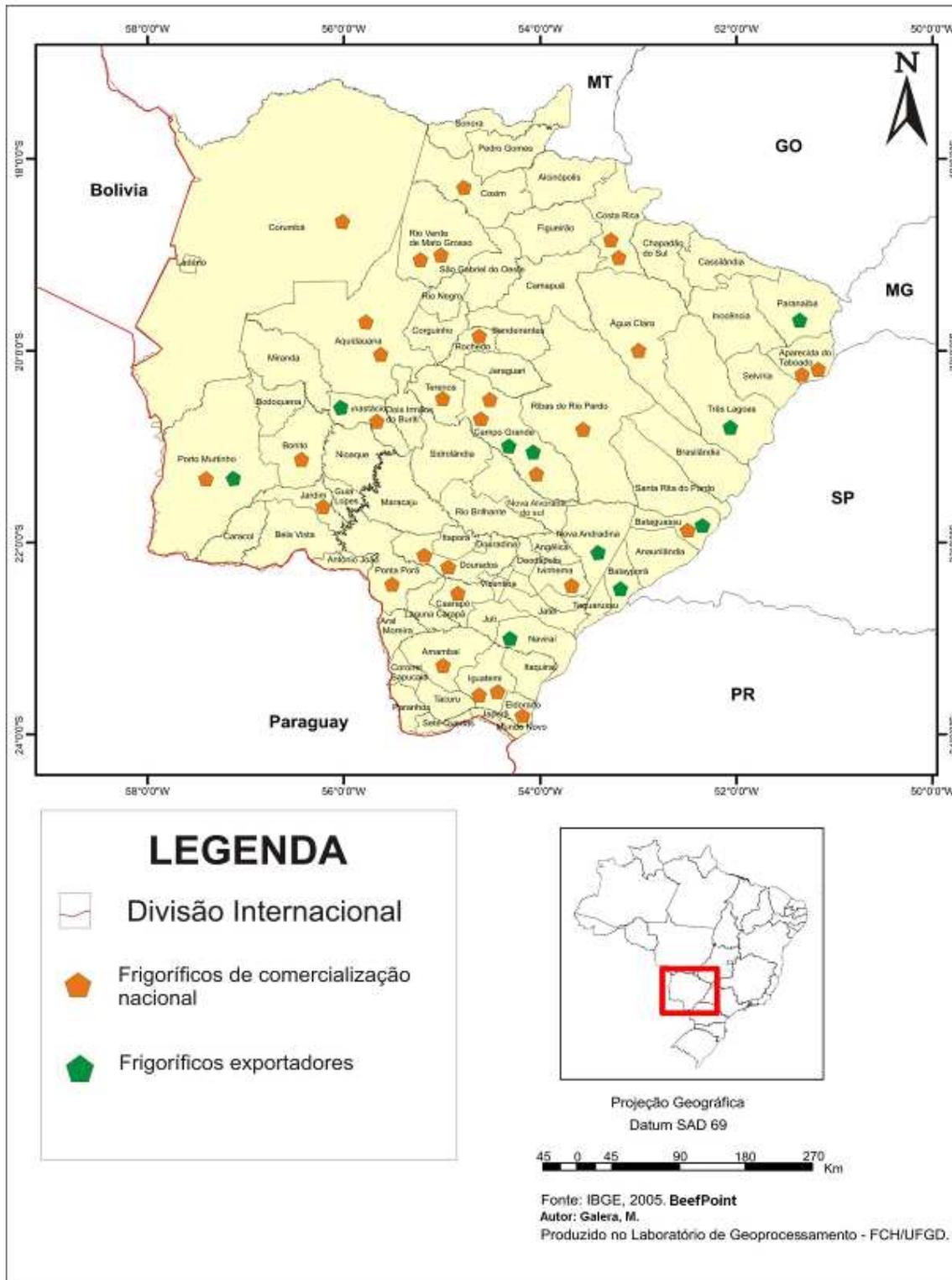


Na fronteira com os estados da região sudeste, principalmente São Paulo é onde se localizam os principais frigoríficos exportadores do Mato Grosso do Sul, como representantes dos principais municípios com maiores rebanhos destacamos Ribas do Rio Pardo (1.224.691 cabeças), Três Lagoas (786.176 cabeças), Campo Grande (528.809 cabeças) e Nova Andradina (413.012 cabeças). Para esta região do estado temos as unidades industriais de abate de maior porte, que adequaram seu modo de trabalho a fim de atender o mercado exterior.

Sabadin (2006) destaca que os processos de concentração da indústria frigorífica exportadora de carne e do segmento de distribuição de alimentos estão aumentando suas participações no mercado, por meio da compra de outras empresas, esse processo se fez presente para o Mato Grosso do Sul em particular, dado que no estado não existe nenhum frigorífico exportador com capital de origem local.

Figura 5

Frigoríficos instalados no Mato Grosso do Sul - 2010



Nossos levantamentos nos conduziram a entender que para a criação dos grupos industriais de carne bovina no estado o governo (principalmente na última década) articulou políticas públicas de incentivo e atração de indústrias, no caso dos frigoríficos tivemos principalmente por meio da “guerra fiscal” a migração de unidades de abate em geral vindas do estado de São Paulo. Desde o ano de 2005 a Secretaria Estadual de Fazenda intensificou os esforços para atração de novas indústrias, de acordo com o jornal Correio do Estado (07/10/2005) o principal argumento do Mato Grosso do Sul é o desconto de até 80% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Além dos benefícios estaduais, os investidores também são seduzidos pelos incentivos municipais, como isenção do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) por até 15 anos, doação de área e serviços de terraplanagem.

Como exemplo das medidas de incentivos ao fomento industrial do estado a Secretaria de Estado e da Fazenda criou o decreto estadual número 9.930/00, que para a instalação de frigoríficos prevê a concessão de crédito presumido de até 67%, que se caracteriza por uma recomposição de custos para desonerar a incidência do PIS e COFINS sobre as matérias-primas utilizadas no processo de industrialização de produtos exportados, de forma que o ICMS da indústria frigorífica receba 77% de desconto na hipótese de operações com carne desossada, e de 76%, nas demais hipóteses, a isto pode se somar os incentivos municipais, que detém políticas diferenciadas para atração de indústrias, negociadas diretamente com o Chefe do Poder Executivo Municipal. Alguns benefícios que podem ser deferidos:

- Doação de áreas em Núcleos Industriais;
- Terraplanagem;
- Isenção de Impostos Predial Territorial Urbano-IPTU e Imposto Sobre Serviços-ISS;
- Capacitação de mão-de-obra.

Além dos incentivos fiscais do estado e dos municípios podemos incluir as linhas de créditos tradicionais oferecidas por instituições bancárias (BNDES Automático, Finame e Proger), contudo, o Mato Grosso Sul detém linha de fomento empresarial criada pela Constituição Federal de 1998, voltada para a promoção do desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, denominado Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. As empresas e os produtores rurais podem solicitar empréstimos de até R\$ 4,8 milhões. Como o objetivo do FCO é incrementar o desenvolvimento da região, o prazo de pagamento é longo e suave:

- Para investimento fixo – o prazo é de até 12 anos, incluído o período de carência de até 3 anos;
- Para capital de giro associado – o prazo é de até 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano.

O governo do estado para o ano de 2010 concedeu o montante de incentivos ao setor industrial frigorífico de R\$ 28,1 milhões conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo (Seprotur), o que mostra o fortalecimento desta ponta da cadeia de carne bovina. Como já dissemos, a estratégia política do governo federal é a valorização do agronegócio nacional para que detenham mercados internacionais e gerem superávit na balança comercial brasileira. Em contrapartida os estados aproveitam o momento de expansão do setor agrícola e usam das estratégias de atração de empresas para industrializar seu território.

CAPITULO III

O comércio de exportações, frigoríficos e transnacionais.

3.1 – Características das exportações de carne bovina de Mato Grosso do Sul

A modernização industrial dos frigoríficos permitiu que o Brasil aumentasse sua inserção neste mercado, passando de 6º maior exportador, no ano 2000, para 1º a partir de 2004, posto que mantém até o presente momento conforme ilustrado pelas figuras 6 e 7 o Brasil se releva como o maior exportador em toneladas no ano de 2009, bem como a participação percentual das exportações do país, que para o período 2006 em diante concentrou em média 30% do mercado mundial de carne bovina.

As indústrias ligadas ao segmento de exportação de carne bovina apresentam sistemas diferenciados de logística, estrutura empresarial e nível tecnológico. Essas empresas estão crescendo e conquistando novos mercados, a partir da aquisição de novas plantas produtivas, da agregação de valor aos produtos, implantação de programas de qualidade, reestruturação do sistema de gestão e logística, entre outros. (SABADIN, 2006 p. 79).

Figura 6

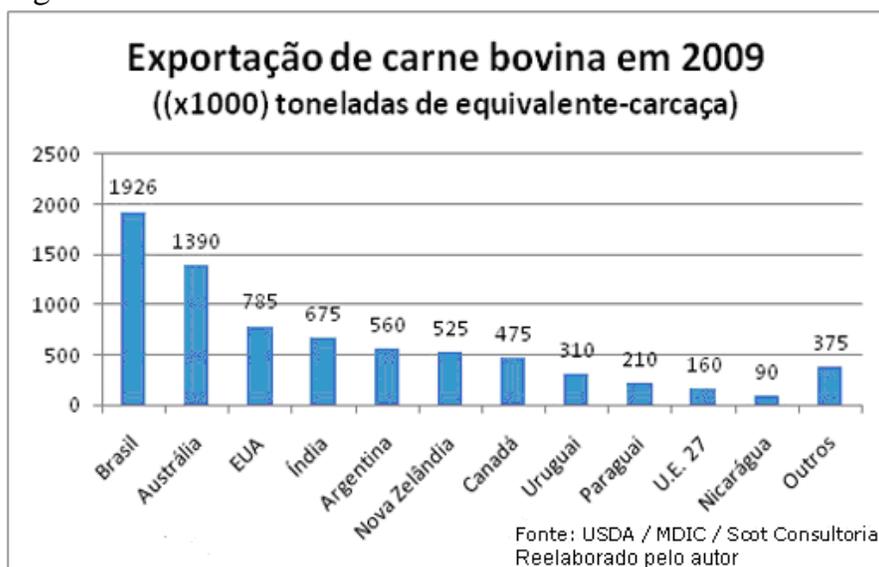


Figura 7



É notório que os frigoríficos exportadores adequaram-se aos padrões internacionais de gestão e produção, contudo, essas empresas convivem com outras bem menos eficientes, que enfrentam problemas de ordem financeira, fiscal e administrativa. A heterogeneidade da indústria frigorífica nacional remete sua caracterização a partir de análises distintas do perfil tecnológico e gerencial, bem como da logística de distribuição dos produtos e subprodutos produzidos pelo setor. Podemos assim estabelecer que as estruturas de mercado desempenham um papel importante na dinâmica das relações estabelecidas ao longo de uma cadeia produtiva. O poder de mercado está na capacidade de determinado(s) grupo(s) exercer um comportamento dominante, definindo preços e quantidades, este grupo(s) certamente são os de maior poder de capacidade produtiva e conseqüentemente de maior volume de comercialização de produtos.

Os dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) revelam que, em 2010 o Brasil liderou o *ranking* dos maiores exportadores de carne bovina no mundo, somando o volume de 2,4 milhões de toneladas e receita bruta na ordem de US\$ 6,2 bilhões. Estes valores representaram uma participação de 28% do comércio internacional, exportando para mais de 170 países.

A extensão territorial e as condições climáticas, os programas voltados para a sanidade animal e segurança do alimento posicionam o Brasil como um dos maiores produtores de carne bovina, com potencial para atender as exigências específicas de mercado. A rastreabilidade na cadeia produtiva da

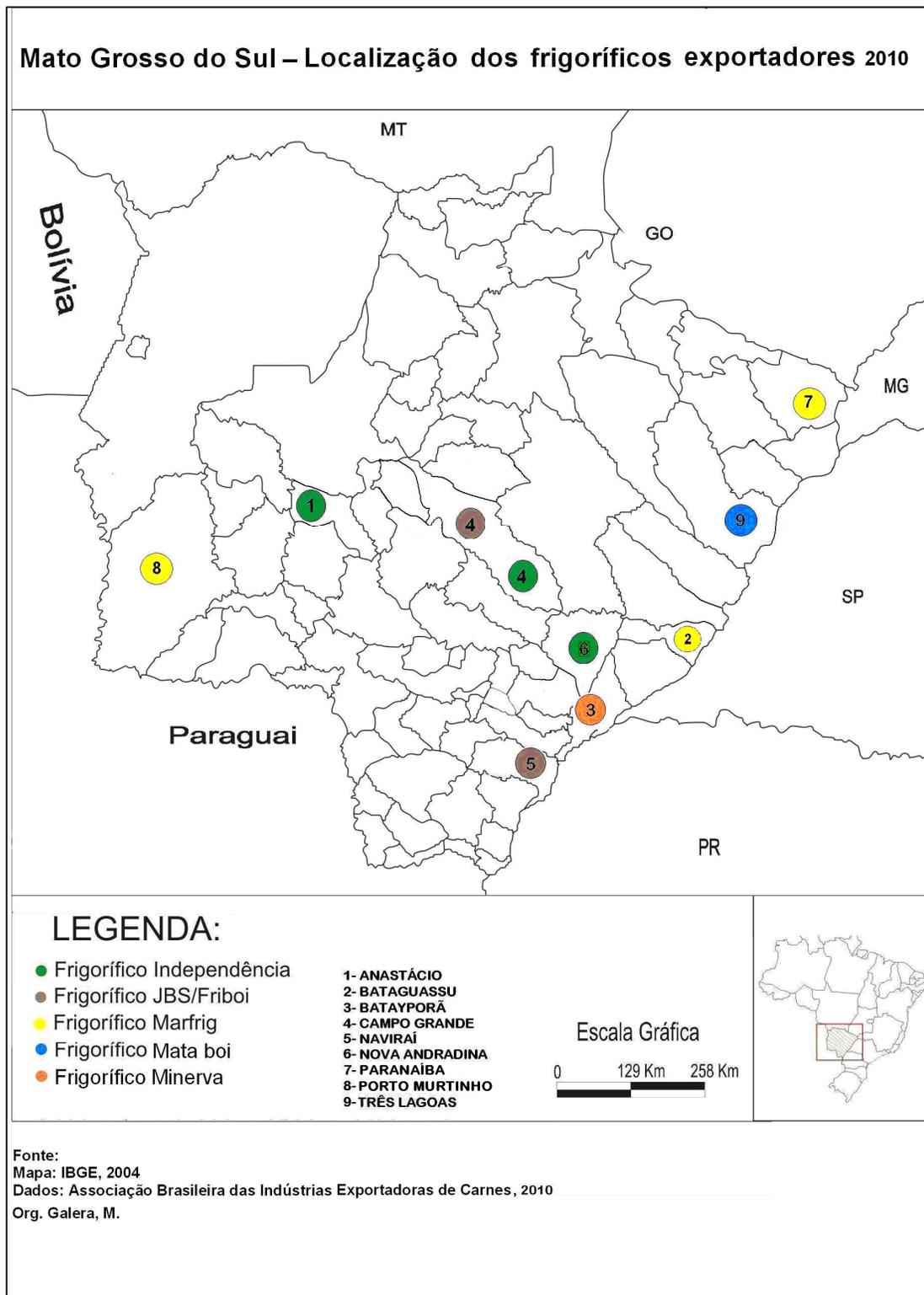
carne inicia-se na fazenda e estende-se a indústria frigorífica, desde a recepção e abate dos animais, até o processamento, estocagem e expedição dos produtos. (SABADIN, 2006, p. 102)

Analisando, especificamente, a indústria frigorífica de Mato Grosso do Sul, verificamos que, ao mesmo tempo em que as exigências do mercado externo promovem mudanças de gestão, de produção e de qualidade, contribuem também para uma maior organização e formalidade da atividade. A inserção externa tende a contribuir também para uma maior concentração do setor, pois somente as empresas mais eficientes, que conseguem se adequar às exigências da demanda internacional permanecerão no mercado.

Em nossa análise veremos que três grupos industriais dominam praticamente todo o mercado de carne bovina em Mato Grosso do Sul, e que estes em especial se diversificaram na região de fronteira do estado com a região sudeste, e nas proximidades dos grandes rebanhos (Figura 8).

O nível de concentração industrial dos frigoríficos baliza o poder de barganha que esses possuem com os pecuaristas fornecedores de matérias-primas. Sabadin (2006) explica com maior afinco que a relação estabelecida entre a indústria frigorífica e os produtores é uma unidade bastante complexa. Com base nos dados obtidos junto à Federação Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - Famasul até o ano de 2008 a compra da matéria-prima boi ainda era realizada quase que em sua totalidade, no mercado de oferta e procura, na maioria dos negócios os pecuaristas entravam em contato com os frigoríficos para saber a cotação da arroba para depois encaminhar o acordo. Este modelo de comercialização gerou desgaste na cadeia produtiva, visto que alguns frigoríficos não cumpriam os prazos de pagamento.

Figura 8



A desconfiança que os pecuaristas possuem em relação à indústria frigorífica advém de problemas antigos vinculados, principalmente, às relações estabelecidas com o segmento menos eficiente do setor, não sendo raro a ocorrência de processos de falências e descumprimento de acordos comerciais. Contudo, houve uma mudança na maneira de comercializar do gado, os representantes dos setores pecuaristas e frigoríficos instituíram o pagamento á vista no ato da compra, em detrimento ao que era realizado em 30 dias.

Por outro lado, a principal reclamação da indústria frigorífica em relação aos produtores nacionais está ligada à questão da qualidade. Muitas propriedades rurais ainda tratam o boi como um ativo financeiro, operando com baixa eficiência produtiva, com ciclos longos e sem garantia de padronização da produção e planejamento da quantidade ofertada para o abate.

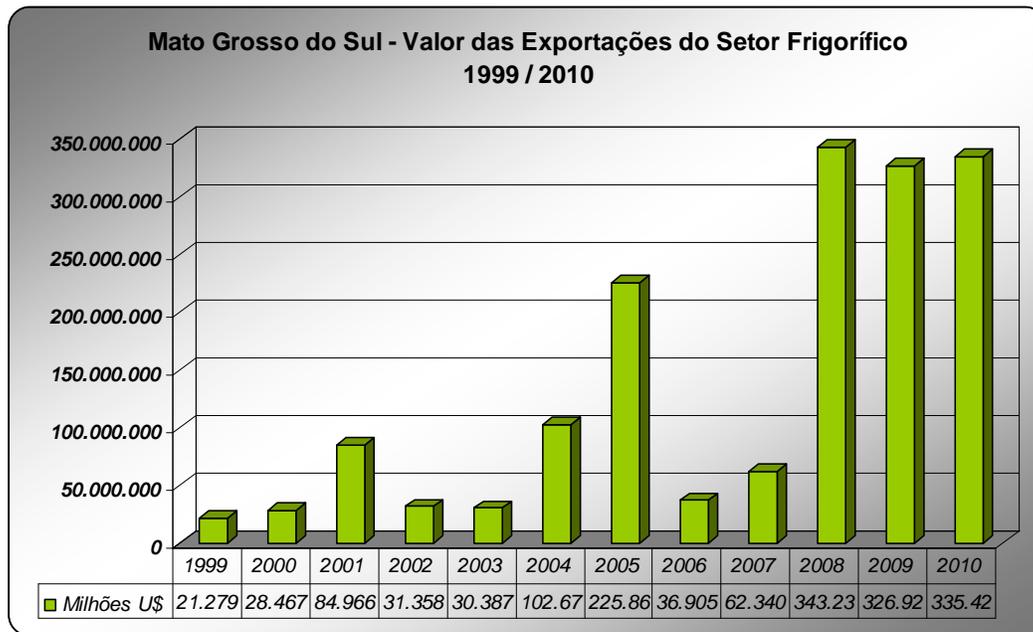
Para resolver esse problema, a indústria frigorífica exportadora tem criado programas próprios de qualidade e remuneração diferenciada de carcaça, em que são pagos preços-prêmio para os produtores que se enquadram dentro do sistema de qualidade exigido pelo mercado externo. Os programas de bonificação de carcaça têm pago, em média, até 4% a mais no preço da arroba do boi para os animais que se enquadram dentro das exigências. (SABADIN, 2006, p. 83)

Mato Grosso do Sul possui o 3º maior rebanho do país (IBGE, 2010) com aproximadamente 22,5 milhões de cabeças, a indústria da carne bovina do estado desempenha papel de destaque nos resultados alcançados pelas exportações nacionais.

Com base nos dados do MDIC no período de janeiro/outubro de 2010, a carne bovina foi o segundo produto com maior participação no total de exportações do estado de Mato Grosso do Sul com 13,45%, ficando atrás apenas da soja com 20,18%. Os dados comprovam a importância da carne bovina na balança comercial de exportação do estado.

A interpretação da figura 9 nos mostra o valor das exportações do setor frigorífico entre os anos de 1999 e 2009; nos anos de 1999 a 2001 temos uma variável sempre positiva para o setor, contudo, o valor agregado do produto era baixo.

Figura 9



Elaboração: Galera, M. 2010
Fonte: MDIC, 2010

Para entendermos o processo de exportação da carne bovina no estado realizamos uma entrevista junto a Famasul. A responsável pelo setor de pecuária nos esclareceu que de início (1999/2001) as exportações do estado eram apenas de carne resfriada e que os cortes nobres eram destinados a outros estados, que contabilizavam o lucro em suas exportações. O período 2002/2003 marca uma inflexão das exportações, isto devido à estagnação da economia na Europa (em 2001 a economia européia não diminuiu, mas também não cresceu em relação a 2000) e a recessão no Japão, uma das maiores potências econômicas do mundo, em 2000, tivemos também em 2000 a crise econômica Argentina, e o atentado terrorista nos EUA em 2001. De acordo com o jornal Folha de São Paulo de 15/01/2009 “o susto foi tão grande que toda a produção industrial do mundo teve uma queda de 40%. Mas a queda, com toda certeza, não ocorreu somente na produção industrial, os problemas ocorridos no setor imobiliário norte-americano contribuíram para piorar a situação”.

O estado de Mato Grosso do Sul é fornecedor de carne e animais para empresas sediadas no estado de São Paulo. Os produtos e subprodutos cárneos são posteriormente exportados, gerando assim um quadro no qual os frigoríficos sediados em Mato Grosso do Sul diminuem a tonelagem de carne bovina que poderiam de exportar,

passando este montante às firmas paulistas. Portanto, o movimento registrado nas exportações de carne originária de Mato Grosso do Sul durante os anos de 2002 e 2003, confirma que houve queda no valor total exportado, este fato deve-se, entre outros elementos, à política fiscal e comercial do estado.

Os grupos do setor de industrialização de carne bovina possuem plantas no estado e em São Paulo, no Mato Grosso do Sul (JBS em Campo Grande, Marfrig em Bataguassu, Independência em Nova Andradina) e São Paulo (JBS em Presidente Epitácio, Marfrig em Votuporanga, Independência em Presidente Venceslau), contudo, no ano 2000, quando as divisas do estado estavam fechadas por questões sanitárias, Mato Grosso do Sul encaminhava para o exterior 13,95 mil toneladas de carne desossada e 12 toneladas de carne com osso, pois a carne com osso não podia seguir para São Paulo.

A política fiscal paulista incentivou a aquisição da carne sul-mato-grossense, pois o ICMS pago em Mato Grosso do Sul retornava como crédito às empresas que realizassem atividades de incorporação de valor aos produtos em São Paulo, ou seja, uma empresa que possuía unidades em ambos os estados realizava a desossa em Mato Grosso do Sul e enviavam a carne sem osso para a unidade em São Paulo, desta maneira, parte da produção do Mato Grosso do Sul era exportada por São Paulo, dado o mecanismo fiscal que incentiva o movimento de desossa no estado vizinho.

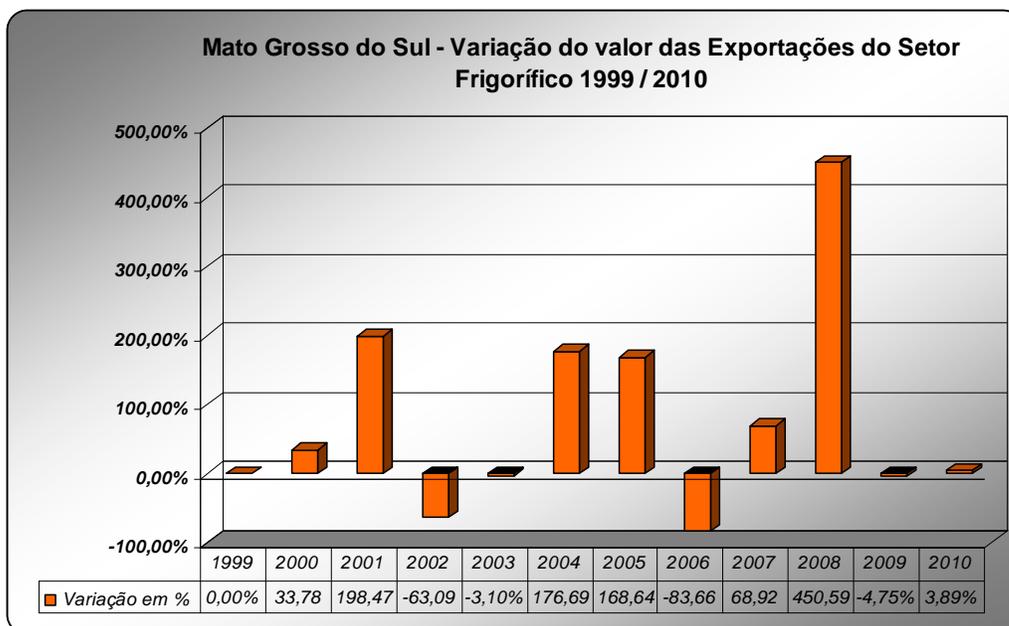
De 2004 em diante por meio da interferência do setor pecuarista de Mato Grosso do Sul os cortes “nobres” e a exportação passaram a ser realizados no próprio estado, gerando incremento no valor da arroba paga aos criadores, desta forma, notamos uma intensificação marcante no valor das exportações no biênio 2004/2005. Uma fatalidade ocorreu posteriormente no período entre 2006/2007, o rebanho do estado foi contaminado pela febre aftosa.

Para o setor exportador os impactos são ainda mais significativos, mesmo quando comprovado que o problema está sob controle em seu território os países importadores imediatamente suspendem a compra de carne de áreas com focos de febre aftosa, foi o que ocorreu com o estado de Mato Grosso do Sul, quando anunciados os focos de aftosa, países como a Rússia, Chile, Inglaterra, União Européia, Israel e África do Sul restringiram as importações de carne bovina *in natura*.

Em julho de 2008 a OIE (Organização Internacional de Sanidade Animal), reconheceu o estado de Mato Grosso do Sul como área livre de febre aftosa com vacinação. A partir de então o estado pode retomar as exportações de carne para a União Européia, países da Ásia e Oriente Médio.

Após as medidas de saneamento, os principais mercados permitiram novamente as exportações (2008), o setor frigorífico do Mato Grosso do Sul passou por um grande salto no valor agregado (450%) de suas exportações, (Figura 10) a crise econômica mundial de 2009 abalou sensivelmente o montante das exportações, contudo, o setor frigorífico nacional foi um dos mais beneficiados pelos aportes financeiros do BNDES neste período, segundo fontes do jornal O Estado de São Paulo (22 de julho de 2010) foram mais R\$ 18 bilhões, desta forma a produção foi desvinculada do Dólar, sendo mantida em moeda nacional.

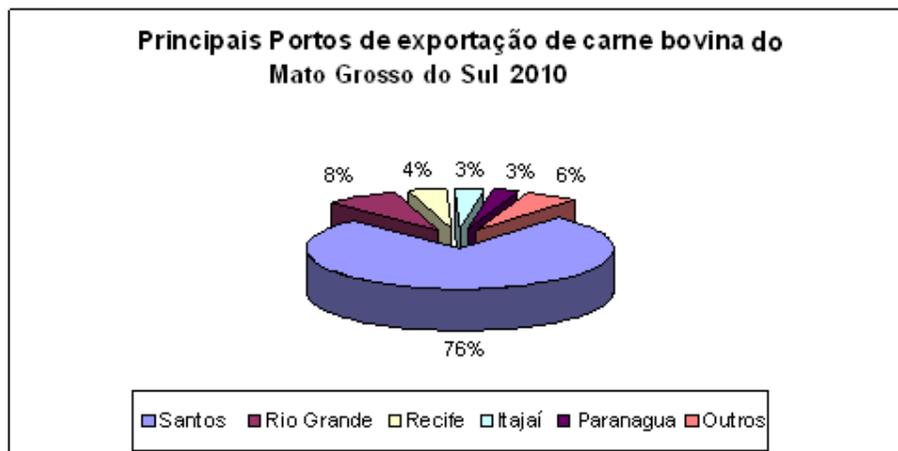
Figura 10



Elaboração: Galera, M. 2010
 Fonte: MDIC, 2010

O principal meio utilizado para exportação de carne do Mato Grosso do Sul é por via marítima, principalmente o porto de Santos/SP (Figura 11), que de acordo com dados da Abiec e MDIC (2010) envia 76% do volume (em Toneladas) da carne bovina para o exterior, este fator pode ser explicado pelo devido ao estado de São Paulo ser o maior mercado comprador da carne produzida no Mato Grosso do Sul, em consequência da estrutura de transporte das vias rodoviárias paulistas e pela sede dos principais frigoríficos estarem localizadas neste mesmo estado.

Figura 11



Fonte: ABIEC, MDIC
ORG. GALERA, M. 2010

Todavia, conforme analisado por Arroyo, o Brasil enfrenta problemas de logística de transportes. Às condições precárias das vias, a deficiente infraestrutura portuária para carga refrigerada e a falta de disponibilidade de contêineres, atrapalham a cadeia produtiva de carne bovina nacional (incluindo MS), que interferem no custo de produção e na qualidade da carne.

O incremento da participação de produtos refrigerados na pauta de exportações brasileiras exige a introdução de inovações técnicas nos terminais de carga e nos meios de transporte (desde caminhões e contêineres refrigerados até tomadas especiais em pátios de carga e câmaras frias). Os portos precisam adaptar-se, separando-se áreas destinadas à armazenagem de cargas refrigeradas e instalando-se equipamentos específicos – como geradores próprios a diesel para garantir o fornecimento contínuo de energia elétrica. O porto de Santos é o que, neste momento oferece maior número de possibilidades para armazenagem de cargas refrigeradas. (ARROYO, 2005, p. 15).

Referente aos destinos das exportações, segundo a Abiec em Novembro de 2010, (tabela 7) a Rússia é o maior comprador individual de carne do Brasil (264.388 Ton.). Em volume, os russos respondem por 16,29% das exportações brasileiras de carne, chegando a 22,6% da entrada de divisas em dólares para o Estado. Como analisado anteriormente países do Oriente Médio como o Irã e países da Ásia como Hong Kong, figuram entre os mais representativos compradores da exportação brasileira de carne bovina e, por conseguinte sul-mato-grossense.

Tabela 7

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA DO BRASIL, JAN-NOV 2010

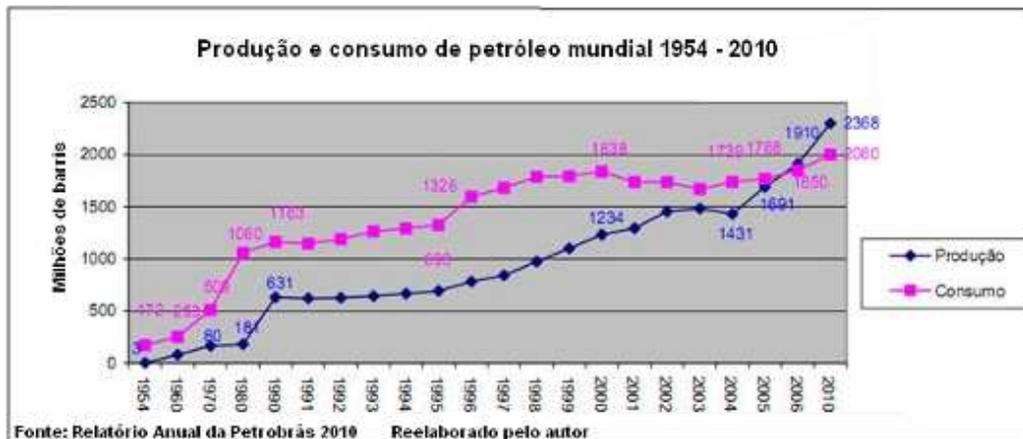
Destinos	IN NATURA					
	2010			2009		
	US\$ (000)	TON	US\$/Ton	US\$ (000)	TON	US\$/Ton
RÚSSIA	931.736	264.388	3.524	861.495	310.332	2.776
IRA	755.828	180.759	4.181	273.958	74.055	3.699
EGITO	395.210	109.549	3.608	186.476	67.548	2.761
HONG KONG	216.915	62.034	3.497	281.856	90.490	3.115
VENEZUELA	163.919	35.939	4.561	146.278	35.582	4.111
ITALIA	127.641	16.852	7.574	104.433	14.889	7.014
ARABIA SAUDITA	112.112	28.099	3.990	82.497	26.712	3.088
ARGELIA	99.611	29.573	3.368	127.629	46.280	2.758
ISRAEL	95.861	23.291	4.116	76.970	24.501	3.142
LIBANO	92.587	18.194	5.089	91.557	23.035	3.975
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	84.469	10.362	8.152	86.157	12.247	7.035
CHILE	81.449	17.076	4.770	16.697	4.392	3.802
LIBIA	49.921	14.383	3.471	52.647	17.698	2.975
EMIRADOS ARABES	42.482	8.144	5.216	37.405	9.485	3.944

Fonte: ABIEC, 2010
Org. Galera, M.

3.2 – Os frigoríficos exportadores e a internacionalização do setor

De acordo com a diretoria do Famasul o destaque na compra de carne bovina brasileira realizada por países das regiões exportadoras de petróleo é reflexo da escalada da produção e consumo do petróleo da última década, principalmente até o ano de 2005 (figura 12). Com óleo valorizado, os países adquiriram maior renda, este fato leva a uma mudança nos padrões de alimentação que incluiu maior participação de carne bovina. Contudo, nos últimos anos da década de 2000 tivemos uma inversão entre produção e consumo de petróleo.

Figura 12



Gasmenga (2010) explica que com a forte crise global em 2009 o abate de animais caiu 2,5% no Brasil, por conta da retração da demanda interna e externa, principalmente no primeiro semestre do ano de 2010. O consumo de carne bovina caiu também no mercado interno, porque o consumidor buscou outras proteínas, como frangos e suínos, com preços mais acessíveis. Apesar de o Brasil ter permanecido na liderança do ranking mundial de carne, a rentabilidade dos grandes frigoríficos diminuiu, em consequência da queda da receita com as exportações.

Diante deste cenário, cerca de um terço dos grandes frigoríficos solicitou recuperação judicial em 2009. Os pequenos e médios frigoríficos, devido à escassez de capital de giro, não conseguiram quitar suas dívidas, o que prejudicou o fluxo comercial do setor. Todavia, o setor frigorífico brasileiro vem se transformando a alguns anos, impulsionado pela participação crescente no comércio internacional. As mudanças incluem a internacionalização das empresas nacionais, abertura de capital, diversificação regional, joint venture e maior integração com o consumidor. (GASMENGA, 2010, p. 46)

Nos anos de 2009 e 2010 o BNDES disponibilizou recursos para internacionalizar o setor e incentivar a atuação de grandes frigoríficos em âmbito mundial. A abertura de capital de empresas como a JBS (captação de R\$ 1,6 bilhão) e a Marfrig (R\$ 1 bilhão), que possibilitou a expansão de seus negócios, inclusive no mercado internacional. Os grupos JBS(Bertin) e Marfrig adquiriram ativos no exterior e tiveram acesso a novos mercados. Os frigoríficos também optaram pela diversificação regional, para reduzir os riscos de embargos sanitários por região e garantir o suprimento de animais.

Os frigoríficos exportadores de carne bovina do Mato Grosso do Sul concentram esta atividade em um reduzido grupo de empresas, por meio da análise das informações disponibilizadas pelo MDIC, Abiec e Secex para o ano de 2010, temos no estado três principais grupos frigoríficos que representam 15% do total do comércio exterior; são eles: JBS, Marfrig e Independência, dispersos em 8 municípios: JBS (Campo Grande e Naviraí), Marfrig (Bataguassu, Paranaíba e Porto Murtinho) e Independência (Anastácio, Campo Grande e Nova Andradina).

Adiante teremos uma análise específica para cada um dos referidos grupos frigoríficos, tendo por base o histórico de inserção no território sul-mato-grossense no recorte temporal da primeira década do século XXI. Este recorte temporal nos revela que o grupo JBS se torna imperativo no estado, que o grupo Independência vem perdendo sua

influencia, principalmente nos últimos cinco anos, e que o grupo Marfrig se configurou como um dos principais conglomerados¹² industriais do estado.

3.2.1 Frigorífico JBS-Friboi (Bertin)

Na atualidade o grupo JBS lidera o mercado mundial de comercialização de carne bovina, para entendermos sua inserção no mercado global buscamos o histórico da empresa. As informações disponibilizadas no site da empresa dão conta de que a mesma originou-se na década de 1950 com José Batista Sobrinho, em Anápolis (Goiás), um marchante (profissional que abate e vende gado para açougues) que comprava boi para revender aos frigoríficos da região.

Em 1957, com a inauguração de Brasília, José Batista reconheceu a oportunidade de expandir o negócio e estabeleceu um dos primeiros abatedouros da região, com capacidade de abater de 25 a 30 bois por dia e fornecer carne bovina para as construtoras que erguiam a futura capital (Brasília). Tendo êxito neste negocio, no ano de 1962, alugou um abatedouro em Luziânia (50 km de Brasília), e a quantidade de abates foi elevada para cerca de 55 bois por dia. Por conseguinte iniciou a comercialização com os açougues que nasciam na cidade. Em 1969, comprou o Matadouro Industrial de Formosa, com capacidade de abater 120 cabeças apenas nesta localidade. No mesmo ano, alterou a razão social empresa para Friboi, com o objetivo de deixar a categoria matadouro e entrar na de frigoríficos.

Após três décadas a empresa Friboi se estabeleceu a nível nacional com a abertura de filiais na região centro-oeste e sudeste; em 1997 iniciaram-se as exportações de carne *in natura* nas unidades Barra dos Garças (Mato Grosso) em Andradina (São Paulo), esta cidade tornou-se o marco na expansão do grupo. Com base nas informações do próprio grupo, em 2000, o Friboi inovou e criou a frota de busca, que permitiu levar 42 bois por unidade, permitindo aumentar a produção e preservar a qualidade e característica do produto durante sua distribuição. Em 2003, foi criada a Transportadora de Andradina, da Divisão de Transportes do Grupo.

No ano de 2005 por meio de uma reestruturação dos segmentos de negócios o Frigorífico Friboi deixou de ser Ltda. para se tornar JBS S/A, iniciais do fundador, José

¹² De acordo com Sandroni (2000): o termo conglomerado representa um grupo ou uma empresa que têm atividades diversificadas, buscando minimizar os riscos de uma crise em um determinado setor da economia.

Batista Sobrinho. Hoje, as marcas são independentes, sendo que Friboi continua sendo nome de seus produtos do segmento de carnes in natura. Por meio da abertura do capital da empresa o Frigorífico JBS possui acesso à maioria dos mercados consumidores do mundo, e como explicaremos a seguir possui capacidade de produção nos quatro principais países produtores de carne bovina (Brasil, Argentina, EUA e Austrália). Destacamos que mesmo sendo uma empresa de capital aberto o controle acionário é brasileiro, com sede na cidade de São Paulo.

Na Argentina no ano de 2005, iniciou-se o processo de internacionalização do grupo, com a compra da *Swift Armour S.A.*, maior produtora e exportadora de carne bovina da Argentina, que foi fundada em 1907 e participou em 1996 do programa NFPA-SAFE, da *National Food Processor Association*, tornando-se o primeiro frigorífico da Argentina a cumprir as normas estabelecidas pela ISO 9001. Com a aquisição da *Swift Armour* o grupo JBS ficou com cinco unidades industriais: Rosário e Venado Tuerto, na província de Santa Fé; São José, província de Entre Rios; Ponte Vedra e Berazategui, em Buenos Aires; e uma unidade industrial de embalagens em lata, localizada em Zárate.

O marco maior da expansão mundial se deu nos Estados Unidos, onde JBS S/A realizou a aquisição da *Swift & Company* em maio de 2007 e transformou-se na maior empresa em alimentos de origem bovina e líder absoluta na exportação mundial deste setor. A *Swift & Company* fornece produtos bovinos e suínos. Além de fornecer para o maior mercado consumidor de industrializados e de carne fresca, a *Swift* americana abriu também a oportunidade de exploração do segmento de carne suína.

Em 2008 o JBS seguiu sua trajetória de aquisições na Austrália com a aquisição quatro unidades de abate e quatro de confinamento de bovinos; a *Meat Holdings Pty Limited* (AMH) é a maior e mais abrangente processadora e exportadora australiana de carne. A AMH é uma subsidiária pertencente à *Swift & Company*, estabelecida em Greeley, Colorado. A empresa exportava para mais de 27 países, com interesse significativo em negócios na costa do Pacífico e América do Norte. As operações norte-americanas da AMH são conduzidas pela sede administrativa da *Swift & Company*. Com uma cadeia de valores verticalmente integrada e sofisticados processos de logística, a AMH fornece soluções no mercado de carnes aos clientes pelo mundo todo.

A internacionalização do grupo JBS ocorreu concomitante a sua expansão em território nacional, incorporando unidades e ampliando a capacidade de abate de animais/dia. Em território nacional o JBS S/A possui unidades em: Anápolis/GO, Andradina/SP, Araputanga/MT, Barra do Garças/ MT, Barretos/ SP, Cáceres/ MT, Cacoal 1/ RO, Cacoal 2/

RO, Campo Grande/ MS, Goiânia/ GO, Iturama/ MG, Maringá/ PR, Pedra Preta/ MT, Pimenta Bueno/ RO, Porto Velho/ RO, Presidente Epitácio/ SP, Rio Branco/ AC, Santo Antonio de Posse/ SP, Teófilo Otoni/ MG, Três Rios/ RJ, Uberlândia/ MG, Vilhena/ RO e Votuporanga/ SP.

No ano de 2009 o JBS anuncia um acordo de associação com o frigorífico Bertin S/A, onde as empresas uniram seus capitais para ganhar vantagens de escala na produção e comercialização de carne no Brasil, sendo que desta união que o JBS possui 60% dos direitos de decisão dos negócios, ou seja, representa uma empresa que domina 25% do mercado nacional. De acordo com a Abiec, para o Mato Grosso do sul, a unidade frigorífica do Bertin em Naviraí representa agora uma segunda unidade do JBS no estado. De maneira geral o quadro 2 remonta a série histórica 2005/ 2009 do processo de internacionalização do grupo.

Quadro 2 Histórico de internacionalização do JBS S/A 2005 - 2009

Ano	Ação
2005	Aquisição da Swift Armour S.A., maior produtora e exportadora de carne bovina na Argentina.
2006	Aquisição de mais duas unidades na Argentina (Venado Tuerto e Pontevedra).
2006	Aquisição de duas unidades na Argentina (Berazategui e Colonia Caroya).
2007	Aquisição da distribuidora de alimentos <i>SB Holdings</i> (norte-americana).
2007	Aquisição de mais uma unidade no Brasil, em Maringá (PR).
2007	Aquisição da <i>Swift Foods Company</i> , que passou a ser chamada JBS USA.
2007	Aquisição, em dezembro de 2007, de 50% da Inalca, uma das maiores produtoras de carne bovina da Europa.
2008	Anúncio da compra das empresas norte-americanas <i>National Beef</i> e <i>Smithfiel</i> , e da australiana <i>Tasman</i> , consolidando assim a sua liderança mundial no setor de carnes.
2009	Em setembro de 2009, as administrações da Bertin S.A. (“Bertin”) e da JBS S.A. (“JBS”) informam ao público que foi firmado um Acordo de Associação que prevê, entre outras, diversas transações de forma a viabilizar a unificação das operações da Bertin e da JBS.

Fonte: jbs.com.br.

Organizado pelo autor

Na atualidade, o JBS distribui suas operações produtivas em 23 plantas localizadas em 9 estados no Brasil, 7 plantas localizadas em 4 províncias na Argentina, 12 plantas nos Estados Unidos e 8 plantas na Austrália. A aquisição das unidades foi norteada pela estratégia de se instalar nas regiões com maior concentração de gado visando à

flexibilidade operacional de produção, redução de custos de transporte do gado e do produto pronto, bem como redução de riscos fitossanitários.

Segundo a revista Exame de 7/10/2009, A expansão no exterior promovida pelos irmãos Batista (Sócios presidentes do grupo JBS) tem razões ainda mais estratégicas do que o óbvio ganho de escala. A compra de frigoríficos internacionais é uma maneira de abrir as portas de mercados estratégicos que, em razão de recentes focos de febre aftosa no país, hoje impõem barreiras sanitárias às exportações brasileiras. Com unidades de negócios nos Estados Unidos e na Austrália, o JBS resolve esse problema de maneira categórica: consegue ter acesso a 50% do mercado mundial que permanece fechado para o Brasil. Ou seja: a partir dessas novas unidades, o JBS poderá alcançar compradores nos Estados Unidos, no Canadá, na Coreia do Sul e no Japão, entre outros.

Paz (2009) revela que em relação ao processo de internacionalização de empresas nacionais, o Governo Federal, representado pelo BNDES, possui políticas de apoio ao fortalecimento de empresas nacionais no exterior, através de investimentos para possibilitar sua expansão e promover as exportações. Por meio de informações oficiais do BNDES, uma das áreas de atuação do banco é a de exportação e a inserção internacional, onde se encaixam os investimentos para apoio ao processo de internacionalização de empresas. Em contra partida o Estado por meio do próprio BNDES tornou-se acionário das empresas que recebem aporte financeiro (Tabela 8) para suas ações no exterior.

Tabela 8 Composição Acionária do JBS S/A

Acionistas	Cota de Ações	%
J & F Participações S.A.	632.781.603	44,0%
ZMF Fundo de Investimentos em Participações	87.903.348	6,1%
Ações em tesouraria	37.140.300	2,6%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	186.891.800	13,0%
PROT – FIP	205.365.101	14,3%
Minoritários	287.996.774	20,0%
Total das ações em circulação	680.253.675	
TOTAL	1.438.078.926	100,00%

Fonte: jbs.com.br
Organizado pelo autor

A localização estratégica das plantas é um dos fatores que colocam o JBS em posição de vantagem no mercado, apresentando uma estrutura de produção de custos

enxutos com eficiência operacional. O estado de Mato Grosso do Sul tendo um dos maiores rebanhos do país, se encaixa na estratégia utilizada pelo JBS de se instalar em regiões com maior concentração de gado, dessa maneira há uma unidade do JBS na cidade de Campo Grande, e outra que se incorporou ao grupo na união (setembro de 2009) com o frigorífico Bertin no município de Naviraí.

A unidade de Campo Grande foi inaugurada em 2004, e sua localização é privilegiada por conta do grande rebanho existente na região, principalmente no município de Ribas do Rio Pardo. A unidade de abate do JBS em Campo Grande situa-se às margens da rodovia BR 262 (Figura 13), que liga a capital a região oeste do estado e sentido leste o estado de São Paulo.

A unidade do Frigorífico na cidade de Campo Grande emprega de 978 funcionários, com capacidade de abater por dia de 2.500 cabeças de gado, em 2010 operava com metade de sua capacidade de processamento, abatendo por dia 1.250 cabeças.

Figura 13 - Localização do frigorífico JBS em Campo Grande/MS



Fonte: Google Earth
Elaborado pelo autor

Outra unidade pertencente ao grupo JBS no estado esta localizada no município de Naviraí, este frigorífico é originário do grupo Bertin, contudo, após a fusão, pertence ao grupo JBS. Esta unidade possui capacidade de abate de 1.400 cabeças/dia, e emprega 1.800 funcionários. A planta industrial esta localizada na BR 487 (Figura 14), uma importante via de acesso para o interior do estado, bem como para escoar a produção pelo estado do Paraná via porto de Paranaguá, visando à lógica de mercado de redução de custos e pela proximidade do município com a fronteira do estado do Paraná. Esta unidade do JBS

é uma das poucas que se utiliza da estrutura portuária paranaense, visto que as demais cargas de carne bovina do estado são exportadas via porto de Santos/SP.

Figura 14- localização do frigorífico JBS em Naviraí/MS



Fonte: Google Earth
Elaborado pelo autor

Os dados do relatório da Secex para o estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2010, apontam o Frigorífico JBS como uma das maiores empresas exportadoras do estado, com uma participação de 8,86 % do total de mercadorias exportadas. Se analisado associação ao Bertin (que no mesmo relatório aparece com uma participação nas exportações do estado de 3%), o JBS S/A se torna o maior exportador do estado, a frente da empresa Fibria-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda. que detém 12,53% das exportações.

O quadro 3 revela a variedade da produção das unidades sul-mato-grossense, bem como o amplo mercado comprador dos derivados cárneos exportados.

Quadro 3 - Produtos e mercados das unidades JBS de Mato Grosso do Sul

<i>Produto</i>	<i>Mercado</i>
Carne de Bovino " <i>in natura</i> "	África do Sul, Albânia, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Bulgária, Chile, Croácia, Egito, Emirados Árabes, Filipinas, Hong Kong, Irã, Malta, Maurício, Noruega, Paraguai, Peru, Romênia, Rússia, Suíça, Uruguai, União Européia.
Carne de Bovino " <i>in natura</i> " - MPP/IND	Canadá, Malta, Estados Unidos.
Cota Hilton - Carne Bovina	União Européia

Envoltórios Naturais	África do Sul, Argentina, Suíça, Ucrânia, Uruguai, União Européia.
Estocagem de carnes e derivados	Bulgária, Canadá, Cingapura, Croácia, Antiga Macedônia, Noruega, Nova Caledônia, Romênia, Suíça, União Européia.
Estômago congelado de bovino	União Européia
Miúdos de Bovino " <i>in natura</i> "	Argentina, Emirados Árabes, Hong Kong, Malta, Maurício, Paraguai, Peru, Suíça, Uruguai.
Subprodutos diversos	Rússia

Fonte: jbs.com.br

Organizado pelo autor

As informações disponibilizadas pela Abiec explicam que a cota Hilton é constituída de cortes especiais do quarto traseiro, de novilhos precoces, e seu preço no mercado internacional corresponde de três a quatro vezes o preço da carne comum. A cota anual, de 34.000 t, é fixa, e a ela somente têm acesso os países credenciados. Eventualmente, pode ser suplementada por uma cota variável, que pode ser atendida por outros fornecedores, devidamente credenciados, inclusive pelo Brasil. Essas cotas possuem uma taxa de importação de 20% ad valorem. A cota brasileira é de 5 mil toneladas anuais.

A origem da Cota Hilton provém de um acordo comercial celebrado no âmbito das Negociações Multilaterais Comerciais do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) na chamada Rodada de Tóquio, no ano de 1979, realizada em um hotel da cadeia Hilton (dali a origem de seu nome). Naquela Rodada a União Européia acordou atribuir uma cota para realizar exportações de cortes bovinos de alta qualidade ao seu mercado e a outras nações. Em suma a Cota Hilton representa uma forma de protecionismo de mercado que o bloco europeu impõe aos mercados mundiais.

Em entrevista ao jornal Valor Econômica de 18 de novembro de 2010, o empresário José Batista Júnior (um dos donos do JBS), relatou as dificuldades para exportação de carne para Ásia, principalmente para o Japão, devido ao pequeno crescimento da economia; para os Estados Unidos o mercado mantém-se estável; no Brasil 80% da produção de carne é destinado ao mercado interno, e entre 20% a 25% é destinado para exportação. Na mesma entrevista Batista Junior afirmou que há uma condição bastante favorável de exportar para mercados como os da Rússia, Emirados Árabes e Oriente Médio. Com relação ao mercado europeu as exportações de carne do Brasil, esbarram em

problemas que o país precisa acertar, um deles é o da rastreabilidade¹³, que de acordo com o mandatário do grupo “a rastreabilidade é nacional, não é de pecuarista e nem de indústria, é do país”. Outra dificuldade que as indústrias exportadoras de carne brasileiras se deparam são as barreiras protecionistas¹⁴, visto que neste mercado o Brasil enfrenta forte concorrência, principalmente dos Estados Unidos e Europa que também necessitam colocar sua carne no mercado internacional.

O JBS S/A segue às tendências da globalização, utilizando a estratégia de internacionalização, como a aquisição de empresas nacionais concorrentes. Os principais afetados são os pequenos e médios grupos frigoríficos, cujo desempenho pode ser prejudicado em função da concentração do JBS no setor de carnes; e os pecuaristas, fornecedores de gado, já que se a concorrência entre empresas frigoríficas diminui conseqüentemente o preço da arroba perderá sustentação.

De acordo com notícia divulgada pelo jornal Valor Econômico de 09/12/2010, o presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Salazar, analisa as condições de competição entre pequenos, médios e grandes frigoríficos como inatingíveis com a união entre JBS e Bertin. O grupo JBS possui na sua estrutura administrativa uma subdivisão de empresas; o grupo frigorífico JBS, o grupo JBS Negócios agropecuários e o Banco JBS. Conforme explica Salazar o que acontece na prática, é que “o JBS Negócios intermedia negócios com os pecuaristas que resultam em favorecimento tanto do Frigorífico JBS como do Banco JBS. E o Banco, por sua vez, favorece o JBS Negócios. Todos enviam a conta para o pecuarista”.

A concentração do mercado por um reduzido grupo de empresas pode gerar resultados ruins para o estado, pois os mesmos praticam políticas de controle de preços e monopólio de mercado, eliminando os concorrentes. A concentração do JBS no setor de carnes de Mato Grosso do Sul, representa instabilidade, de acordo com Santos & Silveira (2004) as maiores empresas passam a desempenhar um papel central na produção e no funcionamento do território e da economia.

O impacto na estrutura econômica e social do estado fica dependente do interesse dessas empresas, ou seja, a partir do momento em que esta empresa se desinteressar deste local, se julgá-lo não produtivo, lucrativo e vantajoso, acabará por se

¹³ As informações dispostas pela Embrapa/Dourados dão conta de que a rastreabilidade é feita através de um brinco eletrônico colocado no boi, que determina a origem, alimentação, manejo de vacinação, etc, cujos dados são alimentados através do programa - Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (SISBOV).

¹⁴ De acordo com Sandroni (2000): Protecionismo é a teoria que propõe um conjunto de medidas econômicas que favorecem as atividades internas em detrimento da concorrência estrangeira. O oposto desta doutrina é o livre-comércio.

instalar em outro local. Outro malefício advindo da monopolização do setor são as demissões, que quando ocorrem são às centenas, de acordo com a entrevista realizada novembro de 2010 com vice-presidente do sindicato dos trabalhadores em frigoríficos do Mato Grosso do Sul, Vilson Gimenes, na data de 10/09/2010 o frigorífico JBS em Campo Grande demitiu 100 funcionários e o Bertin de Naviraí 180 como forma de coibir greves.

Segundo Gimenes o frigorífico não cumpriu o acordo coletivo firmado em abril de 2010 que previa o fim da jornada aos sábados, a concessão de planos de saúde e a inclusão no programa de participação nos lucros, ainda de acordo com vice-presidente da Abrafrigo existem meios legais para que estado intervenha nessas situações, contudo o estado não o faz, por falta de iniciativa de enfrentamento frente esses grupos.

3.2.2 Frigorífico Independência

Nossa análise referente ao frigorífico Independência faz menção ao período da primeira década 2000, quando este frigorífico figurou entre os mais representativos empreendimentos exportadores de Mato Grosso do Sul. Para a escala temporal próxima ao ano 2008/2009 o Independência inicia um processo de “decadência”, deixando de figurar entre as maiores empresas do estado por conta de problemas financeiros. Contudo pela pujança que o mesmo exerceu no período de análise, e pela repercussão após a paralisação de suas atividades faremos uma crítica desta empresa.

Os dados disponibilizados pela própria empresa relatam que o frigorífico foi fundado em 7 de setembro de 1977, o Independência S.A. iniciou suas atividades em Santana do Parnaíba/ SP, com a produção de carne seca para as regiões Norte e Nordeste do Brasil, contando com 50 colaboradores e uma pequena produção pecuária.

No ano de 1984 ocorreu a aquisição e início da desossa e armazenamento na unidade de Cajamar/ SP. Em 1991 construção da unidade localizada em Nova Andradina/ MS. Em 1995, ocorre a expansão desta unidade. No ano de 1996, início das operações de logística. Em 1997, aquisição de armazém refrigerado no porto de Santos/ SP. Em 1999, início da produção do curtume localizado em Nova Andradina/ MS. Arrendamento, modernização e obtenção de habilitações para exportar pelas unidades localizadas em Presidente Venceslau/ SP e Anastácio/ MS. Em 2002, início da produção de fertilizante orgânico em Nova Andradina/ MS. Aquisição, modernização, habilitação para exportação e início da produção da unidade de Campo Grande/ MS.

Nos anos de 2003 e 2004, início da atividade de abate de suínos em Itararé/ SP, implementação do SIG - Sistema Integrado de Gestão Independência na unidade de Nova Andradina/ MS. Em 2005, arrendamento das unidades de Janaúba/ MG e Pires do Rio/ GO. Expansão do SIG para as unidades de Santana de Parnaíba, Cajamar, Campo Grande e Anastácio. No ano de 2006, fim das atividades de abate de suínos em Itararé/ SP. Início das atividades de abate nas unidades de Janaúba e Rolim de Moura/ RO. Implementação e certificação da produção do curtume localizado em Colorado do Oeste/ RO. Aquisição de novos armazéns refrigerados em Santos/ SP. Aquisição da planta de Paraíso do Tocantins/ TO.

No ano de 2007, aquisição do frigorífico Goiás Carne/ GO. Arrendamento do curtume localizado em Senador Canedo/ GO. Arrendamento de três plantas no Estado de Mato Grosso, em Juína, Pontes e Lacerda e Confresa. Inícios das atividades de abate na planta de Juína. Expansão do SIG para a unidade de Senador Canedo. Início da produção de charque na unidade de Pires do Rio/ GO. Encomenda de 5 módulos de produção de biodiesel. Em 2008, início das atividades de produção de biodiesel em Nova Andradina/ MS. Arrendamento da unidade de abate e desossa do IFC *Foods* em Nova Xavantina/ MT. Arrendamento do centro de distribuição, armazenamento refrigerado e logística do IFC *Foods* em Itupeva/ SP. Compra do Frigorífico Guarani S.A. no Paraguai. Arrendamento da unidade de abate e desossa de Colider, estado do Mato Grosso.

Como verificado no histórico de expansão da empresa vimos que a mesma lançou mão de artifícios de aquisição e arrendamento de frigoríficos por grande parte do território do Brasil Central pecuário, utilizando dessa estratégia agressiva se inseriu no mercado exportador.

O quadro 4 sintetiza as unidades industriais que o Independência possuía em operação no Brasil até o ano de 2008 quando o Independência figurou como uma das empresas líderes do Brasil no setor de frigoríficos de carne bovina e couro, com capacidade de abate diário de 11.800 cabeças e produção de 10.000 peles por dia, e uma das maiores operadoras de logística refrigerada do país.

Quadro 4- Unidades Industriais em operação do Frigorífico Independência no ano de 2008

<i>Localização</i>	<i>Atividade</i>
Anastácio/ MS	Abate, desossa, logística e biodiesel
Cajamar/ SP	Desossa, armazém refrigerado, centro de distribuição e logística

Campo Grande/ MS	Abate e logística
Colorado do Oeste/ RO	Curtume
Confresa/ MT	Abate, desossa, logística e biodiesel
Itupeva/ SP	Armazém refrigerado e seco, centro de distribuição e logística.
Janaúba/ MG	Abate, desossa logística e biodiesel.
Juína/ MT	Abate e logística
Nova Andradina/ MS	Abate, desossa logística, curtume, fertilizante e biodiesel.
Nova Xavantina/ MT	Abate, desossa e logística.
Paraíso do Tocantins/ TO	Abate, desossa logística e biodiesel.
Pires do Rio/ GO	Charque e logística
Pontes e Lacerda/ MT	Abate, desossa logística e biodiesel.
Presidente Venceslau/ SP	Abate (não ativo), desossa logística e biodiesel.
Santana do Parnaíba/ SP	Charque e logística
Santos/ SP (3 unidades)	Unidade destinada ao armazenamento.
Senador Canedo/ GO (2 unidades)	Abate, desossa, curtume, logística e biodiesel
Rolim de Moura/ RO	Abate, desossa, logística e biodiesel

Fonte: www.independencia.com.br/ (2008) Org. Galera, M.

No Quadro 4 podemos observar as unidades do Independência que estavam em operação no ano de 2008, verificamos que na unidade de Cajamar/ SP que é a sede da empresa, são desenvolvidas funções mais sofisticadas. Em comparativo com a unidade de Campo Grande/ MS, observamos que lá são desenvolvidas apenas funções de abate e distribuição, sequer a desossa ocorria, já que esta atividade utiliza mais empregados e um produto final com maior valor agregado. Conforme destaca Paz (2009) esse fato demonstra que apesar de representar papel importante para o estado de Mato Grosso do Sul, as empresas originadas de outros estados remetem a grande parte de seus lucros para as regiões de origem. Desta forma usam determinados territórios e se estes não lhe interessarem mais, certamente irão se instalar em outro lugar.

Dando suporte a esta estrutura o Independência contava com uma logística integrada com centros de distribuição e de armazenamento de carga refrigerada e seca. Por meio de informações disponibilizadas pelo site da empresa o Independência possuía até 2008 a maior frota refrigerada do Brasil, composta de 400 carretas refrigeradas para transporte de carne, 250 caminhões para transporte de gado, 100 veículos refrigerados que atendiam ao mercado interno e 50 caminhões para transporte de couro. Além disso, representava a única empresa do setor a possuir estrutura logística própria e refrigerada no porto de Santos, um dos principais portos de exportação do Brasil, por onde escoam 70% das exportações brasileiras de carne, e cuja capacidade atual de expansão é limitada.

No mês de fevereiro de 2009, o Independência S/A anunciou um maciço fechamento de suas unidades industriais. A informação foi disponibilizada pela empresa em 24 de março de 2009, quando anunciou que o fechamento das unidades foi parte de um programa de ajuste das operações do frigorífico frente à realidade do mercado, que foram severamente impactadas pela menor demanda internacional, pelo excesso de oferta de carne, tanto no mercado doméstico como nas exportações, e pela queda nos preços de venda da carne. A diretoria do setor de pecuária da Famasul nos informou que na realidade todos os grandes frigoríficos exportadores receberam um aporte financeiro do BNDES, contudo, por questões gerenciais e políticas (que não nos foram descritas) o frigorífico Independência ficou a margem dos empréstimos do BNDES.

Ainda por meio da entrevista realizada junto à famasul, nos foi informado que o frigorífico Independência entrou com pedido de recuperação judicial para reestruturar suas dívidas e continuar em operação. A recuperação judicial tem o objetivo de convocar os credores para verificar a viabilidade do plano de recuperação apresentado pela sociedade empresária e implementar as diretrizes traçadas pelo mesmo.

Nesse processo de recuperação judicial, o jornal Valor Econômico de 19/03/2009 relatou o histórico de fechamento das unidades de abate e desossa em Nova Xavantina (MT), da unidade de desossa em Presidente Venceslau (SP) e do centro de distribuição em Itupeva (SP), as demissões no Frigorífico Independência atingiram 4.800 trabalhadores até março de 2009. Em seguida a empresa anunciou o fim das operações nas unidades de abate e desossa de Confresa (MT), da unidade de charque em Pires do Rio (GO) e da unidade de abate e desossa em Nova Andradina (MS), A unidade de Senador Canedo (GO), e Anastácio (MS), demitindo no total mais de 7.300 funcionários.

O Independência possui três unidades industriais no estado de Mato Grosso do Sul que estavam em operação até o ano de 2008: Em de Campo Grande que entrou em operação no ano 2000, e realizando atividades de (abate e logística). Empregava 530 funcionários e tinha capacidade de abate de mil cabeças de gado por dia, a localização da planta esta no distrito industrial próximo a rodovia BR 163 (figura 15), saída para Dourados, a unidade é estratégica, pois está próxima a uma via de circulação que liga o Mato Grosso do Sul á São Paulo, e por em uma região que é um grande centro fornecedor de matéria prima do estado.

Figura 15 - Localização do frigorífico Independência em Campo Grande



Fonte: Google Earth
Org. Galera, M.

No dia 3 de fevereiro de 2009, o Frigorífico Independência anunciou a suspensão das atividades de sua planta localizada em Campo Grande. Em comunicado oficial, a empresa disse que o fim das atividades da unidade está relacionado a um ajuste feito entre a produção de carne e a disponibilidade de animais. De acordo com o frigorífico, a unidade de Campo Grande estava operando com 60% da capacidade instalada, nível inferior à média de outras plantas do grupo. Com isso, os abates que vinham sendo realizados na capital sul-mato-grossense seriam direcionados para as unidades de Anastácio e Nova Andradina, no mesmo estado.

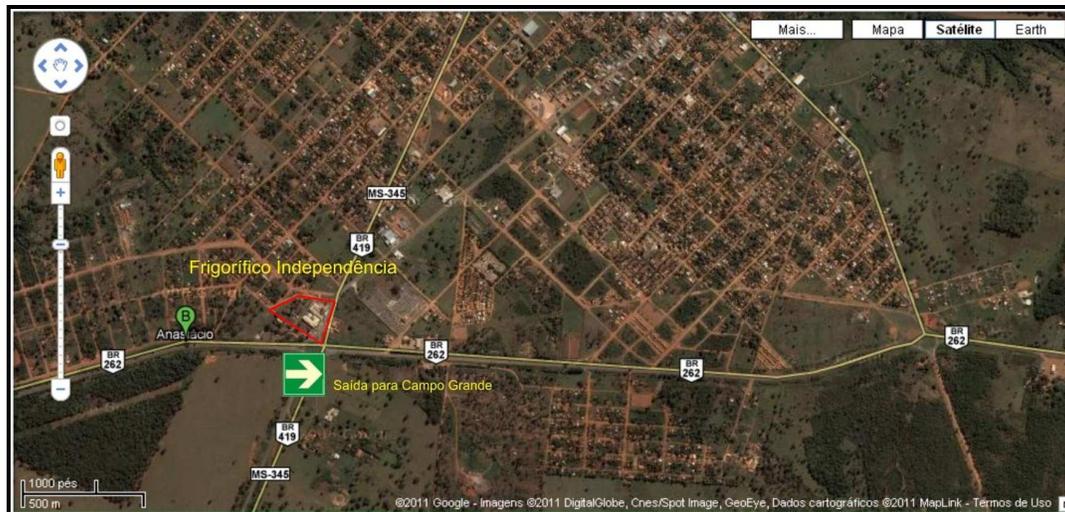
Na mesma data, anunciou a demissão de 500 dos 530 funcionários de sua unidade em Campo Grande (MS). Dos funcionários não demitidos, trinta continuarão na unidade desativada para cuidar da manutenção, os demais seriam realocados para as outras unidades do grupo no estado. No entanto não foi o que ocorreu, pois no mês seguinte foi anunciado o fechamento das unidades de Anastácio e Nova Andradina (MS).

Outra unidade do frigorífico está no município de Anastácio, inaugurada no ano de 1991, as margens da rodovia BR 262, saída para Campo Grande (figura 16). A unidade empregava 1.100 funcionários, e tinha capacidade para abater mil cabeças de gado por dia, realizando atividades de (abate, desossa, logística e biodiesel).

No dia 24 de março de 2009, a assessoria do Frigorífico Independência informou sobre o fechamento da unidade em Anastácio, com demissão de cerca de 900 funcionários, informou também que a decisão faz parte de um programa de ajustes das operações em consequência da “realidade do mercado atual”: excesso de oferta da carne, tanto no mercado doméstico como nas exportações e queda nos preços de venda da carne.

Segundo notícia divulgada no *site* do Jornal Diário MS, em 24 de março de 2009, “a maior parte dos empregados da unidade do Independência em Anastácio mora em Aquidauana. A empresa é a principal fonte de emprego da região. Aquidauana e Anastácio não têm nenhuma outra empresa que comporta tantos funcionários”.

Figura 16 Localização do frigorífico Independência em Anastácio



Fonte: Google Earth
Org. Galera, M.

O Independência possui também uma unidade em Nova Andradina (Figura 17), que realizava as atividades de (abate, desossa, logística, curtume, fertilizante e biodiesel). Nesse município o grupo Independência possuía uma unidade de logística, com frota própria de caminhões refrigerados. No total o frigorífico empregava mais de 1500 empregados no município. A unidade de transporte foi a primeira a ser fechada em Nova Andradina, logo em seguida a unidade de abate diminuiu bruscamente suas atividades, abatendo algo em torno de 200 animais dia (rebanho próprio de confinamento). O total de funcionários demitidos chegou a 1.300 pessoas, já que parte deles atua no curtume da unidade, que continua funcionando.

Figura 17- Localização do frigorífico Independência em Nova Andradina



Fonte: Google
Org. Galera, M.

O total de empregos gerados pelo Frigorífico Independência, até o final do ano de 2008, no estado de Mato Grosso do Sul, era de cerca de 3.500 funcionários, desempenhando papel importante na economia do estado, tanto como fornecedor de carne para o mercado interno, como para o externo. Segundo notícia divulgada no Jornal Valor Econômico , em 3 de junho de 2009, “o Frigorífico Independência, um dos maiores processadores de carne bovina do Brasil, foi mais uma vítima do agravamento da crise financeira mundial.

A demanda externa menor por carne bovina, agravamento no fornecimento de crédito e aumento da inadimplência de importadores deixaram na empresa uma agravante falta de capital de giro, o que a levou a paralisar as atividades e a pedir recuperação judicial”. Como já dissemos existiram outros fatores de ordem gerencial e política que levaram o grupo a paralisar suas operações.

De acordo com os dados Secex/MDIC, o frigorífico Independência representava o total 8,5% das exportações do estado em 2008, figurando entre as cinco principais empresas passando a 4,6 em 2009, onde aparecia entre as dez maiores e apenas 0,73 % em 2010, ficando na penúltima posição entre 41 empresas exportadoras de Mato Grosso do Sul e ultimo lugar no segmento frigorífico.

O que percebemos é que são muitos os prejudicados com o fechamento das unidades do Independência no estado. Os trabalhadores diretos que ficaram sem os

empregos, e sem a fonte de seu sustento e de suas famílias; os trabalhadores indiretos; os pecuaristas fornecedores de gado, que aguardam pagamento e também porque perderam um importante comprador; a economia do estado que perde uma empresa com papel significativo na indústria da carne estadual e nacional.

3.2.3- Frigorífico Marfrig

O grupo Marfrig é um dos expoentes conglomerados do setor do agronegócio nacional e internacional, seus negócios vinculam-se desde unidades de abates (bovinos, suínos e aves) até á produção de alimentos industrializados (enlatados, congelados, *in natura* e etc.).

No total o grupo Marfrig possui 151 unidades produtivas, comerciais e de distribuição em 22 países e nos 5 continentes, e emprega na atualidade cerca de 90 mil funcionários. Segundo informações disponibilizadas pelo site da empresa, o Grupo realizou 40 aquisições nos três últimos anos, a maior parte delas no exterior. Relevante ás unidades de abates de bovinos existem no total 33 frigoríficos industriais (24 no Brasil, 5 na Argentina e 4 no Uruguai), com capacidade de abate diário é de 31,2 mil cabeças de bovinos.

O histórico do Marfrig se inicia no ano de 1986, quando o Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, abriu seu primeiro negocio na cidade de Promissão/SP como distribuidor de cortes bovinos, suínos, aves e pescado, com o crescimento do negócio no Estado de São Paulo, no ano de 1998, o empresário inaugurou o primeiro centro de distribuição próprio, localizado no município de Santo André/SP para atender o mercado nacional.

No ano 2000 ocorreu a abertura do capital da empresa e a constituição da Companhia Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A., arrendando sua primeira planta de abate e processamento em Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul. O negócio de exportação da Companhia foi criado no ano seguinte quando a Marfrig arrendou sua segunda planta de abate e processamento em Promissão, Estado de São Paulo (Promissão I), junto com a marca “GJ”, reconhecida no mercado internacional.

Em 2003, a Companhia adquiriu a planta de Tangará da Serra e, no ano seguinte, arrendou a planta de Paranatinga, ambas no Estado de Mato Grosso. Em abril de 2006, a Marfrig adquiriu a planta de Mineiros, no Estado de Goiás, a planta de

Chupinguaia, no Estado de Rondônia, a planta de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

Em julho de 2006, a Companhia iniciou seu processo de internacionalização, e constituiu a Marfrig Chile, adquirindo neste mesmo ano 50% do capital social da Quinto Cuarto (maior importadora de carne do Chile). Dando seqüência ao seu processo de expansão internacional, também no ano de 2006 adquiriu a empresa Frigorífica Tacuarembó S.A., no Uruguai, que opera com exportações de carne para todos os continentes e a aquisição da Inaler S.A., unidade de abate e processamento de bovinos e cordeiros, com sede em San José, Uruguai. Além de 100% do capital da Argentina Breeders and Packers, especializada na produção e comercialização de carne bovina de alta qualidade para exportação. Em dezembro de 2006 a Marfrig concluiu a construção de uma planta em Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul, e adquiriu ainda, em dezembro de 2006, a Inaler, sua segunda planta no Uruguai.

Reforçando sua importância no setor exportador do Brasil em janeiro de 2007 o grupo adquiriu a sua segunda planta em Promissão, Estado de São Paulo (Promissão II). Adicionalmente, a Companhia iniciou a operação em mais quatro plantas, sendo uma processadora e uma industrializadora localizadas no Estado de São Paulo, uma industrializadora no Rio Grande do Sul e uma de abate e desossa no Uruguai, além de um novo centro de distribuição localizado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda no ano de 2007, no Uruguai, a Marfrig se torna o maior grupo exportador de carne bovina daquele país, com a aquisição do Frigoríficos LaCaballada. E no Chile adquiriu o capital remanescente da empresa Quinto Cuarto S.A.. Na Argentina, adquiriu o Frigorífico Patagônia S.A., do Chile, que tem como principais atividades o abate e produção de cortes de cordeiro e exportação para diversos mercados mundiais.

Destacamos ainda, a aquisição da Colônia S.A., empresa uruguaia de produção, abate, processamento e exportação de carne bovina e derivados. Início das operações no segmento de suínos, através da aquisição do Frigorífico Mabella Ltda., com 2 unidades de abate e industrialização no estado do Rio Grande do Sul.

Em 2008 o crescimento internacional da empresa continuou com a aquisição da CDB Meats, empresa que atua na importação e distribuição de alimentos no Reino Unido. Aquisição das operações no Brasil, Irlanda do Norte, Inglaterra, França e Holanda do grupo norte-americano OSI, incluindo a Braslo (aves e bovinos).

No ano de 2009 o grupo Marfrig adquiriu a totalidade do negócio brasileiro de proteínas animais da Cargill Inc, representado pela Seara Alimentos S.A. e por afiliadas na

Europa e na Ásia, incluindo a marca SEARA no Brasil e no Exterior, 12 plantas no segmento de produtos processados de valor adicionado e industrializados de aves e suínos e um terminal portuário. Neste mesmo ano Arrendou 12 unidades pertencentes aos Frigoríficos Margem e Mercosul, com capacidade total de abate de 8,8 mil cabeças de gado por dia, além de uma indústria de charquearia com produção de 1.700 toneladas de produtos industrializados por mês.

O quadro 5 remonta o histórico de internacionalização do grupo Marfrig, por meio das informações disponibilizadas podemos verificar que a partir do ano de 2006, o grupo intensificou seu processo de aquisições de empresas principalmente nos países do cone sul (Argentina, Chile e Uruguai). A partir de 2008 o Marfrig insere-se no cenário europeu, novamente utilizando da estratégia de aquisição de empresas, para o ano de 2009 o grupo se fez presente em países da Ásia, África e em 2010 nos EUA.

Quadro 5 - Histórico da internacionalização do Grupo Marfrig 2001 - 2010

<i>Ano</i>	<i>Atividade</i>
2001	▶ Início das atividades de exportação com a marca "GJ".
2006	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Aquisição da Breeders and Packers (AB&P), uma empresa de longa tradição na Argentina e líder na produção e comercialização de carne bovina de alta qualidade para exportação. ▶ Aquisição de 50% do capital da Quinto Cuarto S.A., maior importadora de carnes do Chile. Aquisição da empresa Frigorífico Tacuarembó S.A., fundada no Uruguai em 1960 e que opera com exportações para todos os continentes. ▶ Aquisição da Inaler S.A., unidade de abate e processamento de bovinos e cordeiros, com sede em Sarandí, José, Uruguai.
2007	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Aquisição do Frigoríficos LaCaballada. A Marfrig se torna o maior grupo exportador de carne bovina do Uruguai. ▶ Aquisição do capital remanescente da empresa chilena Quinto Cuarto S.A.. ▶ Aquisição do Frigorífico Patagônia S.A., do Chile, que tem como principais atividades o abate e produção de cortes de cordeiro e exportação para diversos mercados mundiais. ▶ Incorporação da Quickfood S.A., empresa listada na bolsa de valores de Buenos Aires e detentora da marca Paty, líder de mercado e sinônimo de "hambúrgueres" no país. ▶ Aquisição da Colônia S.A., empresa uruguaia de produção, abate, processamento e exportação de carne bovina e derivados. ▶ Aquisição da empresa argentina Mirab S.A., líder em

2007	meat snacks e controladora da Mirab USA, maior processadora e distribuidora de beef jerky nos Estados Unidos.
2008	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Aquisição da CDB Meats, empresa que atua na importação e distribuição de alimentos no Reino Unido. ▶ Aquisição das operações na Irlanda do Norte, Inglaterra, França e Holanda do grupo norte-americano OSI, Pena Sul (industrializados de aves e suínos), Agrofrango (aves) e Moy Park, a 2ª maior empresa da Irlanda do Norte, com produtos comercializados em todo o varejo e foodservice europeu.
2009	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Aquisição da totalidade do negócio brasileiro de proteínas animais (aves, suínos e industrializados) da Cargill Inc, representado pela Seara Alimentos S.A. e por afiliadas na Europa e na Ásia, incluindo a marca SEARA no Brasil e no Exterior, 12 plantas no segmento de produtos processados de valor adicionado e industrializados de aves e suínos e um terminal portuário. ▶ Aquisição de 51% do Grupo Zenda, especializado na produção e comercialização de couros semi-terminados, acabados e cortados para indústrias automobilísticas e de aviação e tapeçaria, com sede no Uruguai e unidades comerciais na Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong e China.
2010	▶ Aquisição da totalidade da Keystone Foods, empresa Norte Americana com atuação global na área de desenvolvimento, produção, comercialização e distribuição de alimentos à base de carnes de aves, peixes, suínos e bovinas, especializada no canal 'food services'.

A estratégia de internacionalização do grupo Marfrig seguiu a mesma tendência agressiva do JBS, ou seja, adquiriu empresas concorrentes que possuíam unidades fabris já instaladas, e que tinham um mercado consumidor consolidado. A Internacionalização das empresas brasileiras foi uma meta do governo Lula (2003-2010) complementado com linhas específicas do BNDES para esse fim.

De acordo com o Jornal Valor Econômico de 14/10/2010 existem várias motivações para a internacionalização das empresas. A primeira é superar barreiras tarifárias e não tarifárias às exportações, mediante a produção *in loco*. A segunda motivação é de ordem econômico-financeira. Gerar receitas em dólares se transforma em uma grande vantagem competitiva. A terceira motivação é mercadológica. A melhor forma de garantir competitividade no mercado global é participar efetivamente dele. Isso implica não só exportar, mas criar frentes de produção e de serviços no exterior, instituir canais de

distribuição e de divulgação de marcas. É isso que vai ajudar a agregar valor às exportações e fortalecer nossas empresas.

A operação da Marfrig é segmentada em seis unidades de negócios: Bovinos Brasil e Food Service; Nova Seara; Argentina; Uruguai; EUA e Europa. O setor frigorífico da empresa tem a razão social Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A., a capacidade de abate de bovinos chega a mais 30.000 cabeças ao dia (22.300 no Brasil, 3.900 no Uruguai e 4.000 na Argentina), que lhe garante o posto de quarto maior produtor mundiais de carne bovina.

No Mato Grosso do Sul o grupo possui três unidades fabris: Bataguassu, Paranaíba e Porto Murtinho que juntas possuem capacidade de abate de 1.850 cabeças ao dia, e empregam 2.400 funcionários.

A unidade de Bataguassu é uma das primeiras filiais do grupo, fruto de um arrendamento de uma planta industrial realizado no ano 2000, e que posteriormente foi comprada pelo Marfrig. Na Atualidade esta filial possui capacidade de abate de 800 cabeças ao dia, e emprega 1.200 funcionários, de acordo com dados da Rais (2010) é a empresa que mais emprega em Bataguassu.

A opção do grupo Marfrig por adquirir essa unidade se explica pela lógica de redução de custos, proximidade da matéria prima boi e logística favorável (BR 267) para o interior do estado de Mato Grosso do Sul e para estado de São Paulo (Figura 18). De acordo com o *site* da empresa existe um plano para aumentar capacidade de abate nesta planta para 1.200 cabeças/dia, o que pode vir a gerar mais 300 empregos no município.

Figura 18 - Localização do frigorífico Marfrig em Bataguassu/MS

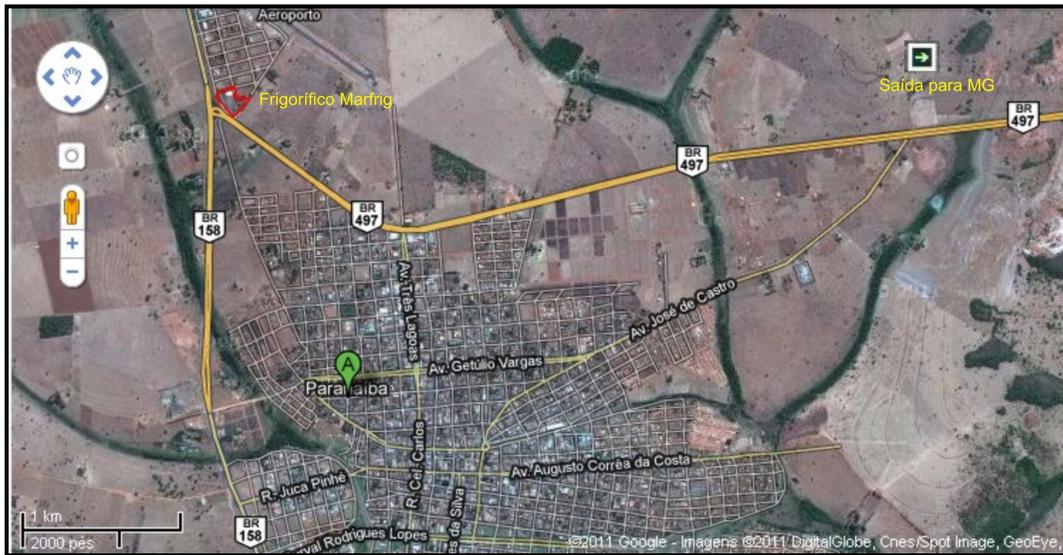


Fonte: Google Earth
Org. Galera, M.

A unidade de Paranaíba iniciou sua operação em 2009 a partir do arrendamento do frigorífico Margem, esta unidade tem capacidade de abate para 500 cabeças dia e emprega atualmente 600 funcionários. Contudo, informações do diretor de operações da Marfrig, James Cruden, dão conta de um planejamento para dobrar a quantidade de abates, em notícia divulgada pela agência Estado em 15/01/2010 o diretor explica que a planta de Paranaíba é habilitada para o mercado doméstico e para exportar aos Estados Unidos e União Européia, e que o arrendamento da unidade se explica pelo cenário de expectativa de aumento da demanda por carne bovina no mercado internacional.

A planta industrial esta localizada às margens da rodovia BR 158, próximo ao entroncamento com a rodovia BR 497 (figura 19), saída para o estado de Minas Gerais, fato que integra as relações comerciais entre o referido estado (como comprador interno) e Mato Grosso do sul.

Figura 19 - Localização do frigorífico Marfrig em Paranaíba/MS



Fonte: Google Earth
Org. Galera, M.

A terceira unidade do Marfrig no estado está instalada no município de Porto Murtinho, diferentemente das demais, esta unidade foi construída pelo grupo em 2006, com capacidade de abate inicial de 550 cabeças/dia e geração de 600 postos de trabalho. A construção desta unidade partiu de uma parceria entre a empresa e estado, de acordo com o jornal Diário MS de 7 de Julho de 2006 a possibilidade de realizar projetos industriais no município se deve à inauguração do novo sistema de energia, através da subestação e linha de transmissão de 138 kV, bem como a expansão da eletrificação rural no município, onde o governo do Estado em parceria com a Eletrobrás/Enersul, investiram R\$ 36,5 milhões.

A unidade frigorífica de Porto Murtinho se localiza em uma região bem favorecida de rebanho, tanto do estado quanto de pecuaristas brasileiros que possuem fazendas no Paraguai. Os dois eixos rodoviários MS 384 e BR 267 (Figura 20) e o terminal fluvial de Porto Murtinho dão ao grupo Marfrig condições para colocar seus produtos tanto no mercado interno quanto externo, fato que comprova a opção por construir uma unidade nesta localidade.

Figura 20 - Localização do frigorífico Marfrig em Porto Murtinho/MS



Fonte: Google Earth
Org. Galera, M.

3.3 – As repercussões espaciais da internacionalização do setor

O jornal O Globo de 20/12/2009 destacou que a internacionalização dos frigoríficos brasileiros tornou-se notícia na mídia econômica mundial naquele ano, com as aquisições em mercados avançados. Um feito notável se levarmos em conta que os principais competidores são economias ricas, como os Estados Unidos, a Austrália e o Canadá.

Os destaques que podemos considerar a respeito da iniciativa empreendedora dos principais frigoríficos, que passaram a buscar o mercado externo com grande ousadia no início da década de 2000, são: o crescimento do peso da indústria no sistema produtivo da carne, com a criação de empresas de maior porte, e o mais importante: a elevação dos padrões de eficiência e qualidade da produção, dadas a exigência dos importadores e as normas rigorosas dos grandes mercados consumidores.

Outro fator preponderante para internacionalização dos grupos frigoríficos foi à injeção de recursos públicos via BNDES em determinadas empresas. Os levantamentos do jornal O Estado de São Paulo de 17/10/2010 revelam que somente para o grupo JBS, o investimento para adquirir 13% de seu capital foi de R\$ 1,4 bilhão, bem como participação acionária na holding criada entre o JBS e o Bertin será de 22,4%. De acordo com a

mesma fonte, o BNDES vê de forma positiva essa união, que resultou na maior empresa de proteína animal do mundo.

O banco se declara "um indutor do processo de formalização e profissionalização vivenciado pelo setor". "Esse apoio tem sido especialmente relevante para a criação de grandes companhias com foco em proteína animal, com estratégias de diversificação do tipo de proteínas e de mercados. A aquisição de participações acionárias por parte do BNDES tem o objetivo de estimular o aprimoramento da governança corporativa, bem como das práticas socioambientais dessas companhias." (AGENCIA ESTADO, 17/10/2010).

Internacionalizar o setor de carnes do Brasil é uma resposta as barreiras tarifárias utilizadas em grande parte pelos países industrializados (EUA e UE principalmente), com a justificativa de defender seus produtores e agroindustriais, uma vez que o Brasil e outros países emergentes apresentam baixos custos na produção agrícola. Contudo, a agroindústria brasileira precisa ampliar o acesso a mercados hoje fechados e minimizar os efeitos negativos dos gargalos que afetam a economia do País.

Tudo indica que a estabilidade econômica, somada às medidas de fortalecimento do ambiente institucional, tem o poder de desencadear processos empresariais virtuosos. Ademais, confirma-se que a exposição ao comércio internacional traz uma expertise fundamental, tanto no que tange à melhora do produto quanto ao impulso na adoção de melhores práticas empresariais. Finalmente, a busca de consolidação e escalas com apoio do mercado de capitais e do BNDES está permitindo o ingresso do setor numa nova fase: a de liderança global do Brasil no setor de proteínas animais. (JORNAL O GLOBO, 20/12/2009).

Conforme analisado em nosso trabalho, para minimizar os impactos negativos gerados pelos gargalos da economia, os frigoríficos brasileiros e o industrial de Carne Bovina estão implementando algumas estratégias, dentre as quais destacamos a internacionalização, processo desenvolvido, principalmente, por meio de aquisições de empresas em território estrangeiro.

A internacionalização é uma resposta das empresas brasileiras ao acirramento da concorrência nos mercados, buscando se tornarem mais competitivas. Segundo Cyrino & Penido (2007), ser internacional é bem mais do que alargar a visão de mercado de local para global. Para os autores é, principalmente, ser capaz de entender a diversidade dos vários ambientes de atuação, de interpretar corretamente as mais variadas realidades e de encontrar

o modelo de negócios adequado que assegure capacidade competitiva para enfrentar os concorrentes do jogo global, seja onde ele aconteça, até mesmo nos mercados locais.

A decisão de se internacionalizar tem implicações profundas e de longo alcance sobre o *modus operandi* das empresas. Normalmente, a principal motivação de adotar essa estratégia é de ordem econômica, derivada das necessidades e da dinâmica de crescimento das empresas. Assim, apenas as empresas que já desenvolveram vantagens competitivas significativas sobre as demais nos seus mercados domésticos são capazes de, quando julgarem necessário e oportuno, fazer investimentos em mercados estrangeiros. (CYRINO E PENIDO, 2007, p. 20).

Ainda utilizando a análise feita por Cyrino e Penido (2007), definem-se os principais benefícios gerados para as empresas pelo processo de internacionalização; em suma são três: expansão dos mercados; melhoria da eficiência e aprendizagem.

Referente à expansão de Mercados uma empresa busca a expansão e a diversificação internacional, normalmente, o faz porque as perspectivas de crescimento no país de origem já não são atrativas o suficiente para assegurar os retornos desejados pelos acionistas, ou porque a empresa identifica oportunidades mais interessantes para a aplicação de seus ativos no exterior. Assim, as empresas buscam se expandir para outros mercados, inicialmente, por meio de exportações, e progressivamente com a extensão de outros elos da cadeia em novos mercados geográficos. A presença nos países estrangeiros permite às empresas darem respostas mais eficazes aos clientes em termos de eficiência logística, ou ainda nas adaptações necessárias as características de mercado e de cultura local.

Conforme nossa análise, na disputa pelo mercado local, as empresas mais internacionalizadas podem adotar estratégias competitivas mais agressivas, enquanto as empresas locais não têm como se comprometer com uma guerra de preços no mercado nacional.

Cyrino & Penido, (2007) analisam que com a melhoria da eficiência as empresas são capazes de atingir novos patamares de por meio da internacionalização, que proporciona ganhos de escala, bem como possibilita o acesso a fatores de produção a custos mais acessíveis. Para reduzir os custos em escala global, as empresas estão direcionando suas cadeias de suprimento para localizações que assegurem o acesso a recursos adequados (mão-de-obra, matérias primas) ao menor custo unitário. As reflexões acerca de nosso terceiro capítulo nos conduzem ao entendimento de que a escolha do território sul-mato-grossense por parte dos grupos frigoríficos exportadores se engloba no postulado de melhoria de eficiência do referidos autores.

Com base nos autores responsáveis pela análise dos benefícios da internacionalização, a aprendizagem decorre em ganhos do processo de conhecimentos adquiridos pela exposição, as situações diferentes nos diversos mercados em que a empresa passa a atuar. A acumulação das experiências possibilita uma gradação das competências essenciais da empresa com um todo, permitindo, inclusive, a melhoria da produtividade e qualidade nos mercados domésticos. Estas competências podem ser usadas para o desenvolvimento de produtos para os novos mercados, que possuem diferentes características em relação ao país de origem.

Nos territórios em que os grupos exportadores se inserem o retorno socioeconômico acaba sendo incipiente, os salários giram em torno do mínimo (em média R\$560,00 de acordo com a RAIS 2010), nossa análise aponta que o BNDES concedeu aporte de 1bilhão de reais para capital de giro dos frigoríficos JBS e Marfrig instalados no Mato Grosso do Sul, esse montante aliado aos incentivos fiscais do estado e dos municípios nos demonstram que na relação custo-benefício de atrair essas empresas à geração de emprego é uma variável que por vezes não justifica o investimento, vide o caso do frigorífico Independência que fechou sua unidades no estado no período em que ainda gozava dos incentivos concedidos, ou seja, o custo socioeconômico ficou de herança para o estado.

4- Considerações finais

O setor frigorífico nacional se inseriu no mercado global de maneira mais incisiva após a segunda metade da década de 2000, nossa dissertação objetivou compreender como as empresas brasileiras se especializaram no cenário exportador de carne bovina, e principalmente como as mesmas se organizaram no território sul-mato-grossense.

Os referenciais teóricos e os dados analisados (Abiec, Mdic, Secex) apontaram para três principais empresas frigoríficas que possuem plantas industriais em Mato Grosso do sul e que são habilitadas para exportação: JBS, Independência e Marfrig. Uma das dificuldades para nossa análise foi a negativa dessas empresas de nos receber para uma visita *in loco*, considerando este fato buscamos investigar fontes ligadas aos representantes do setor agropecuário do estado (Famasul), sindicatos e informações disponibilizadas nos *sites* das empresas.

Nossos estudos apontaram para o processo histórico de inserção da pecuária comercial no Brasil Central pecuário com produção destinada a abastecer o mercado interno, fornecendo gado em pé, para a industrialização nos grandes centros da região sudeste, principalmente São Paulo. Os conflitos bélicos (1914-18 / 1939-45), desabasteceram o mercado europeu de carne, dessa forma, houve incentivo para a exportação de carne brasileira para a Europa, marcando a entrada do Brasil no mercado internacional de carne resfriada.

O primeiro capítulo desta dissertação analisa o processo de formação da base industrial brasileira atrelada ao capitalismo industrial, promovendo a industrialização por substituição das importações e as práticas de uma política de integração do território para a formação do mercado interno. Nesse processo, vimos à emergência do empresariado do Brasil Central atrelada ao setor do agronegócio onde se faz presente o setor frigorífico.

A inclusão do Brasil no mercado global permeou a idéia de criar condições para que as empresas se inserissem de forma mais ofensiva no mercado internacional. Contudo, a política neoliberal iniciada em meados da década de 1990 marcou a introdução dos capitais estrangeiros de forma abrupta na economia brasileira, encolhendo o papel do Estado, retirando-o da estrutura produtiva via privatizações. Analisando esta conjuntura econômica observamos o processo de desconcentração das unidades produtivas que trouxeram ao Mato Grosso do Sul os principais frigoríficos analisados.

No Capítulo II observamos que o estado de Mato Grosso do Sul possui o terceiro maior rebanho do país e apesar da maior parte da carne produzida ser destinada ao mercado interno, as exportações são cada vez mais representativas na balança comercial do estado. Referente aos gargalos infra estruturais verificamos que a cadeia produtiva de carne bovina, sofre com problemas de logística de transportes, devido às condições precárias das vias, a deficiente infraestrutura portuária para carga refrigerada e a falta de disponibilidade de contêineres, que interferem no custo de produção e na qualidade da carne.

A formação de um mercado internacional requer que as indústrias voltadas para o mercado externo invistam cada vez mais em tecnologias, para poderem atender as exigências do mercado internacional. Os principais mercados compradores da carne bovina do estado são países dos continentes americano, africano, asiático e europeu, sendo a Rússia o maior importador de carne bovina. O fator que melhor explica essa comercialização se deve em grande parte às exigências impostas pelos países para comprar carne do Brasil. Países como a Rússia, Arábia Saudita, Hong Kong, Egito, têm regras mais flexíveis com relação à importação do produto, e possuem economias regidas pelo mercado petrolífero, fator que lhes conferem recursos para importar carne bovina. Nossos levantamentos nos conduziram a entender que para a criação dos grupos industriais de carne bovina no estado de Mato Grosso do Sul o governo (principalmente na última década) articulou políticas públicas de incentivo e atração de indústrias, no caso dos frigoríficos tivemos por meio da “guerra fiscal” a migração de unidades de abate em geral vindas do estado de São Paulo.

Para o capítulo três dedicamos atenção para análise das empresas exportadoras de carne bovina de Mato Grosso do Sul, em especial para aquelas que participaram do comércio internacional em meados da segunda metade da década de 2000 até o final deste decênio. Nosso estudo apontou as empresas JBS, Independência e Marfrig como as que mais se destacaram em vendas (toneladas) e em arrecadação (US\$).

Os frigoríficos JBS e Marfrig são para o estado e mesmo a nível nacional os destaques na política de internacionalização de empresas brasileiras, visto que as mesmas adotam estratégias agressivas de compra/aquisição de empresas concorrentes nos principais mercados produtores e consumidores (América do norte e Europa), expandindo mercados, aumentando as exportações e é considerada a maior empresa do mundo no setor.

O frigorífico Independência está em processo de recuperação judicial desde março de 2009, e com grande parte das unidades produtivas fechadas, inclusive as de Mato Grosso do Sul, contudo, na escala temporal adotada o referido grupo participou como destaque nas exportações de carne bovina do estado, iniciando um incipiente processo de

internacionalização com a aquisição do Frigorífico Guarani S.A. no Paraguai, em 2008. No entanto, com o agravamento da crise financeira mundial em 2009, a demanda externa por carne bovina diminuiu, estancando o fornecimento de crédito, fato este que resultou no aumento da inadimplência de importadores, provocando na empresa a redução de divisas, o que a levou a paralisação das atividades e o pedido de recuperação judicial. O impacto gerado pelas demissões do Frigorífico Independência no estado foi além do número de funcionários demitidos.

Por meio de nossas análises, podemos dizer que municípios que possuem setor terciário baseados em indústrias ligadas ao agronegócio sofrem maiores consequências socioeconômicas quando estas fecham as portas. No caso do frigorífico Independência de Anastácio e Nova Andradina estas unidades industriais representavam os maiores empregadores destes municípios (1600 e 1300 empregados respectivamente), o que gera para a cidade queda nas vendas do comércio, queda de arrecadação fiscal dos municípios e problemas para realocação dos desempregados.

Na contramão do setor frigorífico temos grupos industriais que impuseram um intenso processo de internacionalização, caso do JBS S/A, que se iniciou no ano de 2005, adquirindo unidades na Argentina, Estados Unidos e Austrália. Através da estratégia de internacionalização o JBS busca a abertura de mercados estratégicos (leste europeu e oriente médio), visto que compradores tradicionais como União Européia e Japão em virtude da ocorrência de focos de febre aftosa no Brasil, ainda mantêm restrições para a importação de carne brasileira.

Para realizar a aquisição de unidades em outros países, o grupo JBS contou com o apoio do Governo Federal, através BNDES, através de uma política de financiamento à internacionalização de empresas nacionais, com o objetivo de possibilitar sua expansão e promover as exportações de empresas brasileiras. A política de internacionalização de empresas através de investimentos do BNDES concede ao bando nacional cotas acionárias nas empresas beneficiadas e inicia uma política de cobrar por resultados, como contrapartida do apoio financeiro.

Outro grupo de destaque no comércio internacional do estado é o Marfrig, que na elaboração das estratégias de expansão do mercado internacional construiu uma unidade frigorífica no município de Porto Murinho, estrategicamente localizada na fronteira com o Paraguai. As unidades de abate no estado e no Brasil fazem parte de um conglomerado do grupo, que conta com empresas que abatem e outras que beneficiam carnes (bovina, suína, frangos, etc.), bem como marcas internacionalmente conhecidas como a Seara.

Da mesma maneira que o JBS, o grupo Marfrig recebeu investimentos do BNDES para financiar seu processo de internacionalização. De acordo com a agência Estado de 17/09/2010 o BNDES investiu, nos últimos dois anos, R\$ 18,5 bilhões para adquirir participações nos maiores frigoríficos do País.

Conforme destacado por Paz (2009) as atividades realizadas pelos frigoríficos analisados nas unidades do estado, compõem funções menos sofisticadas como abate e desossa. Na unidade de Campo Grande, do Independência, por exemplo, nem a desossa ocorria, sendo que na unidade de Cajamar/ SP, onde é a sede, as funções são mais sofisticadas e agregam mais valor. Com o JBS não é diferente, na unidade de Campo Grande são desenvolvidas atividades de abate e desossa. O principal produto é a carne *in natura*, já em suas unidades no estado de São Paulo, além dessas atividades, têm as fábricas de conservas, onde produzem a carne industrializada, agregando mais valor.

Os dados do IBGE referentes ao total do rebanho bovino de Mato Grosso do Sul do ano de 2009 revelam que os frigoríficos se instalaram em municípios com maior concentração de gado, o JBS adquiriu um frigorífico que já existente na cidade de Campo Grande e o Independência, seguiu o mesmo modelo pra se instalar na capital e em Anastácio, somente na cidade de Nova Andradina é que foi construída uma nova unidade, fruto da localização próxima ao estado de São Paulo. Este procedimento caracteriza uma transferência de propriedade, com a saída de grupos regionais e locais sendo substituídos por grandes empresas de capital aberto, que buscam ampliar sua participação no mercado nacional (e mundial) por meio da inserção em um estado que tem um enorme rebanho bovino.

Dáí compreendemos que em cada etapa histórica da produção, sua realização pressupõe um lugar próprio, dotado de especificidades que melhor atendem à produção ou fração da mesma, permitindo ao lugar possuir uma significação particular, pois a cada momento alterar-se-á o uso produtivo deste segmento do espaço. Na atualidade o Mato Grosso do Sul esta no cerne da produção da indústria de carne bovina. Conforme nossa análise quando este espaço não for mais atraente para o investimento as empresas irão se retirar do estado e o custo socioeconômico ficará de herança.

A inserção externa da indústria frigorífica globalizada contribui para que permaneçam no mercado somente as empresas mais eficientes, que conseguem se adequar às exigências da demanda internacional. No Brasil, em específico para o estado de Mato Grosso do Sul, os grupos frigoríficos pesquisados adotam como estratégia de crescimento a compra e a incorporação de outras empresas do segmento.

Uma questão importante é a necessidade de uma maior fiscalização e controle da sanidade do rebanho nacional. Os casos confirmados de febre aftosa no estado de Mato Grosso do Sul, no final de 2005, reduziram o ritmo das exportações e contribuíram para que mercados importadores importantes, como a União Européia, se fechasse para este estado.

Todavia, as exportações de carne bovina permanecem no rol dos principais produtos exportados por Mato Grosso do Sul e tem até mesmo aumentado sua participação se comparada com o complexo soja. A ampliação das exportações reflete parte dos resultados obtidos pela implantação da política industrial do Governo Federal, que é incentivar os grupos com potencial exportador a se internacionalizarem. Essa política atingiu os grupos JBS e Marfrig que receberam recursos do BNDES para sua internacionalização, e com isso também ampliou a capacidade de abate e os volumes exportados pelas unidades localizadas no estado.

É importante destacar que, apesar do trabalho ter analisado a atuação do setor frigorífico exportador, estas análises apresentam algumas limitações. A maior delas diz respeito à amostra da pesquisa, que foi contundente sobre três grupos frigoríficos exportadores, que estão entre os maiores do país e que representam uma “elite” do setor, que deixam à margem a atuação e a competitividade de outros frigoríficos brasileiros habilitados para exportação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. de. *Planejamento governamental: A Sudeco no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições*. 2001. Tese (Doutorado Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ABREU, S. Mato Grosso do Sul - aspectos contraditórios das políticas públicas de desenvolvimento: novas/velhas práticas... In: Lisandra Pereira Lamoso. (Org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. 1 ed. Dourados: UFGD, 2008, v. 1, p. 117-134

ARROYO, M. O comércio internacional na definição dos usos do território brasileiro: fragmentação e vulnerabilidade territorial. In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2005, Fortaleza. *Anais VI Encontro Nacional da Anpege*. Fortaleza: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2005. V.1, p. 126-47.

AZZONI, C. R. *Teoria da localização: análise crítica a partir das evidências empíricas no Estado de São Paulo*. 1982. Tese (Doutorado Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

BENITES, M. G. *Brasil Central pecuário: interesses e conflitos*. Presidente Prudente: UNESP, 2000.

BERTHOLI, A. *O lugar da pecuária na Formação Sócio-espacial Sul-mato-grossense*. 2006. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BNDES acena com ajuda a frigoríficos. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jul.2010. Caderno B, p.1

BRASIL: indústria frigorífica. *Valor Econômico*, São Paulo, 24 set. 2009. Agronegócios, p. 1

CAPUTO, A. C. ; MELO, H. P. de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n.3 Jul/Set. 2009.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã. 1996

CYRINO, A. B. & PENIDO, E. *Benefícios, riscos e resultados do processo de internacionalização das empresas brasileiras*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

COMO se inicia uma crie econômica? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jan. 2009. Caderno B1, p.2

CONGLOMERADO. In: SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2000.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORREA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 2002.

CRÍTICA á possível ajuda do governo aos frigoríficos. *Valor Econômico*, São Paulo, 9 dez. 2010. Agronegócios, p. 1

EGLER, C. A. G.. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: Castro, I. E., GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. O processo recente de localização industrial na área metropolitana de Curitiba: concentração ou desconcentração?. In: SPOSITO, Eliseu S. (Org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: Unesp, 1999.

FRIGORÍFICO Independência demite 900 funcionários. *Diário MS*, Dourados, 24 mar 2009. Caderno B, p. 2

FRIGORÍFICO Independência fecha mais duas unidades e demite 2 mil. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 mar. 2009. Agronegócios, p. 1

FRIGORÍFICO Independência fecha unidade e demite 400 em MS. *Folha de São Paulo*, 4 fev 2009. Caderno B1, p.1

FRIGORÍFICO Independência pede recuperação judicial. *Valor Econômico*, São Paulo 3 jun. 2009. Agronegócios, p.1

FRIGORÍFICO de Porto Murtinho será inaugurado em outubro. *Diário MS*, Dourados, 07 jul 2006. Caderno B, p. 1

GASMENGA, C. C. A reconquista do mercado. In: *Anuário do Agronegócio 2010*. Rio de Janeiro, Globo, 2010.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão regional do trabalho e nova regionalização. In: Secretaria de Estado de Educação de São Paulo. *Fundamentos para o ensino de geografia – seleção de textos*. São Paulo: CENP, 1989.

GOVERNO mantém política de trocar impostos por empregos. *Correio do Estado*, Campo Grande, 07 nov. 2005. Caderno B, p.6

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971

INTERNACIONALIZAÇÃO das empresas brasileiras. *Valor Econômico*, 14 out. 2010. Brasil, p.1

- JANK, M. S.; NASSAR, A. M. Competitividade e globalização. Economia e gestão dos negócios agroalimentares. In: ZYLBERSZTAJN, D. & NEVES, M. F. (organizadores). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.
- JULIBONI, M. A incrível aventura global do Friboi. *Exame*, São Paulo, Edição 953, n. 19, p. 20-28, 17/10/2009.
- LAMOSO, L. P. *A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul*. 2001. Tese (Doutorado Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- LAMOSO, L. P. Comércio exterior brasileiro: a tese da “reprimarização” da pauta exportadora e suas repercussões para mato grosso do sul. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2010. Porto Alegre. *Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- LENCIONI, S. *Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada*. Espaço & Debates, n. 38, São Paulo, 1994.
- LUEDEMANN, M.da S. *O Desenvolvimento do Agronegócio no Brasil Central: um estudo sobre Mato Grosso*. Geografía de la América Latina em transformación política y social. Universidade Estadual Paulista - UNESP – Brasil. Disponível em http://egal2009.easyplanners.info/area01/1077_Luedemann_Marta_da_Silveira.pdf. Acesso em 14/ Fev. 2010.
- MAMIGONIAN, A. *Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central pecuário*. Belém: AGB, 1974.
- MAMIGONIAN, A. *Inserção de Mato Grosso no mercado nacional e a gênese de Corumbá*. Florianópolis: Geosul, v. 1, n. 1, p. 39-58, 1986.
- MAMIGONIAN, A. *Neoliberalismo X projeto nacional do mundo e no Brasil*. Revista paranaense de geografia, Curitiba, n.6, p. 15-23, 2001.
- MAMIGONIAN, A. *O enigma brasileiro atual: Lula será devorado?*. Ciência Geográfica, Bauru, v. 10, n. 2, p. 127-131, maio/ago. 2004.
- O gigante da proteína animal. *Valor Econômico*, São Paulo, 18 nov. 2010. Agronegócios, p. 1
- OLIGOPÓLIO. In: SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2000.
- O salto triplo da carne. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 dez. 2009. Economia, p.1
- PAZ, P. P. A inserção das exportações de carne bovina sul-mato-grossense no mercado internacional. 2009. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UFGD, Dourados, 2009.
- RAINELLI, M. *Nova teoria do comércio internacional*. Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.

- PROTECCIONISMO. In: SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2000.
- RANGEL, I. *A história das dualidades brasileiras*. Revista de economia política, São Paulo, n.1, 1981.
- RANGEL, I. *Obras reunidas*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SABADIN, C. *O comércio internacional da carne bovina brasileira e a indústria frigorífica exportadora*. 2006. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). UFMS. Campo Grande, 2006.
- SANTOS, M. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVEIRA, M. R. *A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil*. 2003. Tese (Doutorado). Curso de Pós Graduação em Geografia. UNESP. Presidente Prudente, 2003.
- SILVEIRA, M. R. *Globalização, recursos naturais e soberania nacional*, Ourinhos: GEDRI, 2007.
- SOUZA, N. de J. de. *Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação*. Análise Econômica. Porto Alegre: UFRGS, jan./jul. 2005
- SOUZA, N. de J. de. *Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil*. Análise Econômica. Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n. 19, p. 29-59, mar. 1993.
- XAVIER, C. E. O. *Localização ótima de frigoríficos no Mato Grosso do Sul*. In: *XLV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 2007, Londrina. XLV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2007. V. 1, p. 103-20.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, A. K. *Mato Grosso do Sul e a economia-mundo: o caso da rastreabilidade bovina*. 2009. Dissertação (mestrado em agronegócios). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

BONELLI, R., VEIGA, P. M., BRITO, A. *As Políticas Industrial e de Comércio Exterior no Brasil: rumos e indefinições*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais*. 2000. Tese (doutorado) UNESP, Presidente Prudente, 2000.

MARQUES JÚNIOR, H. R. *Gestão da qualidade nas indústrias frigoríficas de bovinos habilitadas à exportação no Estado de Mato Grosso do Sul: estudo exploratório*. 2008. Dissertação (mestrado em agronegócios). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2008.

MULLER, M. S. *Normas e padrões para teses, dissertações e monografias*. Londrina: Eduel, 2006.

PERINELLI NETO, H. Comércio e consumo de carne durante a Primeira República: apontamentos sobre a instalação das indústrias frigoríficas estrangeiras no Brasil. In: *I Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas* (UNESP/Unicamp/PUC-SP), 2007, São Paulo. I Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2007.

SANTOS, M. G. dos. *Análise da Sustentabilidade nas Indústrias Frigoríficas exportadoras de carne bovina do Estado de Mato Grosso do Sul*. 2009. Dissertação (mestrado em agronegócios). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

SERENI, E. *La categoria de Formação Econômico-social. Cadernos de Passado y Presente*. Cordoba, Argentina, siglo XXI, 1976.

VELASQUES, M. Z. *Alianças estratégicas na cadeia produtiva da carne bovina do estado de Mato Grosso do Sul: estudo multi casos*. 2008. Dissertação (mestrado em agronegócios). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

VERDI, R. *Bovinocultura de Mato Grosso do Sul: uma análise da Atividade nos municípios*. 2008. Dissertação (mestrado em agronegócios). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2008.

SITES CONSULTADOS

<http://www.abiec.com.br>

<http://www.independencia.com.br>

<http://www.jbs.com.br>

<http://www.marfrig.com.br>

<http://www.mdic.gov.br>

<http://www.sudam.gov.br>

<http://www.sudeco.gov.br>

<http://www.sudene.gov.br>